

ISSN 0101-7993 - PUBLICAÇÃO MENSAL • R\$ 4,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

189

DESAPARECIDOS
QUESTÃO DE JUSTIÇA

FERNANDO MORAIS
HISTÓRIA E JORNALISMO

BÓSNIA
A SANGRENTA DISPUTA
PELO PODER

FLUNK
ROMPE BARREIRAS
DO PRECONCEITO



VEM AÍ

LANÇAMENTO NA BIENAL DO LIVRO

(Rio de Janeiro, Agosto-1995)

São 272 páginas de
informação que não podem
faltar na sua estante ou
mesa de trabalho

IMPORTANTE
Indicado para
pesquisas
escolares

RESERVE O SEU

Enviar correspondência para:

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20241-180

Tel.: (021) 221-7511 / Fax: (021) 252-8455



- HISTÓRIA
- GEOGRAFIA
- HISTÓRIA DOS ESTADOS
- AIDS
- AMAZÔNIA
- COMUNICAÇÃO
- EDUCAÇÃO
- EMPREGO
- HABITAÇÃO
- ÍNDIOS
- MEIO AMBIENTE
- MULHERES
- RELIGIÃO
- SAÚDE
- VIOLÊNCIA
- POPULAÇÃO
- POBREZA
- COMUNIDADES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
- MERCOSUL

////// POSTAL NORTE SUL //////////

O POVO BRASILEIRO

Darcy Ribeiro

O livro mais ambicioso de um dos nossos mais atuantes intelectuais e políticos. Reúne reflexões e estudos de mais de 30 anos para mostrar como os brasileiros se vieram fazendo a si mesmos para serem o que hoje somos. A busca da identidade nacional por um autor que confessa escrever com o propósito de influir sobre as pessoas e modificar a realidade.

470 pp **Cód. 443**
R\$ 22,00



O BRASIL COMO PROBLEMA

Darcy Ribeiro

As questões brasileiras vistas com os olhos "indignados" de Darcy. Uma análise apurada dos artifícios da "indocinação direitista" e dos "velhos discursos da esquerda". O antropólogo propõe um novo discurso, "socialmente responsável e suficientemente ambicioso para definir os designios mais altos para o Brasil".

326 pp **Cód. 444**
R\$ 20,00



LAMARCA

O CAPITÃO DA GUERRILHA

Emiliano José Oldack de Miranda



LAMARCA,
O CAPITÃO DA GUERRILHA
Emiliano José e
Oldack de Miranda

Trajetória do militar que abandonou o Exército para aderir à luta armada contra a ditadura militar nos anos 70. O livro serviu de base para o filme sobre a vida de Carlos Lamarca.

169 pp **Cód. 445**
R\$ 20,00

PÓS-NEOLIBERALISMO

As políticas sociais e o Estado democrático
Emir Sader e Pablo Gentil
(organizadores)

Análise sobre o neoliberalismo, que prega a redução da presença estatal na economia. Francisco Oliveira, Goran Therborn, Perry Anderson, entre outros, criticam o sistema, chamado de inimigo da cidadania.

205 pp **Cód. 449**
R\$ 16,20

Pós-
neoliberalismo

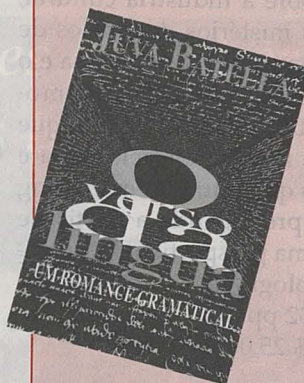


ALMANAQUE BRASIL 95/96

Obra apresenta dados geográficos, históricos e sociais do país de forma analítica, se constituindo numa fonte de consulta preciosa para estudantes e profissionais de vários setores. Reúne textos de 14 jornalistas e estudiosos sobre a situação brasileira em áreas como educação, saúde, comunicação, emprego e habitação, entre outras.

Cód. 318

R\$ 26,00



O VERSO DA LÍNGUA

Um romance gramatical

Juva Batella

Os verbos, sujeitos e substantivos deixam de ser acessórios para a criatividade do autor e ocupam o lugar de personagens principais. Luís Fernando Veríssimo define o livro de Batella, de 24 anos, como um "romance hiper-realista".

186 pp **Cód. 453**

R\$ 15,00



A FARSA DE CHURCHILL

A trama secreta que definiu a II Guerra

Louis C. Kilzer

O jornalista revela, baseado em longa pesquisa, que o primeiro-ministro inglês poderia ter abreviado o maior conflito da História, e suas consequências, se tivesse apoiado generais alemães que queriam derrubar Hitler entre 1939 e 40.

357 pp **Cód. 446**

R\$ 29,00



A UNE EM TEMPOS DE AUTORITARISMO

Maria de Lourdes de A. Fávero

Histórico das lutas dos estudantes diante da ação do governo no ensino, que usava a educação para sustentar o "projeto de sociedade capitalista", e da repressão política imposta pela ditadura militar.

218 pp **Cód. 455**

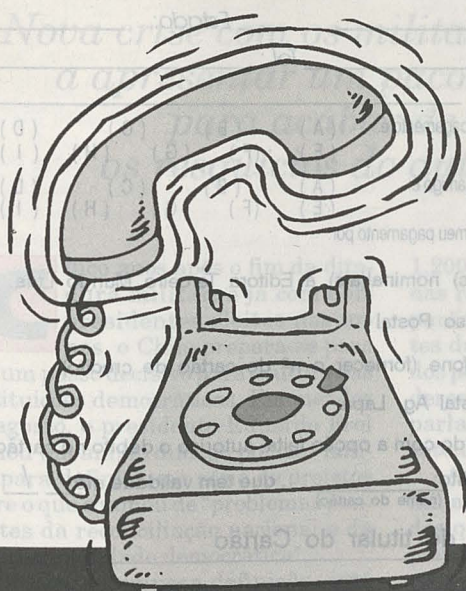
R\$ 20,50

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

Peca também pelo tel. (021) 221-7511 ou fax: (021) 252-8455

**AGORA FICOU MAIS
FÁCIL FAZER SUA
ASSINATURA
OU COMPRAR LIVROS**

LIGUE GRÁTIS



0800-257511

O TELEFONEMA É POR NOSSA CONTA

Assine

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

e/ou adquira o seu exemplar do

ALMANAQUE BRASIL

1995-1996

Ligue grátis 0800-25-7511
ou pelo cupom abaixo



Desconto de até **20%**
que vale também
para os amigos

PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
Assinatura anual de "cadernos"	A R\$ 41,00 <small>JKCI 14,57%</small>	B 2 X de R\$ 24,00 p/ 30/60 dias
Assinatura de 2 anos de "cadernos"	C R\$ 77,00 <small>JKCI 20%</small>	D 3 X de R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias <small>JKCI 5%</small>
Assinatura anual de "cadernos" + 1 exemplar do Almanaque Brasil	E R\$ 63,00 <small>JKCI 15%</small>	F 2 X de R\$ 35,00 p/ 30/60 dias <small>JKCI 5%</small>
Assinatura de 2 anos de "cadernos" + um exemplar do Almanaque Brasil	G R\$ 97,50 <small>JKCI 20%</small>	H 3 X de R\$ 39,00 p/ 30/60/90 dias <small>JKCI 5%</small>
ALMANAQUE BRASIL 95/96	I R\$ 26,00	

CUPOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

☐ Assinatura "Cadernos" ☐ Almanaque Brasil 95/96

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511
OU PELO FAX (021) 252-8455

MEU PEDIDO DE:

☐ Assinatura "Cadernos" ☐ Almanaque Brasil 95/96

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Minha opção de pagamento é: (A) (B) (C) (D)
(E) (F) (G) (H) (I)

A opção do meu amigo é: (A) (B) (C) (D)
(E) (F) (G) (H) (I)

Estou efetuando meu pagamento por:

☐ Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

☐ Reembolso Postal

☐ Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

☐ Vale Postal Ag. Lapa

☐ De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até _____ / _____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Comprador

VALIDADE: 10/10/95

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

SAÚDE, ÉTICA E COMUNICAÇÃO

*Alcance e limites da cobertura
jornalística dos temas médicos*

Página 2

LEITE MATERNO

O resgate do
alimento perfeito

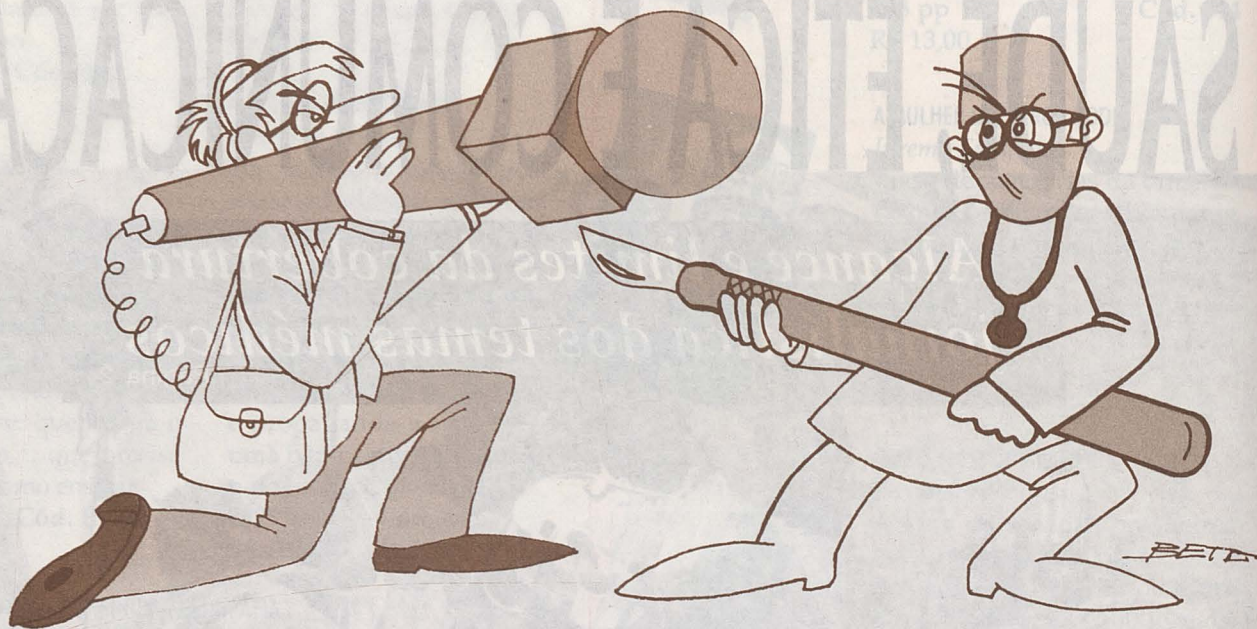
Página 8

FERNANDO MORAIS

Jornalismo pega
o bonde da História

Página 12

FOGO CRUZADO



Jornalistas e médicos analisam as causas das falhas na cobertura dos temas ligados à saúde e questionam os limites éticos da imprensa

Claudia Guimarães

Na batalha entre o bisturi e a máquina de escrever, não faltaram críticas e acusações mútuas. De um lado, estavam os médicos, insatisfeitos com a cobertura que a imprensa dá à saúde e à ciência. Do outro, os jornalistas, não menos descontentes com a forma hermética como estes temas são tratados pelos especialistas.

Colocados frente a frente no seminário "Informação e Saúde" – promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisa Genival Londres, no Rio de Janeiro –, médicos e jornalistas de diferentes países tiveram uma rara oportunidade de dissecar os problemas que entrelaçam as duas categorias.

Hoje, mais do que nunca, os temas ligados à saúde ajudam a vender jornais, revistas, aumentam a audiência de programas e noticiários de televisão e rádio. Para satisfazer esta

voracidade do público, proliferam publicações e matérias, que abordam desde formas de alimentação mais saudáveis e tratamentos médicos alternativos até "dicas" sobre como fazer um auto-exame.

Mas este fenômeno tem levantado delicadas questões, a começar pela pergunta chave: a quem caberia escrever este tipo de artigo, aos jornalistas ou aos próprios médicos?

Despreparo dos jornalistas – A pergunta é polêmica porque envolve diversos aspectos. Segundo a lei, só podem ocupar as redações as pessoas formadas em Comunicação. Com exceção das colunas assinadas por especialistas, a cobertura diária – não importa sobre que tema – deve ser feita por jornalistas. Na prática, isso leva muitas vezes pessoas despreparadas a cobrir áreas especializadas, como é o caso da saúde e ciência.

Esta foi uma das mais frequentes queixas dos médicos durante o seminário. "Em certa ocasião, dei uma entrevista onde o repórter chamou a bactéria da meningite de 'vírus', porque para ele não fazia a menor diferença. O pior é que colocou a declaração na minha boca...", lembrou o dr. Alexandre Adler, microbiologista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Falhas como esta foram admitidas pelos próprios jornalistas. Para Luís Garcia, editor de Opinião de O Globo, a má formação profissional é geral no Brasil, mas tem agravantes específicos na área do jornalismo. "Trabalhamos com pessoas que pretendem escrever sobre o mundo, mas têm uma formação homogênea e limitada. Gostaríamos de contar com profissionais de outras áreas, mas a lei nos veda isso."

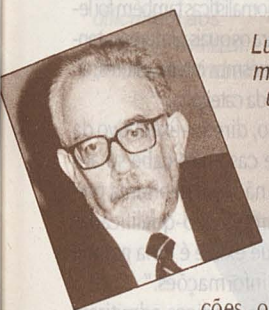
Nos países onde não existem faculdades de jornalismo, a situação é um pouco diferen-



Warren Hoge: "As pessoas têm o direito de receber informação sobre o estado de saúde das figuras públicas, como os políticos"

te. "Na Inglaterra, qualquer profissional pode trabalhar num jornal. Lá, a ênfase é dada à experiência prática. Por isso, quem escreve sobre saúde é, muitas vezes, um médico, o que tende a diminuir eventuais erros", explicou Scott Noll, correspondente no Brasil do jornal britânico *The Guardian*.

Hermetismo do jargão técnico - A culpa por falhas na cobertura desses temas não foi atribuída apenas à imprensa. Segundo os jornalistas, os médicos também contribuem para o problema, ao não facilitar a liberação



Luis Garcia: 'A classe médica deveria fazer um esforço para ser mais clara. Muitos profissionais usam jargões herméticos'

ou a "decodificação" das informações, o que teria ficado evidente durante a doença do presidente Tancredo Neves. Para eles, os erros são muitas vezes consequência da preocupação do profissional da imprensa em tornar a informação mais acessível.

"A classe médica deveria fazer um esforço para ser mais clara. Muitos profissionais usam jargões herméticos, talvez porque, quanto menos forem entendidos, mais poder terão nas mãos. Já o jornalista é obrigado a ser claro para atingir um número maior de pessoas. Por definição, somos generalistas. Mas isso não significa informar mal", ponderou Luis Garcia.

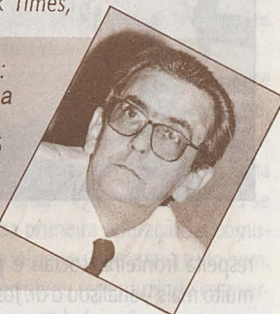
Seja como for, pela própria dinâmica da atividade, os erros são inevitáveis, principalmente na imprensa diária. Para remediar o problema, já se tornou uma prática comum

entre os periódicos mais conceituados publicar erratas. Mas esta solução não é considerada satisfatória pelos médicos.

"A imprensa, muitas vezes, não ouve os dois lados da questão. Faz denúncias sem comprovação. Depois que a informação sai publicada, é irrecorrível, porque a errata não repara o dano", enfatizou o dr. José Noronha, diretor do Instituto de Medicina Social da Uerj.

Warren Hoge, diretor-executivo do jornal *The New York Times*,

Dr. Noronha: 'Depois que a informação errada sai, é irrecorrível. A errata não repara o dano'



admitiu que a repercussão negativa nunca é apagada pela posterior publicação da notícia certa. "No caso do nosso jornal, colocamos a errata logo na página 2, mas é difícil estabelecer que destaque ela deve ter."

A mesma análise é compartilhada por Luis Garcia: "Antes, publicávamos no dia seguinte a informação correta, sem mencionar a matéria que havia saído com equívocos. Hoje, publicamos uma errata, na página 6. Isso já representou um avanço, mas realmente ainda não resolvemos o problema de como dar à errata a mesma dimensão que teve a notícia equivocada."

Corporativismo médico - Se a cobertura da área de ciência e saúde por profissionais do próprio meio tem a vantagem de não apre-

Rosental: 'Precisamos ter mais critério na publicação de notícias médicas que vêm de fora'



Dhombres: 'Os médicos que escrevem na imprensa estão mais sujeitos à pressão do corporativismo. Em geral, eles não escrevem contra os próprios colegas'



sentar erros, esconde um grave perigo: uma análise tendenciosa devido ao corporativismo.

Isso ficou claro, na opinião de Dominique Dhombres, correspondente no Brasil do jornal *Le Monde*, durante o escândalo da distribuição de sangue com vírus da Aids por hospitais públicos franceses. As pessoas contaminadas entraram na Justiça e o caso ganhou grande repercussão na mídia.

Na França, muitos médicos, principalmente estrangeiros impedidos por lei de exercer a sua profissão, se dedicam a escrever sobre saúde. "Mas, diante de uma situação como esta, como age este dublê de médico e jornalista? Escreve contra os próprios colegas? Em geral, não. Por isso, deve haver um

Dr. Adler: 'Dei uma entrevista em que o repórter chamou a bactéria da meningite de vírus, porque para ele não fazia a menor diferença...'



controle editorial sobre as colunas ou artigos que tratam desses temas, cujos autores estão mais sujeitos à pressão do corporativismo da classe médica."

Para Dhombres, no caso do escândalo do sangue contaminado, ficou claro que existe um limite para o tipo de trabalho que médicos/jornalistas podem realizar nas redações. "Muitos resolveram apontar apenas os responsáveis políticos pela distribuição do sangue contaminado, como o então ministro da Saúde, livrando a cara dos colegas. Esta atitude corporativista obrigou o *Le Monde* a fazer um mea-culpa sobre as falhas da sua cobertura."

O dr. José Noronha reconheceu que, em vários casos, o corporativismo dificulta a divulgação de informações que o público teria o direito de saber. Ele lembrou que, em

Na França, a distribuição de sangue contaminado com o vírus da Aids em hospitais públicos gerou manifestações e protestos. O escândalo levantou uma discussão em torno dos limites da cobertura jornalística quando são os próprios médicos que cobrem os assuntos relativos à saúde

Nova Iorque, se publicam mensalmente informações sobre o desempenho profissional de cada médico e as taxas de infecção hospitalar de cada hospital. "Isto é importante, por exemplo, quando o paciente vai decidir com quem e onde vai fazer uma operação de coração. Mas esta prática está muito longe da nossa realidade."

Sensacionalismo e morbidez – Um dos pontos mais criticados pelos médicos presentes ao seminário foi o que classificaram de tendência da imprensa a fazer coberturas sensacionalistas ou, no mínimo, superficiais dos temas relativos à saúde.

O editor-executivo do *Jornal do Brasil*, Rosental Calmon Alves, reconheceu que fatos graves, como a alta taxa de infecção hospitalar no Brasil, não são notícia. "O drama da saúde pública deixou de indignar as pessoas."

Na avaliação de Noll Scott, a culpa por esse tipo de postura não é, em última análise, do jornalista. "Nós sofremos pressão para fazer uma cobertura sensacionalista de temas que despertam muito interesse, como foi o caso do Ebola."

Já Luis Garcia, embora identifique elementos de morbidez no maior destaque dado às notícias negativas, considera essa prática uma simples reação ao desejo do público. "Cada meio dá à notícia maior ou menor destaque em função do interesse que despertará em seus leitores. Sem dúvida, um erro médico tem muito mais repercussão que centenas de operações bem-sucedidas."

Para os médicos, essa pressão exercida pelos leitores/espectadores vem provocando uma condenável distorção na cobertura dos fatos relacionados à saúde. "Por que a Aids dá tantas manchetes, enquanto a tuberculose, que mata muito mais – apesar de ser tratável – não é notícia? Porque os leitores dos grandes jornais, a maioria de classe média ou alta, não se sentem ameaçados pela tuberculose. Sabem que, se forem contagiados, se curarão, pois têm acesso a bons tratamentos. Já a Aids não

respeita fronteiras sociais e por isso assusta muito mais", analisou o dr. José Noronha.

Além do sensacionalismo, a imprensa peca pela superficialidade, na avaliação dos médicos. Segundo eles, muitas vezes, os meios de comunicação estimulam o consumo de novas tecnologias que não se aplicam a qualquer tipo de tratamento. "Mas o paciente, quando chega ao consultório, não quer nem saber. Ele leu ou viu na televisão sobre 'uma nova cura com laser' e exige ser tratado ou operado com este método. O problema é explicar que aquele tratamento x, amplamente veiculado na mídia, não tem nada a ver com o problema que ele está apresentando", acrescentou.

A falta de cuidado na apuração da notícia também foi alvo de muitas críticas. Para o dr. José Noronha, um bom exemplo seria a utilização da expressão "epidemia", quando se trata de um surto. "Do ponto de vista da saúde pública, a discussão é irrelevante, mas para a opinião pública faz muita diferença."

Segundo Rosental Calmon Alves, este problema se apresenta de forma mais visível quando a notícia é produzida no exterior. "Realmente, precisamos ter mais critério na publicação de notícias que vêm de fora. A imprensa não pode estar divulgando a cada semana uma nova 'cura' para a Aids. Por isso, estabelecemos recentemente uma norma de que qualquer notícia tirada das agências internacionais deve ser comentada por um especia-

lista brasileiro. Ele vai informar, por exemplo, no caso dos novos tratamentos, quanto tempo aquela descoberta vai demorar para chegar aqui e explicar o que ela significa."

A questão das fontes jornalísticas também foi levantada pelos médicos, para os quais a imprensa tende a escolher sempre os mesmos interlocutores, alguns dos quais sem o aval da categoria.

Para Flavio Pinheiro, diretor-executivo da *Veja-Rio*, a culpa nesse caso não cabe só aos jornalistas. "A imprensa não tem nenhuma predileção para buscar fontes não-qualificadas entre os médicos. O que existe é uma grande dificuldade para obter informações."

De fato, os próprios médicos admitiram que, muitas vezes, devido ao seu próprio trabalho, não é possível encontrar disponibilidade para falar com a imprensa. "Do ponto de vista do médico, o contato com a imprensa é penoso e complicado. Toma muito tempo; muitas vezes, o pedido de entrevista vem em momentos onde isso é impossível, como no meio de uma cirurgia ou de uma consulta", explicou o dr. Drauzio Varella, cancerologista do Hospital Sírio e Libanês.

Limites para a imprensa – Por detrás de todas as discussões pairou sempre um tema delicado: quais deveriam ser os limites éticos da imprensa, em geral e particularmente quando se refere à saúde. Durante o seminário, em diversos momentos, foi questiona-





O precário estado de funcionamento dos hospitais públicos foi apontado como um dos fatores que dificultam aos médicos realizar bem o seu trabalho

do o direito da imprensa de publicar informações sobre a vida privada de figuras públicas, como, por exemplo, as doenças que estariam sofrendo ou que as levaram à morte.

Em geral, os jornalistas presentes ao seminário defenderam o direito da imprensa a divulgar este tipo de notícia. Na opinião de Warren Hoge, quanto mais informação, melhor. Para ele, a imprensa tem obrigação de divulgar boletins médicos quando se referem a figuras públicas, como os políticos, "porque, neste caso, seu estado de saúde tem efeitos concretos sobre a vida das pessoas".

A opinião coincide com a de Dominique Dhombres, para quem esconder a verdade, como ocorreu em relação ao câncer do ex-presidente francês François Mitterrand, foi uma atitude equivocada: "Quando Mitterrand se submeteu à sua primeira operação, o comunicado médico informou que estava tudo bem. E a imprensa terminou reproduzindo esta versão, que não era verdadeira."

Outro exemplo apontado pela correspondente do *Le Monde* de manipulação da ver-

dade se deu na morte do filósofo Michel Foucault. "Quando ele faleceu, toda a imprensa francesa mentiu, por pura hipocrisia. Disseram que ele morreu de um 'raro tipo de tumor', quando na verdade tudo indica que tenha morrido de Aids."

O preconceito em torno desta doença – e o papel que a imprensa tem ou teve para reforçá-lo ou desfazê-lo – foi também levantado no seminário. "No início, a mídia apelidou a Aids de 'praga gay'. Isso provocou enorme dano à sociedade, ao deixar implícita a falsa mensagem de que ela era 'coisa só de homossexuais'. Com o tempo, os meios de comunicação deixaram de abordar o assunto de forma sensacionalista e passaram a fazer uma cobertura mais séria", lembrou Noll Scott.

Nesse sentido, tanto para os jornalistas quanto para os médicos, o surgimento da Aids foi considerado um divisor de águas, pois nenhuma outra doença tinha colocado de forma tão clara a discussão sobre os limites éticos da imprensa.

"A Aids muda, ou pelo menos explicita, certos fundamentos do jornalismo. Antes dela, não havia nenhum fator que colocasse de forma tão clara a questão da ética. Por mexer com a sexualidade, ela ampliou, mas ao mesmo tempo complicou a cobertura jornalística. Criou até um desafio de linguagem, obrigando a escolha de um vocabulário mais cuidadoso", ponderou Ricardo Gandour, diretor-adjunto de Marketing da *Folha de S. Paulo*.

Dado o forte preconceito em torno da Aids, o *New York Times* decidiu, no necrológio de personalidades supostamente vítimas da doença, colocar sempre a versão oficial da família. "Publicamos que, segundo os parentes, a pessoa morreu de tal ou qual doença. Assim, a responsabilidade sobre a veracidade da notícia fica nas mãos da família."

O raio X das relações entre a imprensa e a comunidade médica mostrou um relacionamento nem sempre harmônico, mas cujas arestas devem ser aparadas em benefício da população. "Com seus erros e acertos, o jornalismo médico é importante para formar opinião. Os meios de comunicação podem desempenhar um papel importante na conscientização da população sobre seus direitos no que se refere à saúde. Podem contribuir, por exemplo, para que as pessoas tivessem claro que saúde gratuita e de qualidade é uma obrigação do Estado", resumiu Noll Scott.



ERRO MÉDICO: FATO E PRECONCEITO

Genival Veloso de França*

Ninguém pode negar a contribuição dos meios de comunicação na luta pelas conquistas coletivas. É injusto questionar sua importância como veículo de transformação social. Mas quanto ao papel da imprensa na divulgação de fatos ligados à saúde, seria interessante saber qual o seu limite ético e se é justo levantar-se limites dessa ordem.

Toda atividade humana está sujeita a uma conduta balizada por princípios, exigidos e consagrados pela sociedade. Ao se cobrar dos meios de comunicação certas posições, o que se quer não é aparelhar a divulgação do fato, mas que ele seja tão sincero e imparcial que as coisas sejam colocadas nos devidos lugares: no interesse do conjunto da sociedade e no respeito à dignidade humana. Não se pode aceitar a "ética de resultado", em que se procura o ganho imediato, oportunisticamente conquistado para marcar "furos".

Se a Medicina pode ser criticada pelo hermetismo nem sempre justificado e corporativismo exagerado, cabe à imprensa reparos à imensa concentração de poderes dos empresários da notícia, à sua submissão ao poder econômico e político, à sua atenção deliberada ao sensacionalismo, à invasão da privacidade do cidadão, à manifesta intolerância em favor das mudanças sociais e à negação do direito de defesa que merece o acusado.

Não se pode responsabilizar a imprensa por fatos que ela se limita apenas a informar, mesmo que equivocadamente. Mas ela deveria contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de saúde e o aprimoramento da própria profissão médica. Medicina e imprensa têm contas a acertar com o cidadão. Ambas têm um débito para com a verdade.

O mau resultado – Nem todo mau resultado na assistência à saúde individual ou coletiva é sinônimo de erro médico. É preciso começar a desfazer o preconceito que existe em torno dos resultados atípicos e indesejados na relação profissional entre médico e paciente.

Os órgãos formadores de opinião poderiam contribuir em fazer avançar a sociedade denunciando as péssimas condições assistenciais e a desorganização dos serviços de saúde em nosso país.

Exige-se muito dos médicos, mesmo sabendo que sua ciência é inexata e que sua obrigação é de meios e não de resultados. Mesmo sendo a vida um bem imensurável, a supervalorização desta ciência não encontrou uma fórmula mágica e infalível. Por isto não se pode concordar que todo resultado infeliz seja um erro médico.

Não se quer negar que o erro médico exista. Ele existe e até mais do que se alega. É decorrente de uma forma anômala e inade-

*Medicina e imprensa
têm contas a acertar
com o cidadão.
Ambas têm um débito
para com a verdade*

quada de conduta profissional, capaz de produzir danos à vida ou à saúde do paciente por imperícia, imprudência ou negligência.

Mas há outras causas que favorecem o mau resultado, como as péssimas condições de trabalho e a penúria dos meios indispensáveis no tratamento das pessoas.

Não deixa também de ser mau resultado o fato de os pacientes não terem leitos nos hospitais, não serem atendidos nos ambulatórios por falta de profissionais ou não poderem comprar remédios. Afinal, os pacientes não estão morrendo nas mãos dos médicos, mas nas filas dos hospitais, a caminho dos ambulatórios, nos ambientes insalubres de trabalho e na iniquidade da vida que levam.

Causas do erro médico – Ninguém desconhece, por exemplo, o despreparo técnico e intelectual do médico que se está for-

mando. Nem mesmo sabemos o tipo de profissional que necessitamos. Seu aparelho formador, salvo algumas exceções, está transformado em fábricas de diplomas, carentes de recursos materiais, desfalcado de uma estrutura curricular mais séria e contando com professores, na sua maioria, despreparados e sem motivação.

Entre 1808 e 1960 foram criadas no Brasil 27 faculdades de Medicina. De 1960 a 1970 houve uma proliferação inconseqüente de cursos médicos, que passaram de 27 para 75. Só no malsinado ano de 1968 foram abertas 13 escolas.

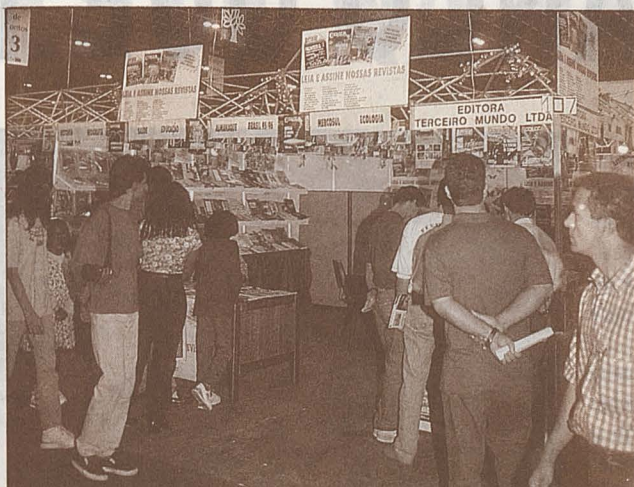
Se o aumento de vagas representasse uma oportunidade de distribuir melhor os médicos em nosso território e, com isso, melhorar a assistência à população, tudo bem. No entanto, isso não se verificou, porque elas foram criadas por pressão de políticos locais e interesses eleitoreiros de quem as autorizou.

O que fazer? – A sociedade deve ser incentivada a lutar cada vez mais pela melhoria das condições de vida e da saúde, pois isto não pode ser da exclusiva competência do médico.

Por sua vez, os médicos que assumem sua profissão como ato político e compromisso social não podem deixar de manifestar sua revolta diante das crescentes disparidades, principalmente quando muitos sofrem de doenças curáveis e tratáveis.

É necessária também uma revisão do aparelho formador. Isso não significa apenas mudar currículos como parte de uma suposta pedagogia moderna, mas uma política que indique que tipo de médico queremos formar, adequando-o às nossas reais necessidades e à realidade. É preciso lutar pelo ensino público e de boa qualidade, com propostas para os interesses da coletividade. É isso que caracteriza o ensino público e não apenas sua gratuidade.

* Trechos do trabalho apresentado pelo professor-titular de Medicina Legal da Universidade Federal da Paraíba no seminário "Informação e Saúde", no Rio de Janeiro, em junho de 1995.



'Almanaque Brasil'

Um panorama abrangente sobre o país nos aspectos histórico, geográfico e social. Eis o conteúdo do *Almanaque Brasil 1995/1996*, lançado pela Editora Terceiro Mundo na VII Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, realizada em agosto, no Riocentro.

A obra trata da integração econômica e cultural com outros países, que se expressa nos acordos do Mercosul e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; apresenta a cronologia básica do país nos séculos XIX e XX; e mostra textos analisando a situação brasileira em 14 áreas, como Educação, Saúde, População, Emprego, Pobreza, Comunicação, Mulheres, Religião, Meio Ambiente e Violência. Neste capítulo, Brasil Quadro a Quadro, o *Almanaque* apresenta, entre outros, o número de estabelecimentos de ensino dos três graus por estado; o perfil populacional; dados sobre a concentração de meios de comunicação nas mãos de poucos grupos, e a preferência religiosa da população.

Discriminação por gênero

Pouco menos de um mês antes da IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, em Beijing, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud) divulgou dados que revelam ainda enorme desigualdade entre os dois gêneros. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 1995, 70% dos pobres e 66% dos analfabetos do mundo são mulheres.

Há também a segregação salarial: as trabalhadoras ganham em média 75% dos salários pagos a trabalhadores. No Brasil, essa relação ainda é mais prejudicial às mulheres: ganham 46% a menos que os homens. A representação política das mulheres também é inferior. A média mundial é de 10% das cadeiras dos parlamentos. No Brasil, esse índice cai para 5%. Os dados são relativos a 1994.

No Relatório do Pnud, o Brasil ocupa a 63ª posição entre 174 nações em relação ao índice de Desenvolvimento Humano, que leva em conta expectativa de vida, nível de educação e Produto Interno Bruto.

Etransport'95

A segurança no transporte será um dos temas principais do VII Congresso sobre Transporte de Passageiros (Etransport'95). O evento será realizado de 3 a 7 de outubro no Riocentro, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O Brasil mantém o título de campeão mundial de acidentes de trânsito, que causam a cada ano entre 50 mil e 60 mil mortes e 350 mil ferimentos e mutilações. São 1 milhão de acidentes anuais, sendo 300 mil com vítimas. Além do dano físico, o alto número de acidentes causa prejuízos de US\$ 5 milhões anuais aos cofres públicos.

Além da discussão de medidas que possam reduzir o total de acidentes automobilísticos, os participantes do evento tentarão encontrar soluções para os problemas de trânsito nos grandes centros urbanos.

Simultaneamente ao VII Etransport'95, será realizada a 1ª Feira Rio Transporte (Fetransrio'95), onde empresas, especialmente fornecedoras de insumos para companhias de transporte rodoviário, estarão demonstrando seus produtos. A expectativa dos organizadores é que os eventos reúnam 3 mil pessoas.

Fundação Oscar Niemeyer

O vice-presidente da República, Marco Maciel, visitou no dia 21 de agosto a sede da Fundação Oscar Niemeyer, no bairro da Glória (Zona Sul do Rio). Acompanhado do próprio arquiteto, do filólogo Antônio Houaiss, ex-ministro da Cultura, e de José Aparecido de Oliveira, ex-embaixador do país em Portugal, Maciel conheceu o acervo de projetos do arquiteto, administrado pela Fundação, e a exposição permanente *Desenhos e Croquis*. Sob o traço de Niemeyer, podem ser vistos na mostra os contornos de alguns de seus principais projetos, como o Complexo da Pampulha, em Belo Horizonte, a Universidade de Constantine, em Argel (Argélia), e a sede do Partido Comunista Francês, em Paris, e da editora Mondadori, em Milão.

Criada em 1988, a Fundação Oscar Niemeyer tem como objetivos principais estudar, preservar e divulgar a obra do arquiteto e realizar pesquisas sobre arquitetura, urbanismo, *design* e artes plásticas contemporâneas. Os interessados podem consultar o acervo de segunda a sexta, das 10h às 17h, na Rua Conde de Lages, 25.



O BANCO QUE IN

Leite materno traz inúmeros benefícios tanto para a criança quanto para a mãe.

Razões culturais e econômicas que o colocaram em desuso estão sendo superadas

Glória Dias da Cruz

O Brasil desperdiça mais de um bilhão de litros de leite humano por ano devido ao desmame precoce — 43% dos recém-nascidos deixam de mamar no peito após o terceiro mês de vida, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria. A cada dia, mil crianças brasileiras morrem vítimas de diarreia infecciosa, que tem entre as causas a interrupção prematura do aleitamento materno. João Aprígio, diretor de Leite Humano do Instituto Fernandes Figueira (Rio de Janeiro), define o desmame precoce no país como um “paradoxo social”.

Centro de referência nacional para os bancos de leite do Brasil, o do Fernandes Figueira foi o primeiro a ser criado no país, em 1943, e recebe, processa e distribui de 300 a 400 litros mensais de leite humano. O alimento é destinado a bebês nascidos na maternidade da instituição — em Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro — ou mesmo fora, que por serem prematuros e doentes não podem mamar no peito da mãe.

Toda mulher que esteja amamentando seu filho pode ser doadora. Não há qualquer efeito prejudicial, já que, quanto mais se retira leite, mais se produz. Representantes da instituição buscam o leite materno a domicílio. Para doarem o alimento ao banco do instituto, as mães do Rio devem retirar o leite que sobrou no peito com as mãos, apertando por trás do

mamilo, e colocar o líquido num frasco esterilizado (tipo o de maionese). Ele pode ser mantido na geladeira por 24 horas e no freezer ou congelador por até 15 dias.

O Fernandes Figueira destina o leite aos bebês sem condições de mamar no peito ou cujas mães apresentem comprovação médica da impossibilidade de amamentar. Passados os problemas, os médicos recomendam e orientam a mulher a voltar a oferecer o peito à criança.

A unidade sofreu em 1986 “transformações físicas, estruturais e filosóficas”, segundo João Aprígio, pois percebeu que não bastava coletar e distribuir leite. “Na década de 80, devido ao empobrecimento da população brasileira, aumentou em 17% o número de nascimentos de prematuros e de bebês de baixo peso (menos de dois quilos e meio). Como a saúde da criança começa com a da gestante, percebemos que precisávamos ajudar a mulher”, conta.

A unidade passou, então, a ser um “elemento promotor da alimentação natural”, tentando superar os fatores que dificultam o aleitamento materno. Até porque grande parte deles são mitos, que fazem com que as mulheres tenham receio de amamentar seus filhos. Uma das principais preocupações é de fundo estético: que a amamentação faz os seios caírem, um medo infundado. A própria gravidez pode causar mudanças na forma e posição dos seios. Amamentar ainda reduz em 25% os riscos de câncer de mama. Em agosto, cientistas do Instituto Karolinska, de Estocolmo (Suécia), descobriram que a alfa-lactal-

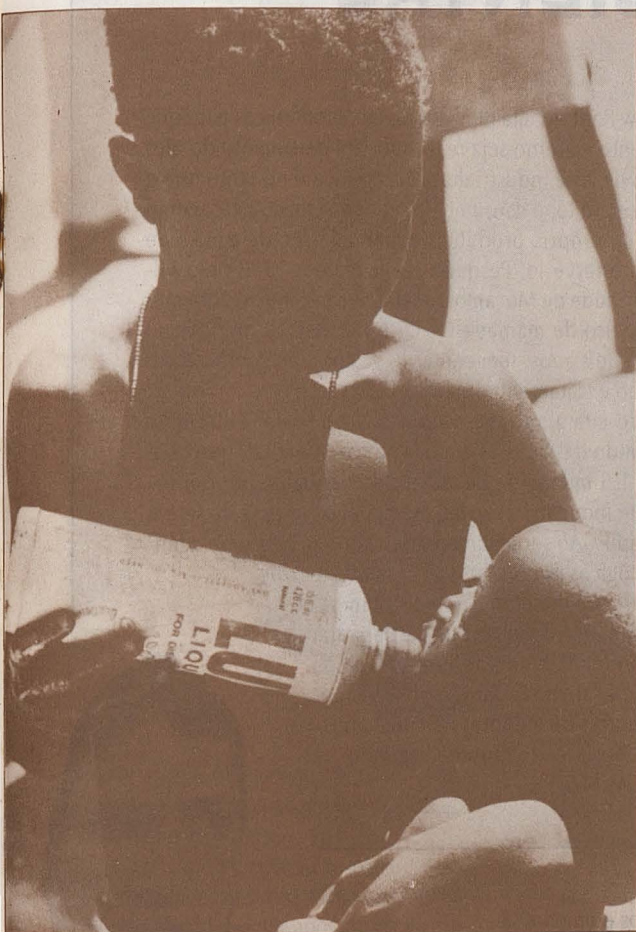


O leite materno contém substâncias que reduzem. No Terceiro Mundo, é comum o preparo de leite em pó

bumina, freqüente no leite materno, induz o desaparecimento de células cancerosas.

O tamanho do seio não importa para a amamentação, pois a mulher não precisa armazenar leite como outros mamíferos. A produção se dá no momento do aleitamento. O trabalho também não afeta a qualidade do leite. A mãe pode dar de mamar nos períodos que estiver em casa, retirar e guardar seu leite para os momentos de sua ausência. A mulher tem direito a dois descansos remunerados, de 30 minutos cada, durante a jornada de trabalho, para amamentar por seis meses ou por período maior, se for necessário. A maioria das doenças não inviabiliza a amamentação, inclusive a tuberculose, mesmo na fase ativa, desde que

VESTE NA VIDA



o risco da criança contrair diversas doenças, com água contaminada, aumentando esse perigo

o bebê seja medicado de acordo com orientação médica.

Vantagens do aleitamento materno

O leite humano contém vitaminas, minerais, gordura, açúcar e proteínas, que previnem problemas como a desnutrição. Por outro lado, também, previne a obesidade da criança, já que a superalimentação durante a fase de amamentação aumenta o número de células adiposas, formadas nessa época, e pode causar a propensão para engordar pelo resto da vida. Outra vantagem do leite humano é ter substâncias imunológicas, protetoras contra o cólera, dengue, otites, problemas respiratórios, diarreias etc.

Amamentar exerce, ainda, profundos reflexos psicológicos na criança, que terá mais condições de se tornar um adulto perspicaz, bem preparado para a vida. Até porque o leite humano tem em sua composição ácidos graxos poliinsaturados, que favorecem o desenvolvimento do intelecto. Pesquisa recente feita em Londres comprovou que bebês amamentados naturalmente têm QI (quociente de inteligência) mais elevado. O colostro (leite dos primeiros dias) defende a criança contra a prisão de ventre, alergias e doenças que a mãe já teve. Ele pode ser claro ou amarelo, grosso ou ralo, não importa. A qualidade é a mesma.

Dar o peito logo que o bebê nasce diminui o sangramento após o parto e faz o útero voltar ao normal mais rapidamente, devido à produção do hormônio ocitocina. Já o

prolactina faz os seios produzirem o leite e, como são usadas as reservas energéticas armazenadas durante a gravidez, a mulher tende a voltar logo ao seu peso normal.

O ato de amamentar até o sexto mês de vida do bebê também é um método anticoncepcional nesse período. Se a mãe ainda não menstruou, deve dar o peito todas as vezes que o seu filho quiser, inclusive de noite, e o seu próprio organismo produzirá substâncias que ajudam a evitar outra gravidez. Mais tarde, é melhor usar preservativo, diafragma ou DIU, porque pílulas diminuem o leite.

O procedimento para a amamentação é fácil. Deve-se segurar o bebê colado ao corpo da mãe, encostar o bico do peito em sua bochecha, para ele virar a cabeça e pegar o pei-

to (reflexo da busca); segurar a mama com o polegar acima da auréola e o indicador e a palma da mão abaixo; fazer o bebê abocanhar a maior parte da auréola. Ele deve esvaziar um peito antes de passar para o outro. Na mamada seguinte, começar com o peito que o bebê sugou por último. Sentir o ritmo de sucção, deglutição e pausa. Depois é só segurar o bebê sobre o ombro e massagear suas costas, para ele arrotar.

Herança cultural – Os mitos como “meu leite é fraco” ou “meu leite secou”, entre outros, surgiram como justificativas para um problema muito simples: o de não saber amamentar. A história do aleitamento materno no Brasil mostra que a própria sociedade, dita moderna, cria instrumentos geradores do desmame precoce.

A primeira citação que se tem notícia no país, sobre aleitamento, é de 1500, numa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. O escravidão ficou espantado ao ver uma índia dando de mamar ao filho, pois na sociedade portuguesa não havia esse hábito. Camponesas da periferia de Lisboa, chamadas de salóias, alugavam seus seios para a aristocracia. O Brasil acabou “importando” esse costume durante a escravidão, com o surgimento das amas-de-leite negras. Por volta de 1800 era comum ver nos jornais ofertas de escravas que alugavam seus seios, compradas pelos senhores de engenho.

Até que surgiu a puericultura, na figura do higienista. O profissional começou a informar que a saúde do bebê é responsabilidade da mãe. Uma tese de 1838, sobre aleitamento materno, mostra a preocupação equivocada das mulheres em não prejudicar sua estética e beleza ao amamentar.

Os mitos de que “dar de mamar faz cair os peitos” e outros foram “alimentados” e ganharam força na virada do século XX com a industrialização do leite. O Brasil começou a importar o produto da Suíça, ao mesmo tempo em que a mamadeira chegava ao nosso conhecimento como “símbolo de modernidade”. Na década de 20, cresceu o parque industrial de laticínios. Duas décadas depois, para dar vazão ao superestoque de leite em

ASPECTO AMBIENTAL

Além dos efeitos positivos à saúde da mãe e da criança, o aleitamento materno também deve ser incentivado porque impede danos ao meio ambiente provocados pela ingestão maciça de leite industrializado. Segundo o estudo *O impacto ecológico da alimentação por mamadeira*, elaborado pelo ambientalista Andrew Radford, o consumo de leite em mamadeiras "significa mais desmatamento, erosão, poluição (por dioxinas e outros elementos tóxicos), mudanças climáticas e desperdício de recursos".

Radford afirma que se todo bebê nascido nos Estados Unidos bebesse leite "artificial", cerca de 86 mil toneladas de alumínio seriam usadas na confecção de latas do produto. Estas usariam 1.230 toneladas de papel. O ambientalista ressalva que latas, papéis e plástico, borracha e vidro presentes na composição de mamadeiras, bicos e outros acessórios podem ser reciclados, mas salienta que o reaproveitamento é feito na minoria dos casos.

O incentivo ao consumo do leite industrializado traz danos ao meio ambiente ao exigir maior área de pastagem para as vacas leiteiras, com o desmatamento, erosão e compactação do solo. "Para se produzir um quilo de leite (em pó) para bebês, gastam-se no México, 12,5 m² de floresta tropical", afirma o ecologista.

Andrew Radford cita também razões econômicas para que o aleitamento materno seja realizado, em detrimento do oferecimento de leite industrializado à criança. Enquanto que o primeiro é gratuito, o consumo do segundo exige gastos, como a compra do próprio produto, de mamadeiras, de água e de energia para fervê-lo. Pesquisa realizada em 1982 pelo Ministério da Saúde de Moçambique demonstrou que o aumento de 20% no uso de mamadeiras custaria US\$ 10 milhões no período de dois anos, sem contar os gastos com combustível, distribuição e tratamento infantil.

Radford cita ainda um estudo divulgado em 1991 pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que concluiu que 1,5 milhão de bebês morrem anualmente por tomarem leite industrializado em mamadeiras em vez de serem amamentados. Ao ser amamentada, a criança absorve agentes imunológicos importantes para seu desenvolvimento. O leite materno é uma substância eficaz no combate a doenças que causam diarreia. As enfermidades diarreicas, ao lado da pneumonia e sarampo, são responsáveis por 60% das mortes de menores de cinco anos nos países do Terceiro Mundo, segundo o Unicef. (M.M.)

pó, o governo federal implantou um programa de distribuição do produto para comunidades carentes, coordenado pela antiga Legação Brasileira de Assistência.

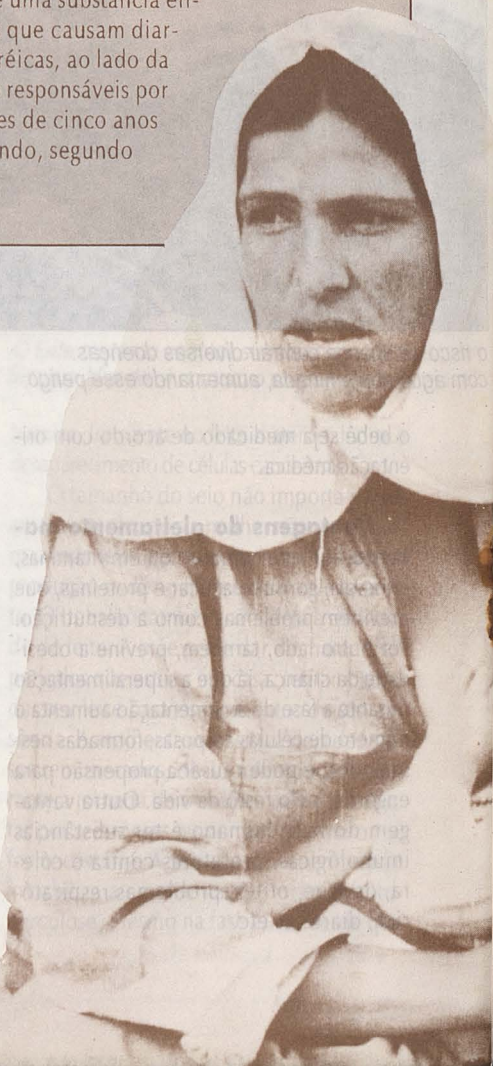
Segundo João Aprígio, o apogeu do incentivo ao desmame ocorreu na década de 70, até que, em 1979, Ano Internacional da Criança, os altos índices de mortalidade infantil assustaram. Estatísticas revelaram que em São Paulo 54% dos bebês eram desmamados antes de um mês de vida. Na Grande Recife, o percentual subia para 85%. Os próprios médicos contribuíam para o desmame: 90% dos pediatras aconselhavam o uso (desnecessário nos primeiros dias) de chás e água; mais de 50% sugeriam o uso de mamadeira.


Para reverter esse quadro, o governo criou, em 1981, o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno e várias ações foram desenvolvidas, como obrigar os hospitais e maternidades vinculados ao Sistema

Único de Saúde (conveniados e próprios) a manterem mãe e filho juntos no mesmo quarto 24 horas por dia.

Incentivo ao aleitamento - Com a reformulação do Instituto Fernandes Figueira, um consultório de amamentação foi aberto à comunidade, com o objetivo de orientar as mães com dificuldades como rachadura da mamilo, leite empedrado, mastite, dúvidas sobre a qualidade do leite. Em palestras ou mesmo explicações individuais, várias dúvidas são sanadas. As mães também aprendem a dar de mamar, a tirar o excesso de leite, a segurar o bebê, enfim, a iniciar com o seu filho uma relação saudável e prazerosa para ambos.

O diretor do Banco de Leite do instituto considera fundamental a atuação do profissional de saúde como facilitador da relação mãe-filho. No Fernandes Figueira são ministrados





A produção de leite materno é diretamente ligada à vontade da mãe de amamentar e à do bebê de se alimentar

vários cursos de treinamento de profissionais, inclusive o único do país de pós-graduação em aleitamento materno.

A lactação ou produção de leite é um ato biológico, que se inicia no último trimestre da gestação, sendo liberada após a saída da placenta. Já a amamentação possui variáveis emocionais. O leite é fabricado na mama, quase de imediato, após um estímulo fundamental: o bebê. Ou melhor, o sentimento da mulher em querer alimentar o filho. "Amamentar é um fenômeno psicossomático", garante João Aprígio. Segundo ele, se a mãe rejeita o filho, a lactação sofre interferências e o leite pode acabar em pou-

O ato de amamentar também traz benefícios para a mulher, como a redução em 25% da possibilidade de surgimento do câncer de mama e do sangramento

co tempo. Já a mãe que, por exemplo, ao se afastar pela primeira vez do bebê, sente saudade só de pensar no filho, fabrica leite. Estresse e preocupação costumam diminuir a produção momentaneamente, até que o equilíbrio se restabeleça. Nesses casos, o melhor é colocar o filho para sugar o peito mais vezes.

O trabalho no Instituto Fernandes Figueira também inclui o desenvolvimento de pesquisas sobre os principais problemas dos bancos de leite do país, como a armazenagem. Os gastos foram reduzidos em 30% apenas com a aprovação de frascos de maionese, café solúvel e correlatos para armazenar com total segurança o leite coletado. Antes, o uso de embalagens especiais encarecia o serviço.

Quando a doação chega ao banco, é separada uma amostra para controle de qualidade. Todo o sistema de doação é informatizado.

O leite é descongelado a 37 graus, colocado em embalagem esterilizada e pasteurizado – aquecido a 65 graus, mantido nessa temperatura por 30 minutos e resfriado rapidamente. Esse processo mata todos os microorganismos patogênicos, inclusive o vírus HIV, causador da Aids. O Banco de Leite do Instituto possui a única máquina liofilizadora do Brasil, que desidrata o leite humano, transformando-o em pó. A água do leite é retirada por ação do frio (40 graus negativos) e um vácuo quase absoluto permite que ocorra a passagem direta de gelo a vapor. Essa técnica conserva todas as propriedades biológicas do leite e o pó pode ficar guardado por até um ano.

O produto é fundamental para a manutenção da vida dos bebês internados na UTI, sem condições de sugar os seios da mãe. Para ajudá-los, está sendo montado no Fernandes Figueira o primeiro laboratório de nutrição experimental para recém-nascidos prematuros e de baixo peso. ■

JORNALISMO EM FORMA DE LIVRO

Autor de 'Chatô – o rei do Brasil', 'A ilha' e 'Olga', o escritor afirma que suas obras literárias são "trabalhos jornalísticos"

Marcelo Monteiro

Literatura e jornalismo sempre mantiveram uma relação muito estreita. Vários profissionais de imprensa viram nas páginas dos livros a oportunidade de expressarem seu talento para a comunicação escrita de forma mais elaborada, fato que o cotidiano agitado das redações dificulta bastante. Exemplos dessa migração não faltam, no Brasil e no exterior: Ernest Hemingway, Gabriel García Márquez, Euclides da Cunha.

O escritor Fernando Moraes é um exemplo de jornalista que priorizou a publicação de livros à atuação na imprensa, depois de anos dentro de redações, mas mantendo características do trabalho do repórter, como a apuração detalhada sobre fatos envolvendo "personagens" reais. Para escrever *Chatô – o rei do Brasil*, Moraes entrevistou mais de 200 pes-

soas e leu os 11.870 artigos escritos pelo empresário de comunicação Assis Chateaubriand.

"Meus livros são essencialmente trabalhos jornalísticos", afirma o autor da biografia de Chateaubriand, sucesso de vendas, com tiragem inicial de 80 mil exemplares.

Autor de *A ilha*, sobre Cuba e o regime de Fidel Castro, e *Olga*, que narra a trajetória da militante comunista Olga Benário, Fernando Moraes é um dos destaques no mercado literário brasileiro da última década do século XX, caracterizado pela liderança nas vendas de livros esotéricos e de auto-ajuda – Paulo Coelho e Lair Ribeiro freqüentam a lista dos mais vendidos durante meses e com mais de um título – e pelo sucesso das biografias, como as de Nelson Rodrigues, do Barão de Mauá e de Assis Chateaubriand. *Chatô – o rei do Brasil* ocu-

pava a quinta posição entre os mais vendidos no país (categoria não-ficção) na lista publicada pelo *Jornal do Brasil* no dia 5 de agosto.

Nessa entrevista, concedida a **cadernos do terceiro mundo**, Fernando Moraes fala de seu trabalho literário e do papel da imprensa no Brasil atual, dez anos depois do fim do regime militar e do fim da censura aos meios de comunicação. O jornalista foi deputado estadual em São Paulo nas legislaturas 1978/82, eleito pelo MDB, e 1982/86, pelo PMDB. Além dos três livros mais conhecidos, publicou *A primeira aventura na Amazônia* (com Ricardo Contijo), *Primeira página*, uma coletânea de suas melhores entrevistas, e *Soco na porta*, reproduzindo discursos parlamentares. Fernando Moraes foi vencedor do Prêmio Esso de Jornalismo e ganhou por três vezes o Prêmio Abril de Jornalismo.

FERNANDO MORAIS

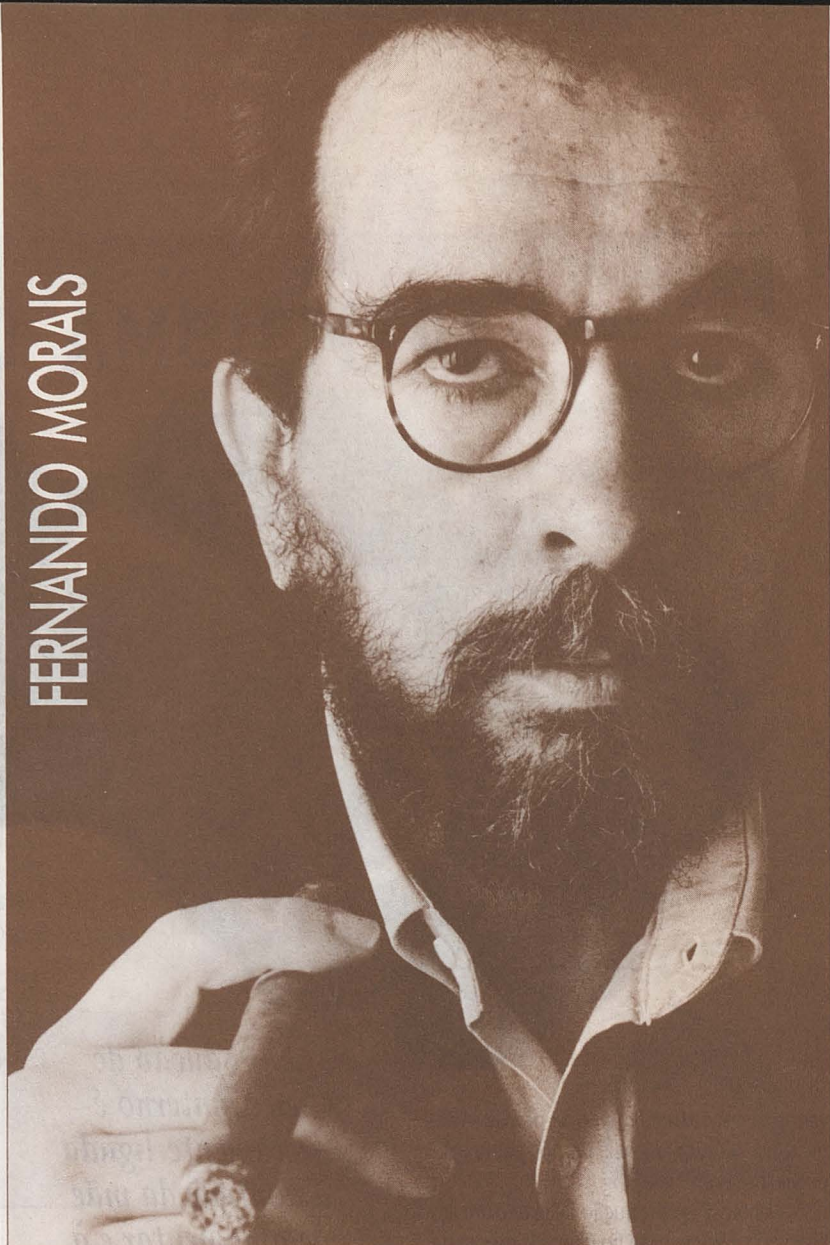


Foto: Cláudia Jaguaribe/Divulgação

● Você lançou em 1976 o livro *A ilha*, sobre Cuba, que teve papel marcante num momento em que se tinha uma quase completa falta de informações sobre o país no Brasil. Hoje, como vê o regime cubano? Acha que Fidel deveria deixar o poder ou acredita que o regime é vítima de pressões internacionais, como o bloqueio norte-americano? O que precisa mudar em Cuba?

Fernando Morais – É injusto acusar Cuba de ter permanecido intransigente e de não acompanhar as mudanças que o mundo viveu. Cada povo e cada país é que sabem onde lhe dói o calo. Talvez mais lentamente que o Vietnã, por exemplo, os cubanos também estão abrindo sua economia. Já há parcerias interessantes com empresas capitalistas estrangeiras e a tendência é que o processo se acelere. É evidente que o bloqueio imposto pelos Estados Unidos é um obstáculo à abertura. Mas alguns sinais – ainda que débeis – de Washington, como a autorização para que Cuba instale jornalistas nos Estados Unidos, permitem imaginar que Bill Clinton finalmente esteja vendo a realidade que sete presidentes norte-americanos se recusaram a enxergar: com Cuba a política do *big stick* (dominar pela força) não dá resultados.

● O gênero biografia é um dos que mais vende no mundo. Mas ao mesmo tempo é muito criticado, sobretudo nos meios acadêmicos, porque os recursos ficcionais muitas vezes são mais realçados do que a chamada veracidade dos fatos. O que acha de tais críticas?

FM – É preciso não confundir recursos ficcionais – que eu, por exemplo, não utilizo – com tratamento literário, que é uma preocupação estética com o texto. Não vejo confronto entre a História relatada por acadêmicos e a que vem sendo produzida por jornalistas, algumas vezes sob forma de biografias. São duas linguagens diferentes, dois formatos distintos que, em vez de trombarem, podem se complementar. Nos

livros que tenho escrito, muitas vezes recorro à bibliografia acadêmica, que funciona como uma âncora para não perder o link com a história formal.

● Como encara as opiniões de que Chatô seria uma “biografia romanceada” ou um “romance biográfico”?

FM – Se dizem isso porque o personagem teve uma vida que se assemelha a um romance, concordo. Ou se esta é uma referência ao tratamento literário – e não é ficcional – que procurei dar ao texto. Mas tudo o que está descrito ali são fatos ou, pelo menos, versões de como esses fatos teriam acontecido.

● É possível fazer uma comparação entre Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, os dois principais empresários de comunicação do Brasil neste século?

FM – É preciso lembrar sempre que Chateaubriand e Roberto Marinho viveram em dois Brasis completamente distintos, o que dificulta a comparação. O Brasil de Chateaubriand tinha um terço da população atual, um número proporcionalmente muito maior de analfabetos, índices de miséria muito inferiores. Há algumas semelhanças e muitas diferenças entre os dois personagens. Eles se parecem muito no volume de poder que empalmaram. Mas são completamente diferentes na forma de exercer esse poder. Enquanto Roberto Marinho é um homem discreto, que atua nos bastidores, Chateaubriand era escancarado, exposto. Tudo o que ele fazia – mesmo as maiores iniquidades – era assinado, era público. Quanto mais se mergulha na história deles, mais diferenças aparecem. Roberto Marinho é reconhecidamente um empresário eficiente, de sucesso. Chateaubriand dirigia um império de 100 empresas sem nunca ter lido – por não saber – um balanço contábil.

● Você trabalhou na chamada “grande imprensa” e, apesar de ainda colaborar com

veículos de comunicação, hoje é reconhecido pelo público como escritor. Por que essa prioridade no momento à literatura e não ao jornalismo? Você diria que seus livros são obras literárias jornalísticas, narrando fatos ocorridos em determinadas épocas e com determinados personagens?

FM – Meus livros são essencialmente trabalhos jornalísticos.

Se consigo dar a eles tratamento literário, isto se deve ao tempo de que disponho para produzi-los, infinitamente maior do que têm os profissionais que estão no dia-a-dia das redações. Não fossem tão extensos, tanto *A ilha*, como *Olga* ou *Chatô*, poderiam tranquilamente ser

publicados em jornais ou revistas. A minha opção pelos livros se deve a essas vantagens sobre o jornalismo cotidiano e, também, à retribuição material. Se um livro vende bem, ele permite que o autor possa viver de direitos autorais com alguma segurança. Para não perder o contato com o jornalismo, aceitei o convite para publicar um artigo semanal na revista *Manchete*. Acho que ainda não peguei a embocadura que gostaria, mas espero chegar lá logo. E, mais irregularmente, faço reportagens para a revista *Playboy*, como o perfil do ex-presidente Collor publicado na edição de julho.

● Uma de suas grandes contribuições foi o livro *Olga*, narrando a história de Olga Benário, mulher de Luiz Carlos Prestes, deportada pelo governo brasileiro da época e depois morta num campo de concentração nazista. Você não tem receio de ferir pessoas, entidades ou instituições quando coloca no grande circuito histórias como estas?

“A educação é a solução da tragédia brasileira. Se não enfrentar essa questão, o Brasil não será jamais civilizado”



"Tanto Olga como Chateaubriand foram personagens polêmicos. Se eles dividiam opiniões, parece inevitável que isso aconteça com livros que contam suas vidas"



FM – Tanto Olga Benário quanto Assis Chateaubriand foram personagens muito polêmicos, cada um à sua maneira. Essa característica talvez tenha sido um dos ingredientes da boa aceitação desses livros pelo público leitor. Procuro tomar cuidado com a apuração das informações, mas é inevitável que histórias como as deles provoquem discussões. Se os personagens dividiam opiniões, parece inevitável que isso aconteça com livros que contam suas vidas.

● Você foi secretário de Cultura e Educação nos dois últimos governos do PMDB em São Paulo. Quais as bases que deveriam nortear as ações das autoridades, tanto federais, estaduais e municipais, nessas duas áreas?

FM – Minha passagem pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo reforçou a convicção de que a educação é o problema mais grave do Brasil – e a solução da tragédia brasileira. Não estou reinventando a roda: todos os países que deram certo – independente da opção política ou econômica que fizeram – resolveram primeiro o problema da educação. Sem exceção. Se não enfrentar já essa questão, o Brasil pode entrar no século XXI parlamentarista ou presidencialista, monarquista ou social-democrata, mas não será jamais civilizado. Quanto à Cultura, continuo achando que o Estado joga um papel essen-

cial no estímulo à produção cultural. Não se trata de distribuir dinheiro a fundo perdido para a realização de aventuras existenciais, mas de cumprir uma responsabilidade que é social e, portanto, do Estado.

● Você apresentou seis edições do programa Quarto poder, na TVE, sobre o papel da imprensa. No programa, o senador Arthur da Távola disse que a imprensa era na realidade o primeiro poder, enquanto o jornalista Carlos Heitor Cony afirmou que a mídia não poderia ser considerada um poder. Como você analisa essa questão?

FM – Não vi essa edição do Quarto poder – eu ainda não estava trabalhando lá – e portanto fica difícil saber em que contexto as afirmações foram feitas. Acredito que, numa democracia, a imprensa é, sim, um poder excepcional. O caso Watergate e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor – para ficar só em dois exemplos – são as provas mais eloquentes disto.

● Como, na sua opinião, os maiores veículos de comunicação brasileiros têm utilizado esse poder?

FM – Depois de passar duas décadas amordaçada – em alguns casos auto-amordaçada – a imprensa viveu uma ruidosa lua-de-mel com a liberdade de expressão. E, nessa excitação, cometeu exageros. Em muitos casos, os jornais pareciam querer substituir as instituições: eles investigavam, acusavam, julgavam, condenavam e executavam a pena. O melhor exemplo disto talvez tenha sido o que aconteceu com o ex-ministro Alcení Guerra (titular da Saúde no governo Collor), que teve sua vida política e pessoal destruída e depois ficou comprovado que era inocente em todas as acusações. Até jornalistas independentes e combativos, como Gilberto Dimenstein e Bóris Casoy, já manifestaram preocupação com o que chamam de “denuncismo” da imprensa.

● Cláudio Humberto Rosa e Silva, ex-portavoz de Collor, foi recentemente condenado

a destinar toda a arrecadação do livro Mil dias de solidão ao senador Bernardo Cabral, por ter incluído na obra uma informação supostamente falsa sobre o ex-ministro. Você acredita que isso pode criar um precedente perigoso para a liberdade de informação no país ou é uma reparação justa por um comportamento antiético de um escritor?

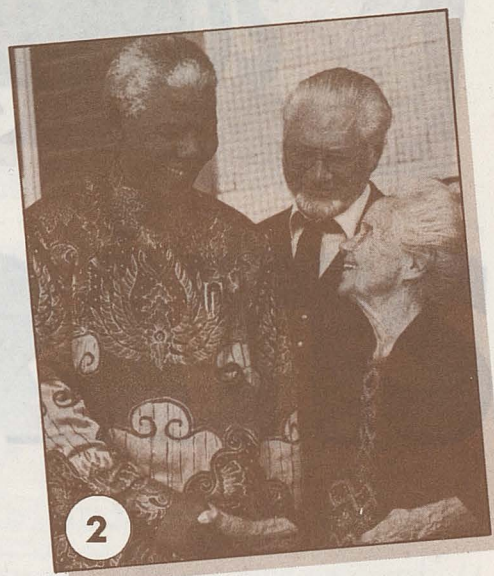
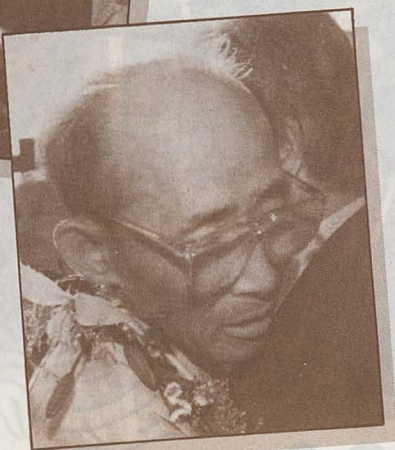
FM – Eu me interessei tanto por essa decisão que fui ao tribunal para conhecer a sentença do juiz Eduardo Siqueira. Independentemente do que pense das posições políticas de Cláudio Humberto, considero-o um jornalista competente e talentoso. Mas se ele publica uma informação que fere a reputação de alguém, e o ofendido reclama seus direitos na Justiça, ele tem que comprovar a denúncia. A pena pecuniária pode ser um instrumento eficiente para que o repórter apure duas vezes antes de dizer que alguém é ladrão (ou, no caso, que teve uma crise de incontinência urinária num gabinete presidencial). E não me parece que isto represente uma ameaça à liberdade de expressão. Todo mundo escreve o que quiser, mas pode ter que provar.

● Quais são os seus próximos projetos na área literária? Um livro sobre o ex-presidente Fernando Collor estaria em seus planos?

FM – O ex-presidente Collor certamente é um personagem que vai dar uma boa biografia (ou várias), mas engana-se quem imagina que ele está morto. Meu próximo projeto é outro: acabo de assinar um contrato com a Companhia das Letras para escrever um livro que estamos chamando, provisoriamente, de *O século esquecido*. O objetivo é trazer à luz os personagens e episódios que, ao longo deste século, no Brasil, não foram objeto do interesse da história formal, oficial. São centenas. O grande trabalho vai ser descobrir os melhores, os mais significativos. Vou me dedicar a este projeto nos próximos quatro anos. ■



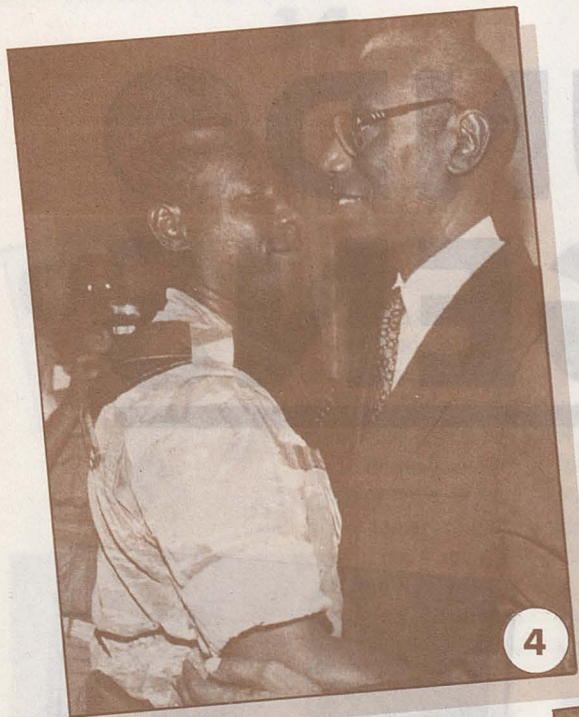
O MUNDO EM IMAGENS



1 - Logo depois da reunião da Asean, a Indonésia decidiu libertar o preso político Subandrio (foto no alto, à esquerda), acusado de participar de um complô em 1965 contra o governo do presidente Sukarno. O governo sul-coreano também libertou, após 45 anos de cárcere, Kim Sun-Myong, de 71 anos de idade (foto menor à esquerda), considerado o preso político mais antigo do mundo.

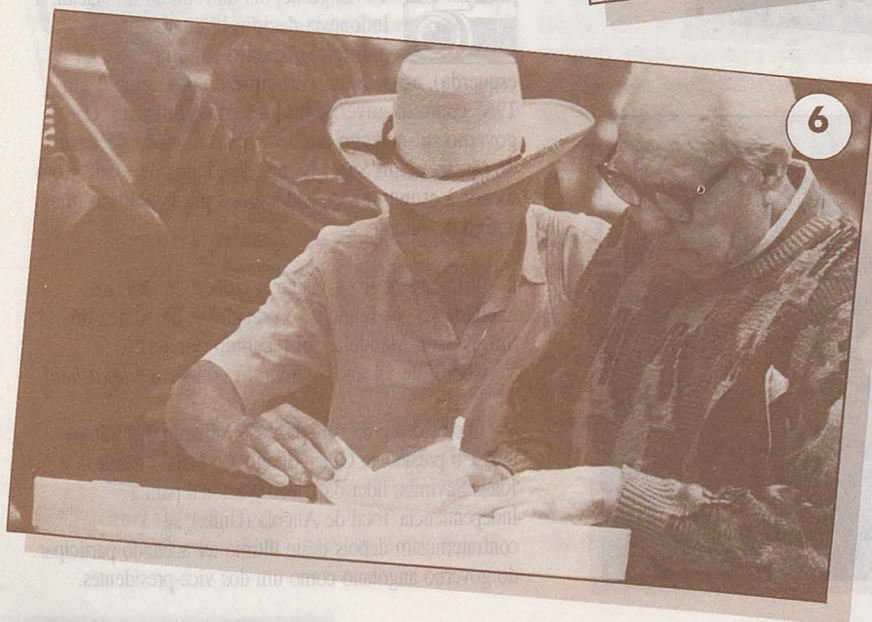
2 - Primeiro negro a visitar a cidade de Orânios, habitada só por brancos, o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, foi recebido por Bertie Verwoerd, de 94 anos, viúva do criador do *apartheid*.

3 - O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos (esq.), o presidente Omar Bongo, do Gabão (centro), e Jonas Savimbi, líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), se confraternizam depois deste último ter aceitado participar do governo angolano como um dos vice-presidentes.



4 – Terminou de forma pacífica, em agosto passado, o golpe militar em São Tomé e Príncipe (arquipélago no norte da África, ex-colônia de Portugal). Os militares revoltosos, descontentes com a não-aprovação pelo Parlamento de uma lei de anistia, resolveram devolver o poder. Na foto, o líder dos militares rebeldes, tenente Manuel Quintas de Almeida (esq.), cumprimenta o primeiro-ministro Carlos Graça.

5 – Enquanto não se chega a uma solução para a guerra na Bósnia, as crianças têm sido freqüentes alvos de bombas e balas perdidas. Vítimas do conflito, Aladin Hodzic (4 anos), à esquerda, e Sânia (7 anos), tiveram suas pernas amputadas e aguardavam, na embaixada da Itália, em Zagreb, na Croácia, o momento de embarcar para este país, onde receberão suas próteses.



6 - No México, um camponês deposita seu voto no referendo convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), cujo resultado mostrou que os mexicanos desejam ver o grupo guerrilheiro transformado em partido político.

CAPA

O funk ganha dimensão na mídia, invadindo as discotecas da moda e atraindo filhos da classe média para os bailes.

A foto da capa é de autoria de A.C. Júnior. Os modelos são Alexander e Bianca Moreira Muniz. A produção foi realizada por Janice de Aquino.

Setembro 1995 • Nº 189 • ANO XXI

2 CARTAS

CAPA

- 4 Quem tem medo do funk?
- 8 Entre a realidade e o folclore
- 10 Funk desagrada aos donos das modas
- 12 Rádio descobre o filão

DIREITOS HUMANOS

- 14 Desaparecidos políticos: Questão de justiça

PONTO DE VISTA

- 18 Aspectos sociais em último lugar

ESPAÇO DO LIVRO

- 20 O pós-neoliberalismo
- 22 Com a palavra o autor — Jorge Hausen: Um romance sobre a culpa

AMÉRICA LATINA

- 23 Chile: A ditadura no banco dos réus
- 25 Argentina: O último a saber
- 26 Honduras: Tirando os mortos do armário

AMÉRICA DO NORTE

- 28 Estados Unidos: A lei do rifle

EUROPA

- 30 Bósnia-Herzegovina: Disputa pelo poder

ÁFRICA

- 33 Economia: Acerto de contas

ÁSIA

- 34 Integração: um sonho menos distante
- 36 Sri Lanka: Uma chance à paz?

COMUNICAÇÃO

- 38 EUA: Menos opções, mais uniformização

ESPIONAGEM

- 40 EUA: A CIA no mundo dos negócios
- 42 Rússia: Novo serviço secreto

DESENVOLVIMENTO

- 43 O banco dos pobres

❑ SUPLEMENTO

CAPA

- 2 Comunicação: Fogo cruzado
- 7 PINGUE-PONGUE

SAÚDE

- 8 O banco que investe na vida

ENTREVISTA

- 12 Fernando Morais — Jornalismo em forma de livro
- 15 O MUNDO EM IMAGENS

SUMÁRIO

Jornalistas e médicos analisam as causas das falhas na cobertura dos temas ligados à saúde e questionam os limites éticos da imprensa



S.2

Leite materno traz inúmeros benefícios tanto para a criança quanto para a mãe. Razões culturais e econômicas que o colocaram em desuso estão sendo superadas



S.8

A condenação do ex-chefe da polícia política da ditadura abre a mais séria crise política no Chile desde a redemocratização e leva o governo a apresentar um pacote de medidas para acabar de vez com os resquícios de autoritarismo



P.23

Conflito com características étnicas e religiosas, a guerra na Bósnia mostra a luta de croatas e sérvios pela hegemonia da região, na qual não admitem um Estado muçulmano forte



P.30

DIRETOR: Neiva Moreira

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Placentini

EDITORA-CHEFE: Beatriz Bissio

EDITORES ADJUNTOS: Claudia Guimarães,
Elias Fajardo, Procópio Mineiro.

CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasília), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

REDAÇÃO: Marcelo Monteiro (Rio de Janeiro), Carlos Lopes (Brasília), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto

DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Marcelo Cabral Emerenciano, Marco André Balloussier, Mônica Pérez, Angélica Pogick, Rosângela Vicente Ferreira, Sílvia Arruda

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Paulo Henrique Rodrigues e Sheila Cristina Massapust

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

DEPARTAMENTO DE VENDAS e ASSINATURAS: Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 - 1º andar; ☎ (021) 221-7511 - DDG 0800 25-7511 RJ

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

Uma publicação da **Editora Terceiro Mundo**:
Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: PABX: (021) 221-7511
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: caderno@ax.ibase.org.br

SUCURSAL em São Paulo:

Representante:

Rua das Palmeiras, 230/51 - Santa Cecília
CEP 01226-010 - São Paulo
Tel/Fax: (011) 826-5442

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200
Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS

Maringá - (042) 224-182, Recife - (081) 224-9609
224-0936, BH - (031) 226-7992, Juiz de Fora (MG) - (032) 234-2029, Brasília - (061) 226-7093/226-7949, Aracaju - (079) 211-1912, Rio - (021) 221-7511, SP - (011) 573-8562/571-9871/826-5442, Porto Alegre - (051) 228-8638/228-5826, Fortaleza - (085) 226-3799/231-3743, Curitiba - (041) 264-9969/252-7900/224-3319 Belém - (091) 224-7968/224-9113, Uberaba - (034) 333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536, Macapá - (096) 222-0855, Maceló - (082) 221-4322, Salvador - (071) 358-7416, Campo Grande - (067) 725-7451, Teresina - (099) 223-3542

Palavras sinceras

Parabenizamos cadernos do terceiro mundo pelas belíssimas reportagens. Louvamos o trabalho que têm feito, que se fundamenta na seriedade e no respeito ao público leitor.

Na divulgação das notícias, a revista procura apresentar, de forma clara e objetiva, o que realmente acontece nos países subdesenvolvidos. Com essa preocupação para com a verdade, norteia estudantes e professores, oferecendo-lhes nova fonte de pesquisa, e conscientiza o leitor sobre os graves problemas que afligem os países do Terceiro Mundo.

Para melhor expressarmos os nossos votos de sucessos à publicação, fazemos nossas as palavras de J. Paul Schmitt, que diz: "As palavras de louvor, quando sinceras, são a mais poderosa força para estabelecer a boa vontade entre os homens."

Vereador Jander Muniz Filaretti
Câmara Municipal de Contagem - MG

Justiça cega

Vocês escreveram para o José Carlos Magno Ferreira para renovar a assinatura. Porém ele não renovará, porque infelizmente faleceu no dia 6 de fevereiro desse ano, vítima de um atropelamento. Policiais que perseguiam ladrões em alta velocidade mataram meu filho e seu melhor amigo numa avenida. Na verdade ninguém sabe o que realmente aconteceu. Eram 11 horas da noite e, na travessia de um bairro para outro distante da nossa casa, fizeram um ato de covardia com a nossa família. Os meninos portavam todos os seus respectivos documentos mas mesmo assim foram levados para o Instituto Médico Legal como indigentes. Há muito mistério a respeito do acontecido. Eles tinham no bolso até a carteira de identidade da universidade e, mesmo assim, os policiais não nos deram a notícia. Nós só ficamos sabendo do acontecido depois de 15 horas pela funerária, mas já estavam mortos. Dois jovens, cada um mais honesto do que o outro, traba-

lhadores e lutadores pela vida humana, por uma sociedade mais justa. Eram realmente dois gênios na inteligência e só pensavam em fazer o bem para todos e tiveram uma morte muito violenta. Aqui estou com meu marido, mais dois filhos, todos sofrendo com a sua ausência. A família do amigo do meu filho, que também faleceu, está inconsolável. Irei mandar para vocês uma lembrança dos dois. Eles eram muito amigos e gostavam de fazer poesias. Nelas José passava tudo o que sentia a respeito do sofrimento das pessoas.

Lázara Maria Ferreira (mãe de José Carlos Magno Ferreira)
Uberlândia - MG

Reagan-Thatcher

Sou leitor e assinante de cadernos do terceiro mundo há alguns anos e o que me motivou a escrever esta carta foi o artigo do professor Theotônio dos Santos, na edição 185 (ver págs. 22 e 26) que fala sobre "a era Reagan-Thatcher".

Faço parte daquele grupo de pessoas que não compreendeu a atitude do então presidente Mikhail Gorbachev, e por isso mesmo sinto-me contemplado com a compreensão do assunto. Parabeno o professor e a revista.

Itamar Lages
Jaboatão - PE

Nunca é tarde

É com muita tristeza que analiso o momento político-sócio-econômico-cultural desta terra tupiniquim.

Há um ano da "instituição da moeda forte", o real, não consigo sentir o mínimo de avanço em qualquer setor da sociedade.

Os indigentes acumulam-se cada vez mais nas ruas e praças; o número de desempregados cresce consideravelmente; a violência urbana continua matando gente; o Nordeste continua seco e a "indústria da seca" lucra com a sede dos próprios nordestinos; o "ilustre" Humberto Lucena, voltado fundamentalmente aos seus interesses, es-

quece-se do povo; o Exército já controla greve; funcionários de empresas perdem seus empregos por reivindicarem (mesmo obedecendo à Constituição) seus direitos, e a mídia, em geral, liderada pela "nossa" Rede Globo, continua a serviço dos responsáveis pela miséria cultural e econômica. É lamentável que o senhor presidente da República seja o responsável – entre outros – pela manutenção desta política nociva ao povo. Ele que, em outros tempos, lutava contra os inimigos no poder.

Ele e seus parceiros, com um plano "salvador da pátria", artificial, enganaram a maioria dos brasileiros e querem entregar o país, e não projetá-lo no mundo com liberdade econômica.

Precisamos fazer algo. Não podemos mais suportar tudo isso passivamente com os braços atados. O povo organizado e consciente tem o verdadeiro poder da transformação. Já é hora de mostrarmos quem somos, antes que nos privatizem também, com o argumento de que não damos o lucro desejado para a manutenção da burguesia.

Sou leitor de **cadernos do terceiro mundo** há mais de um ano e gostaria de parabenizá-los pelo 21º aniversário e pelo trabalho desenvolvido. Na minha opinião é a maior revista do país.

Luís Paulo da Silva
São Vicente – SP

Teoria da submissão

Não bastasse o papel deplorável da mídia, criando termos como "modernidade", "Primeiro Mundo", "globalização", "sensibilidade da banda cambial" e coisas afins, ainda encontramos outros, sempre com o objetivo velado de iludir os que lutam pela comida e pelo caderno, aos distantes do alfabeto. "Neoliberal"... eufemismo crasso? Pomposo termo, pegajoso ao embuste e ao engodo. Sejam explícitos: ele significa submissão das nações mais débeis ao império manjado; submissão passiva e resignada do salário

ante o patrão capital. Ambas contra o ser humano.

João G. Dutra
Porto Alegre – RS

Idéias

Divulgar obras de escritores menos famosos do Brasil, da África de língua portuguesa e da América Hispânica é louvável e necessário. A matéria sobre o livro da amazonense Haydée de Carvalho, *Amazônia – a saga de uma família*, edição nº 185, na revista **cadernos do terceiro mundo**, é um ótimo exemplo de divulgação.

Esta Editora poderia vender livros originais publicados na África "portuguesa" e também obras em castelhano? Seria uma ótima opção de compra para muitos brasileiros.

Pekim Vaz
Belém – PA

Não temos condições de vender, em grande escala, livros publicados na África e América Latina. Mas temos muitos contatos com instituições culturais desses países e os endereços e telefones estão à disposição de nossos leitores. É só solicitar.

Pré-história

Parabenizo a equipe de **cadernos do terceiro mundo** pelo excelente trabalho. Sou leitora da revista desde 1993. Ficaria mais maravilhada ainda com essa publicação se fizessem matérias sobre a pré-história, como por exemplo falar sobre Roma. Até concordo que, por estarmos na idade contemporânea, devemos nos especializar nos assuntos atuais. Mas também não podemos esquecer do passado.

Tenho 13 anos e estou na 7ª série e sei da importância que essa revista, tão interessante, tem para todos. Continuem assim.

Iara da Silva Sales
Campos – RJ

Intercâmbio

✓ Roberto Silva

Caixa Postal 2174, CEP 20001-970
Rio de Janeiro – RJ

✓ Emilia Agostinho

Rua Tipografia Mama Tita casa nº 23
Ingombotas
Luanda – Angola

✓ Manuel Carvalho

Caixa Postal 3010 – Aeroporto
Luanda – Angola

✓ Juan González Alonso

Apdo. de Correos 1100
39005 – Santander
Espana

✓ Gisely de Nazaré Flexa

Tv. Benjamim Constant 760 Reduto
CEP 66053-040
Belém – Pará

✓ José Albino da Silva

Rua Nilson Sabino Pinho, 141/102
Casa Caiada, CEP 53050-010
Olinda – PE

✓ Ronaldo Marlins Botelho

Coelho Neto, 482 CEP 94820-100
V. Agriter – Alvorada – RS

✓ Raquel Andino Pérez

San Octavio # 77 esq San Javiero
CP 87510
Mzlo. Granma – Cuba

✓ Nancy Beáguer Bromnya

Calle 33 # 115 e/ 32 y 36
Rpto Rosa La Bayomesa
Bayamo – Granma – Cuba

✓ Marianela Carrero Salceao

San Octavio # 70
e/ Guadalupe y San Jauier
Barrio de Oro CP 87510
Manzanillo – Granma – Cuba

✓ Odalis Zamora R.

San Octavio # 71
e/t Guadalupe y San Jauier
Manzanillo – Granma
Cuba



QUEM TEM ME

A galera adora e patricinhas e mauricinhos aderiram de vez. O chefe de Polícia não gosta das brigas e processos apuram mortes, como a brutal execução de onze jovens por traficantes em disputa por área, no baile do dia 8 de setembro, no morro carioca do Turano. Opróprio secretário de Segurança, General Nilton Cerqueira, porém, já isentou o funk, como movimento, daquele ato de violência que abalou o Rio. Rádio, tevê e gravadoras abrem espaço e ampliam a penetração da música, que já é um grande negócio, enquanto se debate se tem ideologia ou algum efeito nocivo

Procópio Mineiro

Um baile mete medo em muita gente e intriga o restante: é o funk, o ritmo que, há muitos anos, desenvolve no Brasil uma carreira de grandes adaptações e que parece ter chegado para ficar. Demonstra um poder de contaminação semelhante ao *rock and roll*, misturando, como este, protesto e romantismo — as duas pernas com que anda um coração jovem.

Mas, o funk caracteriza-se, até agora, por ter conquistado a juventude pobre, suburbana e favelada das grandes cidades. Ressoa ainda algo das origens negras norte-americanas, mas, sem dúvida, já se nacionalizou,

apesar da insistência de alguns termos em inglês. O protesto, quando há, tem cores brasileiras, e o romantismo, dominante, comprova a quente veia tropical.

A novidade é que a juventude mais abonada, filha da classe média, adere cada vez mais ao ritmo, frequenta os bailes de subúrbios e favelas e em breve, certamente, começará a lançar seus primeiros mestres de cerimônia ou compositores de música, os MCs, que ainda não são *emecês*, mas *emicis*, como na pronúncia inglesa. O processo, aliás, já se consumou na vertente rap, a do protesto radical, com a predominância de um jovem branco de família rica da Zona Sul carioca, Gabriel, o Pensador, que expõe as mazelas das desigualdades sociais do país.

Se a classe média está fazendo sua aparição, outra



Funk



DO DO FUNK?

transformação provavelmente vai demorar: ainda não existe mulher “dizendo” nesse animado baile. São as deusas do salão, mas não lhe deram, nem elas pediram ou tomaram a palavra. Reflexos da idade, da formação familiar, um traço da “cultura” funk?

Uma visão geral nos apresenta um impressionante movimento de milhões de jovens, que, nos finais de semana, acorrem a bailes quase grátis (a média é o ingresso a R\$ 2 para homens e R\$ 1 para mulheres), formando públicos de milhares de pessoas em cada local de festa. Os grupos de vizinhança e de amizade formam as chamadas “galeras” que, a exemplo do que ocorre com as torcidas organizadas no futebol, são responsabilizadas por conflitos dentro ou fora dos locais de bailes.

São essas brigas, mais frequentes em alguns lugares que em outros, que fazem o tormento das autoridades de segurança, dos vizinhos e de pais inquietos com seus filhos funkeiros.

São as brigas também que servem de argumento aos que atacam o movimento funk, dando origem a uma controvérsia, que parece não ter fim, com os que consideram que, na verdade, os críticos mascaram intenções discriminatórias, de fundo racial e social. O problema real não seriam o barulho ensurdecedor, as brigas, o consumo de drogas propiciado pelo ajuntamento de tan-

tos jovens, mas um sentimento de reação contra as festas de adolescentes, predominantemente pobres e de origem negra, e que começam a seduzir a juventude de “boa família”.

Existe o barulho que incomoda a vizinhança, pois é parte essencial da festa um poderoso equipamento de som que realce as artes dos DJs, os disc-jóqueis ou *dijeis*, personagens centrais de tudo. Existem brigas e até mortes; os traficantes aproveitam o momento para vender seus produtos a um mercado tão receptivo pela idade e único pela quantidade.

Mas, a culpa seria mesmo do funk? Seria diferente com o samba, com o rock, com a lambada? São perguntas com que os defensores do novo ritmo se defendem, mostrando a falsa solução da censura e das proibições e, ao mesmo tempo, indicando que o *xis* da questão deve ser buscado em outras áreas. Seria solução proibir jovens de ir aos estádios, para evitar as brigas de torcidas? Ou mesmo proibir o futebol?

Apenas um baile—A Polícia Civil do Rio já acumula um dossiê sobre o funk e no momento alguns inquéritos estão em andamento, para apurar crimes de morte atribuídos a participantes dos bailes e para esclarecer o teor de algumas letras de músicas consideradas de exaltação





ao tráfico de drogas. A delegada Márcia Julião, da Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente, já ouviu o depoimento de diversos compositores.

Um dos casos é o *Rap das armas*, da dupla Júnior e Leonardo, onde se relacionam todos os tipos de armas usadas pelos traficantes, em meio a uma mensagem antiviolença e com o uso do lema “paz, justiça e liberdade”, que identifica o Comando Vermelho, a maior organização criminosa carioca. Uma pequena salada, que poderia ser chamada de funk do crioulo doido, à exemplo do samba famoso, onde a única coerência eram as rimas. A delegada Márcia está fazendo uma “interpretação de texto”, desconfiada de segundas intenções.

Mas, seu chefe, o delegado Hélio Luz, não parte para a condenação do funk. Enquanto aguarda as conclusões do inquérito, ele aponta que esses casos são em número irrisório, o que comprovaria que o tráfico não domina o mundo funk, embora possa tirar proveito ocasional. “Creio até que esses casos isolados tenham partido mais de alguns MCs, sem muita consciência em relação ao que é apologia do crime, do que do tráfico.”

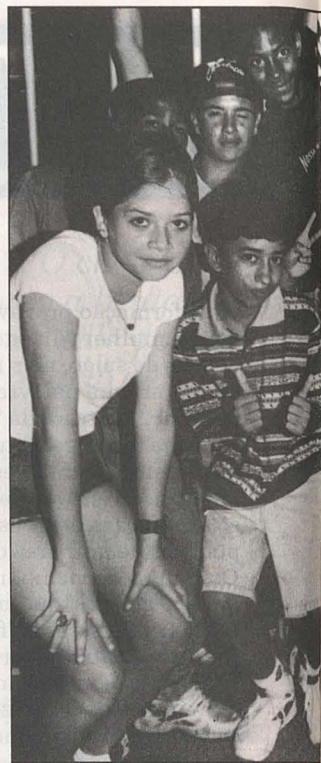
O chefe da Polícia Civil fluminense também não se alarma com a violência que é atribuída aos bailes. Embora não disponha de estatísticas precisas, ele não dá dimensão exagerada a esse problema e acredita que algumas providências dos organizadores eliminarão os incidentes.

Uma das medidas tranquilizadoras seria a eliminação do espaço chamado de “cinco minutos de alegria”, o momento em que o som atinge seu auge e “estimula a pancadaria”. Hélio Luz considera que “nessa hora, quem tem diferenças a resolver, por menores que sejam, entra na briga. Às vezes porque alguém olhou para a namoradinha do outro, pisou no pé sem querer, enfim, por motivos tolos vão às vias de fato. Esse problema os próprios

funkeiros estão tentando resolver”, diz o delegado, que vem conversando com estudiosos, compositores, responsáveis por clubes e donos de equipes de som. Muitos já estão abolindo os tais cinco minutos de alegria.

“É bom frisar”, diz Hélio Luz, um policial de visão progressista, “que, do ponto de vista cultural, não há nada o que investigar no funk. A polícia não tem essa finalidade. Só vamos atuar no que diz respeito aos desvios de ordem penal. Minha missão não é tutelar, controlar, ordenar, organizar, ou seja lá o que for, qualquer tipo de movimento cultural. A censura, embora muitas pessoas não saibam, acabou há muito tempo”

A censura, aliás, é o que marca o caminho do funk no país. A dimensão que adquiriu, de forma quase clandestina durante anos, sem apoio dos meios de divulgação, provocou o susto. Sua identidade negra norte-americana, mais presente na fase inicial, seu florescimento na juventude suburbana e favelada foram outros aspectos da estranheza. Enfim, um processo muito semelhante ao que a história conta do início de outras manifestações da cultura popular, como o samba, a capoeira, o baião, que provocaram uma reação de rejeição por suas origens.



Diálogo aberto

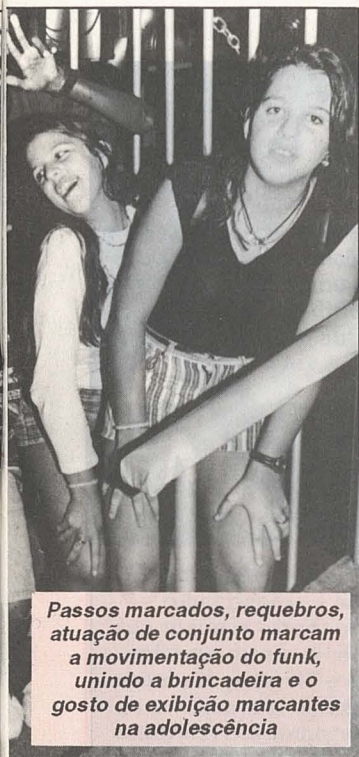
Há pouco mais de dois meses no cargo de Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, o delegado Hélio Luz revela que já teve dois encontros com responsáveis por bailes funk. Discutiram os problemas que envolvem essas grandes aglomerações de jovens, as brigas, a truculência dos seguranças contratados pelas equipes de som e as queixas da vizinhança com o barulho das festas.

“As reuniões foram boas”, define o delegado. “Apreendi um pouco sobre o funk e seus problemas. Notei que os funkeiros querem pôr fim aos casos isolados de violência, querem acabar

com a truculência dos seguranças, enfim, querem eles mesmos ter os bailes sob seu controle. Isso é bom, pois sabem qual é a importância que esse tipo de movimento cultural tem sobre suas vidas. Observei que, quando chamam o chefe de Polícia para uma conversa, querem proteção e orientação de como devem proceder na questão da organização dos bailes. Veja bem, disse orientação e não tutela ou determinação.”

Assim como recusa uma espécie de censura sobre o funk, o delegado não deixa de atribuir responsabilidades sobre a segurança aos próprios orga-

nizadores dos bailes: “Quero frisar que a responsabilidade pela segurança interna nos bailes é dos organizadores. Quando promovem os bailes, cobram pela entrada e, da mesma forma que o som funciona perfeitamente, existem banheiros, o bar vende bem e o lucro é considerável, a segurança tem que trabalhar a contento. Segurança é para proteger e não para agredir ou tratar de forma truculenta o funkeiro. Tem que ser legalizada e com um mínimo de organização, para que, havendo algum problema, se identifique facilmente o segurança que extrapola suas funções. As mortes



Passos marcados, requebros, atuação de conjunto marcam a movimentação do funk, unindo a brincadeira e o gosto de exibição marcantes na adolescência

O funk, além disso, tem algumas falhas evidentes, sob a ótica mais culta: apresenta melodias pouco elaboradas (insiste mesmo em apossar-se de melodias mais ou menos antigas e que foram sucesso, colocando apenas uma nova letra), seu texto é maltratado (reflexo da escolaridade dos autores) e o modo de cantar destoa, na quase totalidade dos casos, do que se considera bem cantar.

Este conjunto, aparentemente condenado ao fracasso, compõe, no entanto, um clima de descontração, improviso juvenil, realismo e autenticidade, com que se identifica a massa funkera. Mesmo porque o que interessa são o balanço e o baile.

O comunicólogo Muniz Sodré, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca este lado brincalhão do funk: "O protesto ninguém escuta. O povo quer dançar", define. O DJ Marlboro, um dos principais promotores do movimento no Rio, ao lado de Rômulo Costa, da equipe Furacão 2000, também dá prioridade à celebração: "O ritmo é para dançar, curtir, se divertir."

Preconceito – Então, por que o medo do funk? Moniz Sodré tem

ocorridas à saída dos bailes funks estão sob investigação. De início, quero acreditar que são casos isolados, com outros motivos além das diferenças existentes entre as galeras. Estou aguardando os resultados das investigações."

Hélio Luz se mostra otimista com o crescente senso de responsabilidade do mundo funk. Neste aspecto, ele atribui importância especial às equipes de som, que comandam, de fato, todo o andamento dessas festas: "Constatarei que eles mesmos já têm uma conduta sobre o que é ético e legal na elaboração das músicas, volume de equipamento e no comportamento, antes, durante e depois dos bailes. Se cada funkeiro deve ter responsabilidade, o dono da equipe ainda mais. Ele ganha dinheiro com os bai-

uma pista, que é a do temor da classe alta com a "contaminação".

"Os adolescentes do asfalto começaram a frequentar os bailes. Para a sociedade, esse é o maior perigo: o branco descobre que é igual ao negro e que não há motivo para o racismo. No Rio e São Paulo, nas grandes cidades, há uma onda de neorracismo. A consciência racista sente-se ameaçada quando o jovem branco vai lá e descobre que existe uma outra beleza e que o negro pode vir a ser um namorado ou uma namorada. É o medo de maior democracia, numa cidade cada dia mais autoritária. É o temor da simbiose sexual, cultural, simbólica, e que isso acabe virando a democracia que está esquecida. Esta é a minha tese: o que afronta no funk é a possibilidade de igualdade", diz Sodré.

Se depender do funk, este será um caminho sem volta, porque a classe média adotou o novo ritmo, na opinião da radialista Sônia Freitas. Coordenadora da Rádio RPC-FM, do Rio, ela diz reconhecer o confronto, entre o asfalto e a favela, mas ressalta que a classe média passou a conhecer a nova música, "um som empolgante, bom para dançar" e que a tendência é a participação crescente.

O DJ Marlboro acrescenta que, para essa adesão, os meios de comunicação têm sido fundamentais, particularmente o rádio e a televisão. Através de programas como o dele, na RPC, e de Xuxa, na Rede Globo, o estilo atingiu uma audiência que antes estava fora de seu alcance. Ele destaca que a situação é um pouco diferente em São Paulo, onde as emissoras recusam espaço ao ritmo.



Banho de espuma e outras surpresas criam um clima de carnaval em cada baile

les, embora muitos digam que o que os motiva é a satisfação de promover diversão para as comunidades pobres. O comportamento dos jovens durante os bailes sempre é ditado por quem comanda a equipe. É uma situação pa-

recida com da torcida de um clube durante uma partida. Ela tem um chefe que dita os gestos, os brados e as canções executadas. A responsabilidade é grande. O canal de diálogo está aberto com a chefia da Polícia Civil", conclui



Entre a realidade e o folclore

Estilo musical vai ficar, mesmo quando o público flutuante seguir outras modas, diz crítico

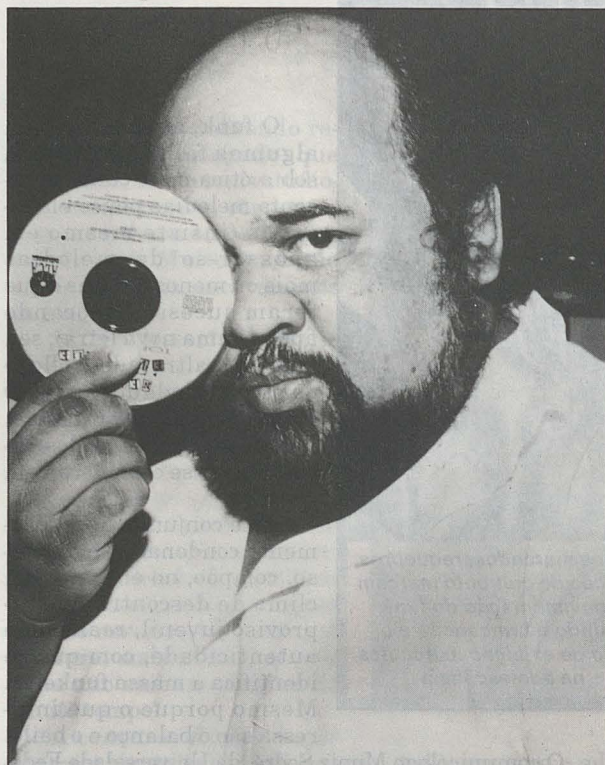
Elizabeth von Zuben

O jornalista e crítico musical Jamari França não poupa as falhas formais do funk, mas considera que essa música chegou para ficar, devendo manter seus seguidores, mesmo quando passar a fase da moda e o público flutuante se decidir por outras novidades. Ele discorda, aliás, do próprio nome de funk, pois considera que o estilo que se pratica é, na verdade, o rap, que se caracteriza pelo recitativo.

“O funk que faz sucesso aqui é uma derivação da música estilo *hip hop* do rap americano, que nasceu na região sul dos Estados Unidos, na Flórida, principalmente em Miami – é o que chamam de Miami Bass. Na verdade, o que chamam de funk aqui no Brasil é rap, uma derivação do *hip hop* de Miami e que tem como característica o uso de palavrões, não no sentido político, mas no sentido da relação com as pessoas, o que gera muito debate lá, por não ser ‘politicamente correto’. Em São Paulo, o funk é mais parecido com o rap de Nova Iorque, que nasceu no Bronx, mais engajado politicamente”, define Jamari.

Evolução – Segundo o crítico, nos anos 70 e 80, o funk evoluiu do *soul* (união do *rhythm and blues*, música profana, com o *gospel*, música protestante negra), passou para o *soul music* e daí para o funk. No *soul*, a bateria não era predominante, mas no funk a percussão ficou mais pesada. Ainda usava instrumentos normais, como a guitarra, sopro. Isso passou a ser o funk. Depois, inventaram o *hip hop*, que usava instrumentos eletrônicos, abandonando os tradicionais, e usando o efeito do teclado só para colorir.

“Os negros de Nova Iorque começaram a colocar a fala. A influência do falado na música foi inspirado pelos disk-jóqueis jamaicanos. Assim, dos anos 80 para cá foi praticamente só o rap *hip hop*. O funk ficou de lado. O rap dominou os Estados Unidos com grandes sucessos nas paradas, colocando música comercial para fora. Então, a evolução é essa: *soul*, funk e depois rap. E o que nós temos aqui é rap”, afirma Jamari. “Aqui no Rio ninguém faz funk. Quem faz funk é o Conexão Japeri, Ed



Jamari França: ‘funk tem fôlego para se manter, mesmo quando deixar de ser moda’

Mota, Tim Maia. Esse negócio de recitado, falado com batida eletrônica por trás, não é funk, é rap.”

Desafio – Jamari França considera o rap ou funk brasileiro musicalmente muito empobrecedor, “pois não tem melodia, complexidade nenhuma. O sucesso decorre muito mais da identificação que as pessoas têm com os temas. Para o pessoal da Zona Sul é mais folclore. Já para os da favela, é cantar a realidade deles, mostrar o cotidiano em que vivem”.

O crítico chama a atenção para uma atitude que torna essa música rejeitada por muitos: “O funk também tem muito da atitude do rock de marcar posição, desafiar. É uma coisa que pegou do rock. Apesar disso, não vejo tantos apelos de reivindicação no que se faz no Rio. Em São Paulo é muito mais engajado. Aliás, o rock de São Paulo também é mais engajado. O negócio aqui é de bandidagem, comportamento, atacar polícia e não a bandidagem. É como se desse certo *glamour* a bandidagem, como acontece nos Estados Unidos, o que dá muito debate.”

Modismo? – O sucesso do funk é provocado pela chegada de um público novo, que “descobriu” a onda do momento, na opinião do crítico. “Trata-se de um público flutuante, que anda atrás de modismos. Daqui a pouco se afasta. Num período, três rádios dirigidas para o público jovem estavam tocando funk, então isso passou a ser o modismo da vez. O público flutuante se desloca, já passou pelo rock e agora para o funk. Este tipo de público não tem raiz e é manipulado pela indústria cultural. En-



tão, essa indústria elegeu isto, neste momento. Mas, o pessoal da favela vai continuar com isso. As músicas não falam a realidade do pessoal da Zona Sul. Apesar da exploração dessas canções de má qualidade, é a realidade deles. Vai continuar, como acontece com o negro norte-americano. É difícil você ver hoje um negro entrando no rock e em outras coisas. Lá, atualmente, a cultura deles é o *hip hop*, não é outro tipo de música.

Aqui, há um componente cultural forte que está nas favelas, nos bairros mais pobres. É a realidade deles. É uma cultura de favela."

Na opinião de Jamari França, o funk não contribui para a violência. "A canção deles reflete o cotidiano; se é violento, a música fala sobre violência. É um reflexo cultural da vida das pessoas. A música não tem culpa de nada, esse tipo de acusação é coisa de conservador."

Na boate, a matinê do funk

O ambiente: boate Circus, à tarde, com crianças e adolescentes, na sua maioria estudantes. Vestem-se conforme dita a moda. As meninas usam saias curtas e calças justas e, quase sempre, os umbigos estão à mostra. À nossa chegada, tocava uma música que tinha um intervalo, entre um refrão e outro. Na hora do intervalo, as pessoas que estavam na pista de dança cantavam: "A porrada vai comer" ou "Tira a roupa pra f...". Não pareceram nada conscientes, apesar de dizerem, elas mesmas, que o funk conscientiza.

Todas as crianças e adolescentes, quando perguntados a respeito das letras, respondiam a mesma frase: são músicas que falam da realidade que a gente vive. Mas, quando perguntadas que realidade era essa, ou se a música mudava alguma coisa do que se pensava ou o que se podia fazer a respeito dessa realidade, elas se confundiam ou respondiam que "a violência não leva a lugar nenhum".

Era como se essas frases tivessem sido gravadas dentro da cabeça delas, como qualquer propaganda. A conversa com os adolescentes levou à conclusão de que a matinê de funk é uma boa forma de diversão, como o *reggae* ou a *dance-music*, mas o protesto e a conscientização – embora tudo tenha sua exceção – não têm efeito algum.

Entre os que se divertiam, quatro adolescentes integram um grupo, que eles pretendem tornar conhecido em breve. Os estudantes Pablo Lourenço Torquato e Tadeu Vieira de Souza, de 15 anos, e Uadison de Nóbrega e Wagner, 14, for-

mam o "Explosão Rio Rap". Ao embalo do som, eles falam do funk e do sucesso que um dia vão fazer.

Tadeu: "Nós mesmos fazemos nossas letras. Tentamos escrever o que nós vemos acontecer no dia-a-dia. Hoje, a gente vê muito rap bobo por aí, mas nós tentamos elaborar mais. O rap tem que ser mais pensado. Eu já fui em baile de favela, uma vez só, lá em Ramos, mas prefiro os de clube. Eu espero divulgar a minha música, não por vaidade, mas porque acho que posso ajudar."

Pablo: "Espero virar um Michael Jackson da vida. A nossa música é a nossa contribuição." Uadison: "Espero que, com a nossa música, as pessoas parem e pensem no que a gente diz. Quem sabe elas não começam a ajudar?" Wagner: "Espero explodir o Rio todo." Somente Wagner e Uadison frequentam bailes de morro.

Outros jovens funkeiros da classe média, na tarde da Circus, emitem suas opiniões.

Lianna Barra, estudante, 15 anos, mora em Ipanema: "Costumo vir sempre ao baile da Circus, no sábado. O funk é muito bom para dançar e as músicas nos aproxima da realidade das favelas. Eu nunca subi um morro, mas agora sei como é a vida lá em cima."

Nunca fui a um baile de funk no subúrbio, porque eu e meus amigos temos medo da violência. Mas, um dia ainda vou, arriscaria tudo para ir até lá. Estou aqui escondida, porque meu pai nem sabe que eu frequento baile funk. Ele acha o funk muito favela."

Cecília Minner, estudante, 13 anos, mora em Botafogo: "Gosto do

funk, porque as músicas e o ritmo são diferentes e é muito legal para dançar. Adoro ir a baile funk, mas nunca fui no do Chapéu Mangueira, nem do subúrbio. Meus pais acham que o Rio de Janeiro está muito violento, por isso eu nem peço para eles me deixarem ir, porque eu já sei qual vai ser a resposta. Eu não tenho preconceito contra o pessoal que mora nos morros ou no subúrbio. O funk ajudou a nos aproximar mais dessa outra realidade."

Ana Carolina Rodrigues, 8 anos, mora em Jacarepaguá: "É a primeira vez que venho a baile funk. Minha irmã de 11 anos está aqui comigo e com minha mãe, que nos trouxe. Escuto quase todo dia o programa do DJ Marlboro, no rádio. Por isso, eu queria vê-lo e também tomar banho de espuma."

Renata Athayde, 13 anos, estudante, vai a baile de morro e de boate: "Prefiro o baile do morro. Tem mais gente e é bem mais divertido. Dizem que é perigoso, mas eu nunca vi acontecer nada lá dentro. Eu gosto das letras, combinam com a realidade."

Ricardo Araújo Lopes, 12 anos, estudante: "Todo sábado eu venho aqui, às vezes vou a outros clubes, mas nunca fui a morro. As letras são legais, dão um toque de que brigar é a maior bobeira. Eu tenho uma namorada, que vem comigo de vez em quando."

Monique Gonçalves, 12 anos, estudante: "É a primeira vez que eu venho, e estou gostando muito. A música é bonita, fala contra a violência. É mais uma diversão que a gente tem."

(Gabriela Temer e Elizabeth von Zuben)



Funk desagrada aos donos das modas

Disc-jóquei rejeita a qualificação de violento que se pretende atribuir a este estilo musical, destaca as mensagens de paz que a maioria das músicas transmite e denuncia uma campanha de difamação do movimento

Fernando Luís Mattos da Matta é, há mais de 15 anos, o Marlboro, o DJ mais conhecido e líder de audiência com seu programa *Big Mix*, nos finais de tarde da Rádio RPC-FM, no Rio.

O sucesso o tornou também um dos principais empresários do funk, através de sua firma Afegan. Ele critica a mídia, por destacar apenas fatos polêmicos, criar uma imagem negativa e ignorar o significado do movimento para milhões de jovens. Marlboro segue uma linha de atuação pacifista, antiexcessos. Diz que funk é para dançar e sempre foi contrário às drogas. Marlboro reivindica para si a primazia de abraçar o funk, ao lançar o primeiro disco com músicas em português.

“O primeiro passo em direção à nacionalização do funk eu dei, através do disco *Funk Brasil-1*, em 89, com minha própria produção (letras e música). Era preciso criar o movimento funk, que não existia. A Afegan surgiu em 90, foi uma necessidade, porque o movimento estava muito relaxado em termos empresariais. Furavam shows, marcavam e não iam, assumiam compromissos simultâneos em locais diferentes e faltavam. A Afegan foi uma forma de controlar, organizar, para não queimar a imagem do movimento funk”, conta Marlboro, que é empresário dos principais grupos.

Ordem é a paz – Partidário do funk-dança-diversão, o DJ exerce influência decisiva nos rumos do movimento, através de seus inúmeros shows e do programa de rádio, cuja audiência média, entre 16 e 19 horas, alcança 250 mil jovens, diariamente, mais que as duas concorrentes imediatas (Imprensa e 98-FM) somadas. O fato de empresariar os principais funkeiros também lhe permite posição decisiva na orientação musical desses artistas.

Nesse sentido, ele destaca as mensagens de paz que a maioria das músicas transmite. “As letras que falam da paz estão tendo importância forte nos bailes. Os donos de equipe, os MCs, o próprio pessoal do baile já têm essa consciência”, afirma Marlboro. “A violência está como sempre foi. Existem mais de 700 bailes, no Rio de Janeiro, e apenas três apresentam problemas de brigas

e confusões. Então, os jornais, os políticos, os que querem denegri-lo, por não terem interesse no sucesso do funk, como os promotores de grandes eventos, tentam impedir o movimento. Só que o funk já está em três gerações, não dá para fazer a cabeça das pessoas com a mídia. É mais fácil para esse grupo, que não tem interesse comercial no movimento, generalizar tudo para pegar o movimento e jogá-lo no lixo”, irrita-se o apresentador.

Segundo ele, os próprios participantes selecionam os bailes, para evitar confusões. “Hoje, os lugares que têm brigas ficam mais vazios, as pessoas estão evitando até eles. Mas, ainda existem e servem de argumento para falarem mal do movimento.”

Marlboro não apresenta uma fórmula para superar

Preconceito joga má fama contra os bailes

Professor compara situação aos primeiros tempos do samba

O professor Muniz Sodré, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atribui a um sentimento elitista e ao preconceito racial a má vontade em relação ao movimento funk, demonstrada pela cobertura da imprensa e pela polícia. Há dois anos, ele participou do seminário “Barrados no Baile”, promovido por órgãos do governo estadual para estudar o fenômeno funk e que reuniu representantes de diversas

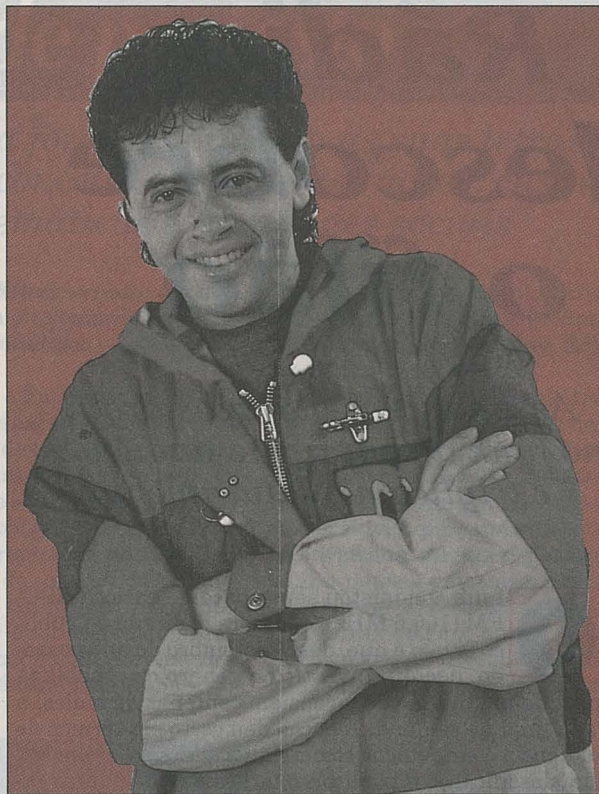


Rap: da periferia à classe média,

os problemas policiais e a desconfiança das autoridades de segurança quanto aos bailes. Mas, opina que a polícia faz exigências excessivas, sem dar a contrapartida da vigilância.

Descontentes fazem onda – “Eu sou contra os traficantes, contra o tóxico. A polícia deveria dar segurança para os que querem curtir e dançar, ao invés de ficar proibindo. Os clubes que promovem os bailes não vão ficar provando que não têm vínculos com o tráfico de drogas. A polícia é que teria que investigar e impedir que isso acontecesse”, reclama o disc-jóquei.

Ele vê uma espécie de perseguição ao funk: “Sempre surgem pretextos para arrumar confusão contra o movimento. Daqui a pouco, podem até inventar um estudo sobre uma influência psicológica negativa do funk na mente do jovem, vão inventar qualquer coisa. É uma campanha de perseguição ao movimento, porque o funk está tomando conta do Rio e do Brasil. Sempre há uma moda em evidência, com a qual uma cúpula ganha dinheiro. Mas, o funk existe há 20 anos aqui e nunca foi influenciado por moda alguma desse pessoal. Daí, a preocupação dessas pessoas de que não terão poder de influenciar esse público do funk, porque uma vez funkeiro, sempre funkeiro. Funk envolve, é grude, cola, não irá se perder.”



Marlboro estruturou empresarialmente o funk e lidera a audiência com seu Big Mix

Além do programa diário Big Mix, na Rádio RPC-FM, e da firma Afegan, Marlboro edita a revista mensal *Só Funk*, já em seu sexto número, que serve de veículo para a divulgação das músicas e oferece um serviço completo do mundo funk. O grupo Furacão 2000, de Rômulo Costa, está seguindo a trilha e começa a produzir uma revista com o nome do grupo, além de programas na Rádio Imprensa e TV CNT.

áreas científicas. Como naquela ocasião, ele insiste também, hoje, que o caráter negro do funk pesa para sua qualificação como violento e perigoso.

“A mídia e as representações sociais identificam qualquer movimento de força, qualquer movimento vital das classes populares, como foco de criminalidade. Foi assim com o samba no passado, quando a polícia vinha e tirava o pandeiro do sambista e o chicoteava. É assim que acontece com o funk. Os jornais costumam assumir uma postura de campanha contra essa manifestação”, analisa o estudioso.

Muito preto junto – Muniz Sodré atribui grande parte da prevenção às trocas sociais que começaram a ocorrer, com a participação cada vez maior de jovens brancos e de classe média nos bailes: “O funk é uma dança de bairro que está representado socialmente nos editoriais dos jornais como fonte de violência e perigo. E por que começou a ficar muito perigoso? Porque os rapazes brancos da classe média começaram a ir dançar nos bailes funk e esse contato se torna perigoso quando se associa os bailes à distribuição de drogas. Mas, olha, qualquer festa hoje de jovens executivos ou de gente rica da Vieira Souto está associado também à distribuição de

drogas. A cocaína e a maconha estão em todos os lugares, talvez até mais nas casas ricas, onde há dinheiro para o consumo, do que nos bailes. Mas, o incômodo maior é porque a negrada está se divertindo, e negro, quando tá dando muita risada alta, o branco fica inquieto. É uma questão de preconceito. O motivo maior da campanha contra o baile funk é porque há muito preto junto. Realmente, há violência nos bailes funk, mas como em qualquer outro baile de carnaval, em clubes e salões da classe média.”

A ação policial contra o movimento musical é a arma do preconceito e nada resolve, na opinião do professor. “A polícia? O próprio chefe de polícia está querendo acabar com ela! É mais fácil a polícia acabar do que os bailes. A polícia aqui no Rio está impotente para conter o tráfico de drogas e de armas, que vai do asfalto para o morro. Quando você desloca, imaginariamente, a criminalidade para o funk e bota lá a polícia, fica mais fácil. Mas, a criminalidade não está nos bailes, nem nessa garotada. A criminalidade está no tráfico, no paiol do exército, nos colecionadores que traficam armas, e onde a classe privilegiada é cúmplice. Portanto, é hipocrisia colocar isso no morro e no funk, quando, na verdade, o funk é uma manifestação de dança e de música”. (G.T.)



Rádio descobre o filão

*As emissoras que apostaram
no funk dispararam na audiência
e triplicam o faturamento*

O funk conquistou seu espaço na carioca RPC-FM (100,5 MHz), emissora dedicada ao público jovem e que, desde setembro do ano passado, decidiu investir no gênero que mobiliza mais de um milhão de jovens em centenas de bailes, a cada final de semana. A opção deu certo em termos de audiência e em retorno comercial: a emissora melhorou sua classificação e triplicou o faturamento. O funk ganhou uma janela importante, que consolida o movimento também junto aos jovens da classe média.

A coordenadora da emissora, Sônia Freitas, acredita que o funk começa a romper as barreiras do preconceito, com a crescente aceitação por parte da juventude da classe média e que tende a passar por melhoria de qualidade. Quanto à questão da violência, também recusa a idéia de que o funk seja uma causa e lamenta que as autoridades estejam gastando energias para as tarefas de censura e repressão, quando o movimento já adquiriu há muito o *status* de fenômeno cultural que merece estímulo e deve ser adotado como uma manifestação que enriquece o jeito carioca de ser.

"O funk cresceu tanto, que é impossível tudo isso acabar de uma hora para outra. A classe média passou a conhecer o funk, o som é empolgante e bom para dançar. As letras tendem a evoluir, a falar cada vez mais da realidade do Rio de Janeiro", diz Sônia.

Um milhão nos bailes – Desde setembro de 94, quando o DJ Marlboro estreou seu programa na RPC, a emissora obteve um crescimento notável. "Em menos de um mês, a audiência apresentou um crescimento absurdo."

Sônia Freitas conta que a opção da emissora pelo funk se deu a partir do conhecimento de que mais de um milhão de jovens dançam o ritmo em bailes de final de semana, em todas as áreas do Rio de Janeiro. Portanto, um público capaz de dar sustentação à audiência de uma emissora que apostasse nisso.



Sônia farejou o sucesso e sintonizou a RPC com centenas de milhares de jovens funkeiros

"Trouxe o Marlboro. Foi uma surpresa o resultado do programa do Marlboro, eu não esperava. A primeira música do programa foi o *Rap do bonde*. Quando começou a tocar, entrou quase a rádio inteira na minha sala, dizendo que era muito ruim. Foi um choque para todos. Foi um risco muito grande, mas a aposta deu certo", relembra a coordenadora da RPC. "A rádio está bem, fatura bem. Do ano passado para cá, triplicou o faturamento e não sofre nenhum problema de rejeição. É claro que existe uma cobrança muito grande, porque o funk passa uma imagem negativa – favela, envolvimento do traficante, tiroteio na porta de clubes – tudo o que a mídia se preocupa em falar do funk."

Quanto à questão da violência e do envolvimento do tráfico de entorpecentes, Sônia destaca que a música não tem nada a ver com isso. "Acho que o Estado deveria estar mais preocupado – já que é um movimento que atingiu da classe A à classe E – em incentivar, em ver isto como um movimento cultural exclusivo do Rio de Janeiro. A preocupação deveria ser de ajudar esses meninos da favela, que só eles sabem fazer o rap. Você dá um tema para eles e eles desenvolvem em 5, 10 minutos. Dar o valor que esses meninos têm só vai acrescentar para a sociedade toda", desabafa a radialista.

Adaptação – Segundo Sônia, o funk que se faz no Rio de Janeiro tem características próprias e isso lhe assegura uma vitalidade especial, que permite prever uma durabilidade muito grande. Ela considera que a cobertura que a RPC dá ao funk desde o ano passado é uma das razões do vigor atual do movimento. "Desde o momento em que a RPC acreditou numa coisa que era da favela, todo mundo aceitou. Poderia não acontecer isso, mas graças a Deus deu certo."

A lamentar, ela aponta certa desunião, derivada dos interesses comerciais em jogo. "Um prejudica o outro, não se toca a música de um nos bailes dos outros. É uma briga, muita concorrência profissional". (E.Z.)



Rap: da periferia à classe média, um grito de protesto

Diferenciando-se do funk pela força que trazem as suas letras, o rap rompe as fronteiras do preconceito e invade as rádios, cuspidando as mais chocantes problemáticas e realidades sociais

O rap – junção das iniciais das palavras *rhythm and poetry* – traz na sua história mais do que um ritmo dançante. Nas letras, sobressai a revolta contra o preconceito sofrido nas ruas, a violência, a ineficácia dos políticos e policiais. Nascido durante a década de 70 nos guetos negros nova-iorquinos, como Bronx, Brooklyn e Harlem, começou a se alastrar no meio musical norte-americano, para mais tarde invadir as pistas de dança do mundo inteiro. Hoje em dia, já ultrapassou as fronteiras da periferia e conquistou a classe média como uma fatia importante de seu universo de ouvintes.

Irmão do funk pela origem, o rap confunde-se com ele, na visão da imprensa e da maioria das pessoas. No Brasil, uma das suas vozes mais fortes é o irreverente Gabriel, o Pensador. Nascido na Zona Sul do Rio de Janeiro, em família de classe média alta, Gabriel investiu nas trilhas da denúncia, assumindo os protestos da periferia. Já no seu primeiro álbum, com 250 mil cópias vendidas, o rapper traz à tona alguns males da sociedade brasileira: políticos desonestos, juventude alienada, preconceito, estrangulamento da cultura nacional pelo predomínio aqui de filmes, modas, lazer, informação de origem norte-americana. É nesse ponto que o rap mais se diferencia do funk.

Gabriel, o Pensador adverte, em uma de suas declarações, que “o funk é cantarolado, de melodia mais fácil e tem a proposta da dança e da diversão. Já o rap é falado, com letras mais críticas, longas e pouca repetição”. Ele agora se prepara para lançar seu segundo álbum, *Ainda é só o começo*, onde, em 13 faixas, continua a expor os problemas do país, entre eles a deficiência no sistema de ensino, onde tudo

é “decoreba” (*Estudo errado*) e, mais uma vez, ataca o colonizado na faixa *Filho da pátria iludida*.

Educação – Em São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação vem patrocinando, desde 1992, o projeto “Rap nas Escolas – Rap Pensando na Educação”, que se aproveita do canto falado para debater problemas de comunidades carentes da periferia. O projeto nasceu da constatação de que estas escolas tinham dificuldade para discutir problemas sociais, como a violência e a discriminação, através dos métodos tradicionais de

ensino. Um dos participantes da idéia é o grupo paulista Os Racionais MC, integrado por KL Jay, Edi Rock, Ice Blue e Mano Brown.

Para KL Jay, a idéia do trabalho de conscientização, através da música, caiu como uma luva. “Nosso conjunto não nasceu à toa. A falta de informação é muito grande e a lavagem cerebral feita pelo sistema está muito enraizada. Algumas pessoas passam a pensar diferente, depois que nos ouvem.” Os Racionais MC vêm, nas letras do rap, uma das formas mais fortes de protesto, e extravazam sua revolta com tanta veemência que já chegaram a ser presos, em uma de suas apresentações.



Gabriel, o Pensador, faz o rap crítico e, mesmo de perna quebrada, foi a Portugal divulgar sua música

Rap no mundo – Não foi o Brasil o único a importar a mistura de letras fortes e sons dançantes dos Estados Unidos. Mostrando a eficiência da comunicação mundializada e o tino comercial das grandes gravadoras, o rap atingiu o mercado musical de muitos países. Do Brasil ao Japão, passando pela Rússia e Itália, o rap domina os *walkman* da maioria dos jovens. No Brasil, chamam-no de a música da ideologia das ruas; na Itália, encontra-se alicerçada na denúncia das doenças da sociedade, acompanhando o já longo processo de depuração moral no país, e, na Alemanha, serve como protesto contra o ne nazismo. Já na Rússia, as letras não têm tanta importância quanto o ritmo.

De qualquer forma, o rap está aí e parece que veio para ficar.

Talvez seja o canal mais eficaz que se tenha encontrado para denunciar e criticar as desumanidades e desigualdades da sociedade atual. Talvez seja mais uma forma de entretenimento, ou talvez tenha sido a forma mais bem-sucedida de se unir o útil ao agradável. (G.T.)



Questão de justiça

Depois de 31 anos do início do regime militar, surge a oportunidade de desvendar uma parte encoberta compulsoriamente da História do país, mas que toca nos sentimentos dos brasileiros: o desaparecimento e morte de militantes políticos

Raquel Bernardes*

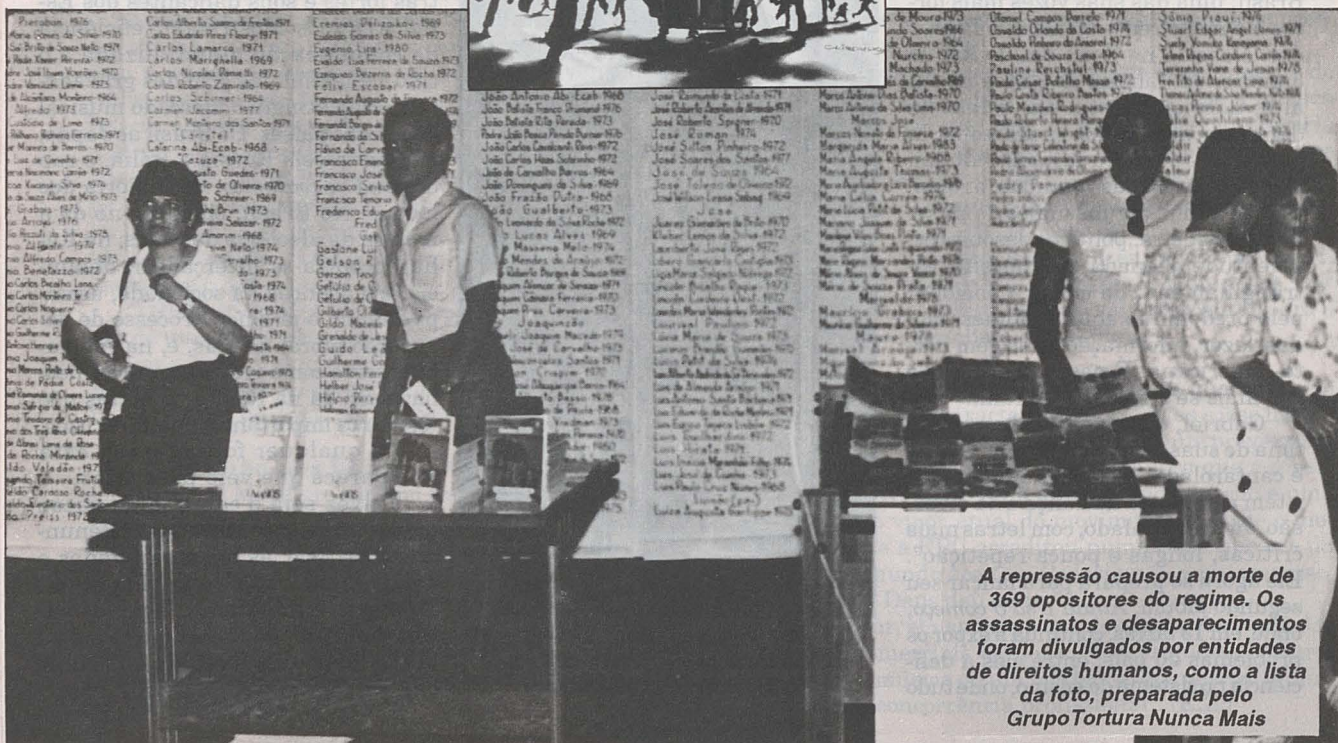
A apresentação do projeto de lei de autoria do advogado José Gregori, chefe de gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim, sobre os desaparecidos políticos, recolocou em discussão a violação aos direitos humanos durante o regime militar (1964-1985), uma página do nosso passado político considerada como virada na opinião de alguns e ainda como a ser estudada com atenção, segundo outros. A simples divulgação do projeto desencadeou fatos que tentam revelar a verdade sobre o trauma da repressão.

Pelo projeto, o governo reconhece formalmente a morte de 136 políticos e

militantes de esquerda desaparecidos entre 1964 e 1979. O Estado assume também o pagamento de indenizações às famílias das vítimas, com valores estimados entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil. Está prevista a formação de uma comissão – com representantes de entidades de familiares e da Comissão de

Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – que tentará localizar os restos mortais dos desaparecidos.

Ao mesmo tempo que familiares e movimentos de direitos humanos lutam para ampliar a abrangência do projeto, beneficiando também os mortos oficiais, processos paralelos avançam, como os julgamentos pelo Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) de médicos acusados de conivência com a tortura. Surgem também novas informações sobre as circunstâncias da morte e o destino dado a corpos de militantes de esquerda assassinados pelos órgãos de repressão. Em um dos casos mais famosos, o do deputado Rubens Paiva, o relato de testemunhas



A repressão causou a morte de 369 opositores do regime. Os assassinatos e desaparecimentos foram divulgados por entidades de direitos humanos, como a lista da foto, preparada pelo Grupo Tortura Nunca Mais



pode levar, após 14 anos de suposições e denúncias, ao paradeiro dos despojos.

De acordo com o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o projeto do governo é "uma conquista extraordinária", mas possui falhas significativas. O reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte dos opositores tem sido uma luta de familiares e dos movimentos de direitos humanos por mais duas décadas. Porém, para o deputado, o projeto contém "limitações gravíssimas", que o comprometem.

A primeira é a exclusão de 13 brasileiros desaparecidos no exterior, três sem identificação completa e 217 "mortos oficiais", com reconhecimento da morte, mas em que vários casos os corpos não foram entregues à família ou não há o atestado de óbito. O parlamentar afirma que há uma "separação odiosa" entre os desaparecidos e os que tiveram a morte reconhecida anteriormente. Além disso, a versão oficial destes falecimentos é considerada difamatória pelas famílias. Pelos relatos oficiais, eles foram resultado de atropelamentos, suicídios ou assassinatos cometidos pelos próprios companheiros de militância. Mas há testemunhos, contradições entre o laudo cadavérico e o estado do corpo e até mesmo fotografias que mostram que houve tortura e execuções.

A segunda omissão da proposta governamental, na opinião de Nilmário Miranda, é impedir o direito à verdade, ou seja, não admitir a investigação e a divulgação das circunstâncias das mortes. A apuração violaria a Lei da Anistia, segundo os opositores às investigações, principalmente no meio militar. A lei promulgada em 1979, no governo João Figueiredo, perdoou atos praticados tanto pelo governo militar quanto por seus opositores. Setores das Forças Armadas admitem um temor de que o levantamento dos fatos possa gerar um clima de revanchismo, que leve à exigência de punição para quem praticou crimes políticos.

A postura assumida pelos representantes das famílias dos desaparecidos e dos mortos oficiais, segundo Nil-

mário, é não pretender a abertura de inquérito e a punição criminal dos culpados. Mesmo que, segundo o parlamentar, leis e acordos internacionais assinados pelo Brasil tornem possível levar aos tribunais assassinos e torturadores de opositores políticos. "Acho que é suficiente a punição moral", opina Miranda.

Antônia Vitória Soares Aranha, cujo irmão, Idalcio Soares Aranha Filho, e a cunhada, Valquíria Afonso da Costa, estão na lista de desaparecidos



Nilmário Miranda elogia a iniciativa do governo, mas defende a ampliação do projeto aos 217 'mortos oficiais'

elaborada pelo governo, concorda que o projeto falhou ao não incluir todos os mortos pelos agentes do Estado e ao não tentar esclarecer as circunstâncias das mortes. A única informação que a família tem sobre Idalcio e Valquíria é que eles combateram na Guerrilha do Araguaia, integrada por militantes do PC do B.

Para Antônia, todos os 369 mortos e desaparecidos devem ser incluídos, já que enfrentaram violações semelhantes. Já a retratação dos culpados, em sua opinião, não deve ser uma preocupação apenas das famílias, mas de toda a sociedade. Ela rebate a alegação de setores do Exército, que acusam os militantes de esquerda de também terem cometido crimes. Primeiro, comenta, pelo desconhecimento de que os combatentes tivessem praticado atos semelhantes ao dos agentes da repressão,

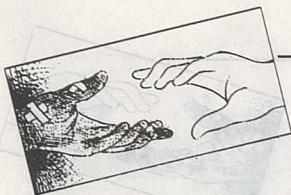
como tortura e ocultação de cadáveres. Segundo, porque estes não tiveram direito a julgamento, sendo sumariamente executados. Outra reivindicação de Antônia é que os acusados de praticar tortura durante a ditadura militar não sejam nomeados para cargos públicos.

O Exército, entretanto, afirma que 98 pessoas foram mortas devido à ação de organizações armadas de esquerda, incluindo militares, policiais e civis.

Eliana Maria Piló Alexandrino Oliveira, irmã de Pedro Alexandrino de Oliveira, também desaparecido no Araguaia, quer principalmente saber as reais circunstâncias das mortes e a reabilitação da memória daqueles que lutaram contra o regime de exceção. Ela espera o reconhecimento, pela história oficial, de que os opositores não eram terroristas, mas pessoas que lutavam por um Brasil melhor. As únicas informações sobre o paradeiro do irmão foram obtidas através de pessoas que estiveram no Araguaia e de parentes de outros desaparecidos. Do governo, a família não obteve qualquer indício.

Pedro Alexandrino faz parte da lista inicial de 136 nomes beneficiados pelo projeto do governo. Segundo sua irmã, o militante foi torturado em 1969 no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Belo Horizonte e, devido ao tratamento desumano, acabou perdendo a audição de um ouvido. Eliana Alexandrino define a espera da família por informações do destino de Pedro como "cansativa e muito sofrida". Durante a visita aos Estados Unidos em abril, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi questionado em uma entrevista coletiva pela jornalista Ângela Alexandrino Harkavy, irmã de Pedro e residente nos EUA, sobre a situação dos desaparecidos políticos no Brasil. Para Eliana, o questionamento feito num país-sede de entidades de direitos humanos apressou a decisão do governo federal de apresentar um projeto sobre o assunto.

Momento inoportuno - Já o reverendo presbiteriano Jaime Wright acredita que a reivindicação da apuração do desaparecimento dos militantes



DIREITOS HUMANOS

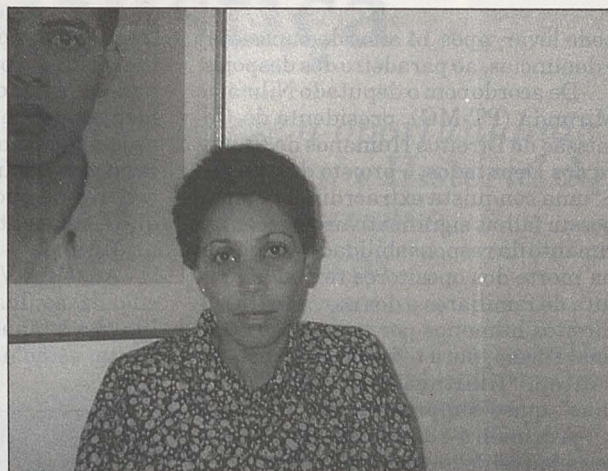
não deveria ser feita neste momento, porque poderia aumentar a resistência de setores das Forças Armadas à proposta do governo e inviabilizar as conquistas iniciais. "Considero o projeto um primeiro passo importantíssimo, já que é a primeira vez que o governo divulga lista de desaparecidos com a aprovação das Forças Armadas, ou seja, admitindo tortura e desaparecimento de pessoas sob sua proteção", afirma o coordenador do projeto Brasil: Nunca Mais, que listou os casos de tortura durante a ditadura militar e os torturadores.

O reverendo, irmão de Paulo Stuart Wright, presente na relação de 136 desaparecidos do relatório de José Gregori, afirma que o advogado adotou um critério aceitável de reconhecer os casos claros de torturados e mortos sob a responsabilidade do Estado. Sobre a inclusão de novos nomes à lista inicial, Jaime Wright afirma que a comissão prevista no projeto poderá examinar caso a caso. O reverendo classifica de "esdrúxulas" as propostas de indenização a familiares de opositores do regime militar mortos fora da custódia do Estado, com os que tombaram reconhecidamente em combate ou em assaltos a banco, o que também pode ampliar a reação à discussão do tema, em sua opinião. O pagamento de indenização aos familiares é refutado pelo religioso, no seu caso particular. "Esse pagamento, para mim, é um insulto. O importante, neste momento, são dois elementos humanitários: o governo conceder o atestado de óbito e promover a localização dos restos mortais dos desaparecidos."

Para o reverendo, as Forças Armadas sabem onde estão os despojos dos opositores, mas não têm a intenção de divulgá-los. "Como admitir que um regime tão eficiente na repressão aos grupos de esquerda não tenha dados sobre os desaparecidos?", indaga. Segundo Jaime Wright, "falta à atual cúpula militar a honradez para fazer um *mea culpa*". "Há setores radicais de direita nas Forças Armadas que impedem não só o *mea culpa*, como a apresen-

tação das fichas sobre os desaparecidos", conclui.

Punição aos torturadores – Apesar de muitas famílias abrirem mão da abertura de inquéritos contra os executores da repressão, existe também a posição de que o Estado vá até o fim na punição dos culpados. Um dos que assumiu esta postura publicamente foi dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. Para dom Paulo, a punição não seria um ato de revanchismo, e sim de justiça. O representante da Human Rights Watch no Brasil, James Cavallaro, entregou documento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, dizendo que a anistia impede apenas a punição dos responsáveis, não vetando a investigação e apuração das circunstâncias em que ocorreram. Para a entidade de defesa dos direitos humanos, o perdão concedido aos praticantes de



A única informação que Antônia Aranha recebeu em mais de 20 anos sobre o irmão Idalício é que ele lutou no Araguaia

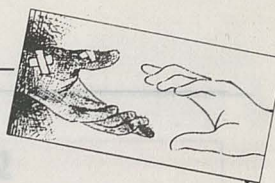
crimes de natureza política é também incompatível com as Convenções de Viena (1969) e Americana sobre Direitos Humanos (1992), assinadas pelo Brasil.

Reação fardada – Setores militares reagiram à reabertura da discussão sobre os desaparecidos políticos. O ministro da Marinha, almirante Mauro César Pereira, criticou a aprovação de indenizações aos familiares e condenou

a apuração das circunstâncias das mortes. Pereira admite apenas a concessão de atestados de óbito. O ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena, apoiou a opinião do colega da Marinha. Segundo Mauro César Pereira, quem participou de organizações armadas "sabia que podia se machucar". Para o militar, "pode gerar um mal-estar danado (entre os militares) ficar remoendo coisas que já passaram há muito". No dia seguinte às declarações, o ministro da Marinha afirmou que é favorável ao pagamento de indenizações apenas aos que morreram em locais administrados pelo Estado e chegou a duvidar de que pessoas incluídas no projeto estejam realmente desaparecidas: "(Há) muito desaparecido que está bem vivo por aí. Não posso provar, mas ouço dizer." Jaime Wright diz que com a afirmação, o ministro da Marinha ridiculariza

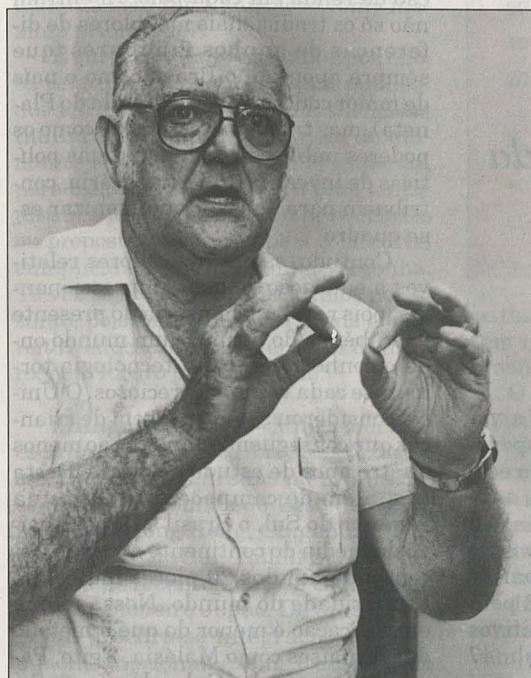


Eliana Oliveira quer a reabilitação da memória dos opositores do regime, como o irmão Pedro Alexandrino



ESCOLARIDADE - 1992

Aspectos sociais



Jaime Wright: o projeto é positivo, pois é a primeira vez que os militares admitem tortura e mortes

os sentimentos dos familiares dos desaparecidos.

Além de contrários a uma investigação mais abrangente, muitos militares reivindicam também indenizações para as famílias dos que morreram em combate com os chamados grupos de esquerda. O deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ) afirma ter uma lista com mais de 100 nomes que se enquadram na situação. Mas Nilmário Miranda diz que a proposta será rejeitada porque essas famílias já recebem pensões pagas pelo Estado.

A posição do governo, com o projeto, é a do reconhecimento da responsabilidade do Estado nas mortes, mas de forma a não desagradar às partes envolvidas. O próprio autor do projeto, José Gregori, advogado que defendeu perseguidos pela ditadura militar e que foi presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo de 1972 a 1982, assumiu que a proposta é resultado de um trabalho de colaboração. O objetivo seria encontrar uma saída aceitável para os dois lados que foram contemplados pela Lei de Anistia, sem abrir novas feridas.

Para os familiares, ainda existem chagas abertas. É o caso de Eunice Pai-

va, mulher do ex-deputado Rubens Paiva, do PTB de São Paulo, desaparecido em 1971. Rubens Paiva é um caso exemplar de opositor pacífico ao regime, preso por discordar da linha política do governo. Desde então, a viúva luta para descobrir pistas não só dos restos mortais, como também do relato verdadeiro dos fatos que levaram à morte do marido.

Um forte indício do local onde se encontram os despojos do ex-deputado foi revelado pelo médico Jorge Galvão de Fontoura, diretor do Instituto Médico Legal de Cabo Frio (RJ). Ele afirmou ter identificado a ossada de Paiva em 1973. Ela estaria depositada em um ossário no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio. Eunice Paiva pretende exigir a exumação dos ossos, seu exame e a entrega à família. O médico legista explica o fato de ter guardado segredo das informações por mais de 20 anos devido a ameaças que teria recebido.

A falta de esclarecimento sobre mortes como a de Rubens Paiva tem como uma das causas a falsificação de necrópsias por médicos ligados à re-

pressão. Desde 1990, o Conselho Regional de Medicina do Rio abriu sindicâncias contra 44 legistas, acusados de forjar laudos cadavéricos, sendo que 15 respondem a processos e oito sofrem investigações iniciais. "Os demais morreram ou desapareceram", afirma o presidente do Cremerj, Mauro Brandão.

Os dois processos contra médicos de outras especialidades já foram concluídos, resultando na cassação do direito de exercer a profissão. Um deles é o extenente e psiquiatra Amílcar Lobo, que teve o registro profissional cassado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 1988. Também o general-de-brigada e pediatra Ricardo Agnesi Fayad, condenado pelo Cremerj em maio de 1994, foi punido pelo CFM em 10 de agosto com a perda do registro. Ele poderá exercer a medicina somente em dependências do Exército.

Dificuldade - A comoção provocada pela revelação de fatos ligados ao período da ditadura militar é grande. Suzana Lisboa, coordenadora do Movimento Nacional de Parentes de Desaparecidos Políticos, declara que as famílias têm consciência de que localizar os restos mortais de seus parentes será muito difícil, pois os órgãos de repressão trataram de ocultar muito bem os cadáveres. Eles eram enterrados como indigentes, com nomes trocados ou em locais de difícil acesso e até mesmo mutilados pelo esquartejamento. "Mas precisamos ter acesso a todos os arquivos militares", afirma Suzana, reivindicando que todas as informações sejam de domínio público.

Antônio Funari Filho, diretor-presidente, e Marco Antônio Rodrigues Barbosa, diretor da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, destacam que a justiça plena só será alcançada "quando a opinião pública tiver consciência de que tais crimes não se restringem aos familiares dos desaparecidos, mas atingem toda a humanidade". Para eles, o resultado desta luta dos movimentos de direitos humanos "é relevante também porque propiciará à sociedade brasileira discutir a questão da tortura e dos desaparecimentos forçados, aprimorando no Congresso o projeto inicial, de sorte que tais atrocidades jamais se repitam".

* colaborou Marcelo Monteiro



Suzana Lisboa diz que será difícil localizar os restos mortais dos desaparecidos

Aspectos sociais em último lugar

Detentor do maior Produto Interno Bruto da América Latina, o Brasil possui um dos piores índices mundiais nas áreas de educação e saúde

Luiz Henrique Lima*

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) publicou em 1994 o documento *O progresso das nações*, pouco divulgado na imprensa brasileira. O relatório vai além dos tradicionais estudos de entidades internacionais que avaliam o desempenho das nações apenas sob a ótica estritamente econômica, mas considera também critérios de bem-estar e qualidade de vida da população.

Para um brasileiro, é instrutivo examinar os dados relativos a 129 nações e compará-los com a propaganda de nossos governantes acerca de nosso ingresso na chamada modernidade. Nos indicadores relativos à saúde, fomos os vice-campeões mundiais (atrás somente da República Centro-Africana e empatados com a Etiópia), entre as nações que, na década de 90, mais regrediram na cobertura de imunização da pólio: cerca de 31%. Regredimos também 41% na cobertura do tétano, o maior índice mundial de retrocesso na nossa faixa de Produto Nacional Bruto *per capita*.

O documento relaciona o índice registrado em cada país e sua evolução recente com o grau de riqueza e de desenvolvimento econômico, obtendo uma avaliação relativa da importância que aquele assunto merece dos governos. Não caberia aqui comentar todo o relatório; porém cabe assinalar dois indicadores, terrivelmente chocantes. O índice de mortalidade infantil do Brasil é o segundo maior da América do Sul, só superado pelo da Bolívia.

Contudo, quando se considera a variação entre o índice real e o esperado, tendo em vista a dimensão da economia de cada país, caímos para a última posição do continente e uma das 15 piores do mundo, superados apenas pela Turquia e por alguns países africanos. Essa variação (de 32 pontos negativos aqui), é de 35 positivos na Colômbia, 41 em Bangladesh, 47 em Cuba e 113 no Vietnã.

Assim, países como a Colômbia, cuja renda *per capita* é a metade da brasileira, ou o Vietnã, cuja renda é inferior a 10% da nossa, conseguem atingir uma mortalidade infantil respectivamente 69% e 25% menores que a nossa.



Na Ásia, combina-se desenvolvimento com distribuição de renda e educação. Mas Brasília não investe nesta fórmula

Por outro lado, quando se observam os progressos alcançados na redução da mortalidade infantil na década de 80, novamente subimos ao pódio da última colocação de todas as Américas, com 26% a menos de óbitos, contra, por exemplo, uma redução de 62% no México.

Tais fatos não resultam de epidemias ou cataclismas. Podem ser compreendidos observando-se a concentra-

ção de renda em cada país. Aí entram não só os tradicionais medidores de diferenças de ganhos familiares (que sempre apontam o Brasil como o país de maior concentração de renda do Planeta), mas também o estudo de como os poderes públicos, através de suas políticas de investimento e tributária, contribuem para agravar ou amenizar esse quadro.

Contudo, são os indicadores relativos à educação os mais impressionantes, pois revelam a miséria do presente e também a do futuro, num mundo onde o conhecimento e a tecnologia tornam-se cada vez mais preciosos. O Unicef considerou a percentagem de crianças que conseguem completar ao menos quatro anos de estudo primário. Desta vez, além de campeões absolutos na América do Sul, o Brasil situa-se abaixo da média do continente africano, ostentando um dos 20 piores índices de escolaridade do mundo. Nossa marca em educação é menor do que a metade das de países como Malásia, Egito, Panamá, Venezuela, Cuba, Uruguai, Sri Lanka e México. Reparem que nem comparamos nosso desempenho com o de países do chamado Primeiro Mundo.

O dado mais dramático de todos encontra-se na página 23 do documento, quando se relaciona o índice de escolaridade com o PNB *per capita* de cada país. O Brasil ostenta, com enorme vantagem, a pior posição em todo o mundo.

Como falar em competitividade ou desenvolvimento do país nessas condições? Quando volta e meia algum comentarista exalta o crescimento econômico dos Tigres Asiáticos, valeria a pena destacar que em 1965 o índice de alunos que atingia o segundo grau na Coreia era 19% superior ao do Brasil. De lá para cá, duplicamos nossa marca mas a distância aumentou para 49%. Índices semelhantes podem ser mencionados para as Filipinas, Indonésia e Tailândia. Quando se fala em reduzir o chamado "Custo Brasil", de forma a atrair investimentos ou estimular exportações, e consequentemente gerar empregos, não se computa nos modelos econométricos o custo colossal do desinvestimento acumulado na formação de capital humano. E ainda: como criar condições de exercício de verdadeira ci-

dadania sem ter a educação como máxima prioridade?

É surpreendente que, ano após ano, os relatórios do Unicef sejam publicados em Brasília sob a mais silenciosa indiferença daqueles a quem diretamente acusam. Nem para defender-se, para contestar os índices ou para tentar justificá-los, apresentando providências ou propostas: nada rompe a confortável cumplicidade com tamanha vergonha. Talvez seja o caso de insistirmos no assunto, pois sem o respeito à vida e o direito à educação não haverá país do futuro, nem futuro para este país.

Milagre asiático – Muito tem sido escrito no país acerca das altas taxas de crescimento registradas na última década nas economias do Leste asiático, incluindo Hong Kong, Cingapura, Taiwan, Coréia do Sul, Tailândia, Indonésia e, mais recentemente, a China, sem omitir o pioneiro Japão. De uma forma geral, procura-se integração à economia internacional. Assim, o exemplo do “milagre asiático” deveria ser imitado pelo Brasil, cuja economia nos anos 80 foi marcada pelo fenômeno da estagflação, através da modificação de princípios constitucionais diversos que, segundo essa análise, seriam responsáveis pelo nosso atraso.

Aparentemente esses políticos-economistas não tomaram conhecimento ou não se interessaram em divulgar as conclusões de uma minuciosa pesquisa do Banco Mundial, intitulada *O milagre do Leste asiático*, publicada pela Oxford University Press. De fato, seria incômodo, pois os indicadores apurados apontam na direção oposta à dos re-

ceituários conservador e neoliberal que têm dominado a política econômica brasileira.

O primeiro elemento diz respeito à distribuição de renda. Todos recordam a sinistra formulação do “milagre brasileiro” nos anos da ditadura: “É preciso primeiro crescer o bolo, para depois distribuí-lo.” Sob essa justificativa, patrocinou-se um brutal arrocho salarial, até hoje longe de estar recuperado, e produziu-se a maior concentração de renda do Planeta. Os ingênuos festejavam, porque o bolo estava crescendo rapidamente e em breve seria distribuído. Vinte anos depois, os tucanos no poder acusam o “excesso de paternalismo na legislação social” como entrave à retomada do desenvolvimento.

Pois bem, o que o Banco Mundial nos informa é que as economias de crescimento mais acelerado no Leste asiático são exatamente as de menor desigualdade na distribuição de renda. Entre 15 países examinados, constatou-se que, entre 1965 e 1990, 13 reduziram a concentração de renda, inclusive todos os asiáticos. As duas exceções foram o Brasil e o Chile, esse último apontado como novo “modelo” para os latino-ameri-

canos após o fracasso do México. Para se tornar um dado numérico, todos os países asiáticos citados apresentaram uma “taxa de desigualdade” entre cinco e 10. Já a taxa brasileira alcança 26, mais de cinco vezes superior à japonesa.

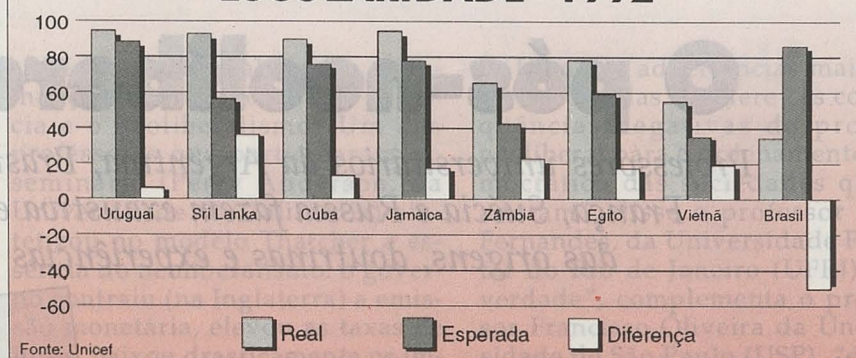
Por outro lado, os asiáticos tiveram relativo êxito na redução dos índices de pobreza absoluta. Mesmo considerando o crescimento populacional, no período em exame o número absoluto de pobres diminuiu em mais de 50% na Indonésia e na Malásia.

Outro dado de enorme relevância diz respeito à política educacional. Enquanto que em 1965 o índice de matrículas no 2º grau era de 35% na Coréia, 16% no Brasil e 12% na Indonésia, em 1987, a Coréia atingia 88%, a Indonésia 46% e o Brasil 39%. Os gastos por aluno cresceram 355% na Coréia, indicando a busca por melhor qualidade. Desnecessário destacar que o ensino se faz em horário integral. Aqui no estado do Rio, assistimos aos investimentos realizados no Programa Especial de Educação no governo passado serem interrompidos sob a alegação de “desperdício”.

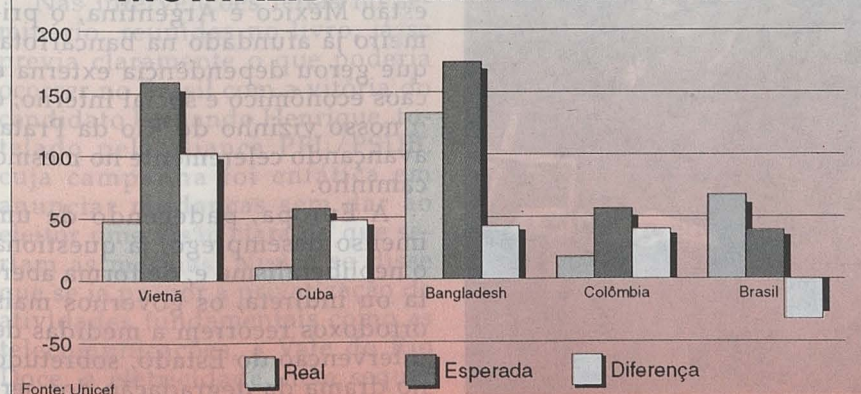
Finalmente, o Bird destaca a importância do uso de capital próprio – gerado internamente – no financiamento do crescimento. Os Tigres Asiáticos não cederam à tentação do endividamento externo, regulamentando criteriosamente, à exceção de Hong Kong, a atuação do mercado financeiro. A estabilidade macroeconômica não foi alcançada ao preço da recessão. A síntese das conclusões é surpreendente: segundo o estudo do Banco Mundial, a essência do “milagre asiático” é a combinação de rápido crescimento econômico com distribuição de renda. Uma equação ainda não admitida nos manuais de Brasília.

*Economista, ex-deputado estadual e ex-secretário de Estado de Administração

ESCOLARIDADE -1992



MORTALIDADE INFANTIL -1992





O pós-neoliberalismo

Professores universitários da Argentina, Brasil, Estados Unidos, França, Suécia e Rússia fazem exaustiva e lúcida análise das origens, doutrinas e experiências neoliberais

Neiva Moreira

A discussão do tema do neoliberalismo não alcançou, ainda, no Brasil, o nível de outros países, sobretudo na Europa. Tem se limitado, prioritariamente, à definição ideológica do governo de Fernando Henrique Cardoso como neoliberal.

Os adversários o classificam como tal, enquanto, na área do poder, predomina o empenho em considerá-lo um modelo social-democrata. A simples sintetização do que é o modelo social-democrata – um governo do bem-estar, com todas as suas implicações econômicas e sociais – invalidaria aquele esforço de mimetismo ideológico. Mas isso não basta. O controle dos meios de comunicação pela aliança governamental, hoje liderada pelo PFL e seus aliados e inspiradores na mídia, impõe a linha ideológica e dá a sustentação política ao governo. Nesse panorama, é uma complexa e desafiadora tarefa a de esclarecer o país sobre sua visão deformada da realidade.

Não há dúvida de que, na ocupação do grupo do poder em se desligar da conceituação neoliberal, já há um reconhecimento implícito de que, pelo menos para uso externo, essa posição desperta, no mínimo, em amplos setores da sociedade, severas reservas, pelo seu caráter antipopular e anti-social.

De qualquer modo, o debate sobre o tema continua restrito, embora seja essencial hoje ao povo brasileiro conhecer profundamente, em todas as suas variantes, o modelo que inspira a política governamental.

Há experiências no mundo revelando não apenas o seu caráter cruel, profundamente discriminatório, como o fracasso de suas políticas no próprio plano econômico. Na pátria da mais audaciosa e ortodoxa experiência de neoliberalismo moderno, a Inglaterra, o Partido Conservador de Margaret Thatcher mergulhou, pelo seu programa neoliberal de governo, no descrédito público e marcha para uma derrota fragorosa nas próximas eleições, para o seu opo-



Margaret Thatcher: a mais audaciosa experiência neoliberal

Atilio Borón
Organizador Emir Sader
Francisco de Oliveira
Göran Therborn
José Paulo Netto
José Ricardo Ramalho
Kiva Maidanik
Luis Fernandes
Luiz Antonio Machado
Organizador Pablo Gentili
Perry Anderson
Pierre Salama

As Políticas Sociais e o Estado Democrático

Pós-neoliberalismo



sitor, o Partido Trabalhista, de uma linha histórica esquerdista.

Os exemplos se multiplicam pelo mundo. Se necessitássemos de advertências mais próximas, aí estão México e Argentina, o primeiro já afundado na bancarrota, que gerou dependência externa e caos econômico e social interno; e o nosso vizinho do Rio da Prata, avançando celeremente no mesmo caminho.

A Europa, padecendo de um imenso desemprego, já questiona o neoliberalismo e, de forma aberta ou indireta, os governos mais ortodoxos recorrem a medidas de intervenção do Estado, sobretudo no drama da degradação dos serviços públicos privatizados e na desocupação.

A experiência brasileira – Em nosso país ocorre uma praxe no mínimo curiosa: as políticas governamentais são definidamente neoliberais mas a retórica é social-democrata.

As reações no setor progressista dos pensadores políticos é, ainda, tímida e, por vezes, confusa. Talvez mesmo por respeito a algumas posições de esquerda, em um passado distante, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, a maioria dos nossos pensadores progressistas ainda joga na esperança de sua retificação de rumos. Outros já se bandearam para o governo e passaram a atacar as posições ideológicas dos seus antigos partidos. O ministro da Cultura, Francisco Weffort, é um deles. O seu novo modelo de "sensibilidade social" é o senador Antônio Carlos Magalhães.

Esse retraimento na área do pensamento político não é total e muito menos definitivo. São já muito expressivas as reações. Uma delas encontramos nas análises de um seminário realizado em setembro de 1994 no Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e cujos trabalhos foram sintetizados e publicados em livro, sob o título *Pós-liberalismo*(*). Figuras exponenciais da sociologia e de estudos econômicos do Brasil e do exterior figuram na relação dos seus autores.

Nas intervenções feitas no seminário, reunidas no livro, já se previa claramente o que poderia ocorrer no Brasil com a vitória do candidato Fernando Henrique, tutelado pela aliança PFL/PSDB, cuja campanha foi enfática em anunciar mudanças sem dar ao eleitor uma visão clara do que seriam as mesmas. Nunca se disse que se ia propor a privatização de atividades fundamentais como as telecomunicações, a Vale do Rio Doce, a eletricidade, nem sequer se admitia a quebra do monopólio do petróleo.

Mas, afinal, qual seria a semelhança entre o governo que se inicia e o neoliberalismo? Um dos professores que participaram do seminário (Perry Anderson, da Universidade da Califórnia) sintetizou no modelo Thatcher a essência do neoliberalismo: o governo contraiu (na Inglaterra) a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego maciços, esvaziou greves, impôs uma nova legislação anti-sindical e cortou gastos sociais.

E, finalmente – esta foi uma me-

O governo se caracteriza por uma prática neoliberal e uma retórica social-democrata

dida surpreendentemente tardia – lançou um amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Qualquer semelhança seria, na linguagem corrente, mera coincidência.

O mais importante nas intervenções no seminário e que são reproduzidas no livro não foi apenas sua interpretação do modelo neoliberal e sua aplicação no Brasil, mas também a análise do bem estruturado projeto político de dominação econômica do país, com o empobrecimento das classes médias e a exclusão de imensos setores da sociedade.

Uma das advertências mais severas e nítidas se refere "às consequências negativas do projeto neoliberal para o ordenamento democrático das sociedades que o adotam", disse o professor Luís Fernandes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "A verdade", complementa o professor Francisco Oliveira da Universidade de São Paulo (USP), "é que foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupção no mandato 'democrático' (aspas do autor) de José Sarney."

Não seria por acaso que o modelo mais conseqüente do neoliberalismo na América Latina foi o de Pinochet, no Chile, destruindo as liberdades democráticas com a conseqüente repressão à esquerda política, aos sindicatos e às organizações da sociedade civil.

O professor José Paulo Neto, da UFRJ, pergunta sobre o futuro da democracia sob regimes neoliberais: "Até que ponto as propostas neoliberais podem continuar tendo passagem politicamente democrática, na medida em que deterioram a vida da nossa população?"

O pós-neoliberalismo é analisado por vários dos autores, cada um com a sua visão do futuro, com a qual se pode ou não concordar, mas que encerra uma perspectiva estimulante. Como diziam os revolucionários angolanos, hoje no poder, "a luta continua," ou, para tranquilizar os impacientes e pouco confiantes no futuro, "a história não terminou", ponto central da avaliação do professor Göran Therborn, da Universidade de Gotemburgo, na Suécia.

(*) *Pós-Neoliberalismo*, dos professores Emir Sader, Francisco de Oliveira, José Paulo Neto, José Ricardo Ramalho, Luís Fernandes, José Antonio Machado (Brasil), Pablo Gentile, Atílio Borón (Argentina), Göran Therborn (Suécia), Pierry Anderson (Estados Unidos), Pierre Solama (França), Kiva Maidanik (Rússia). (Editora Paz e Terra)



ESPAÇO DO LIVRO

COM A PALAVRA, O AUTOR

Um romance sobre a culpa

O geólogo Jorge Hausen, 52 anos, chefia o Departamento de Comércio Interno da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Rio. Mas a paixão pela literatura o tomou de tal modo que ele acaba de publicar seu primeiro romance, *A marca de Caim*, pela Oficina do Livro. A ação se passa no século passado nas montanhas do Hemisfério Norte, com neve, ursos, lobos e homens. Entusiasmado, Jorge está na metade do segundo romance, *Silva rerum* (*A floresta das coisas*) e promete um terceiro, *O retorno*, para completar a trilogia.

• Como e por que resolveu escrever?

JH – Sempre li e escrevi muito, é de família, mas nunca de forma sistemática. Há dois anos e meio, sentei-me e, em 40 minutos, fiz os dois primeiros capítulos. Neles já estava toda a estrutura do livro. Foi uma impulsão momentânea que não me deixou parar mais. Depois, entrou muita pesquisa, buscando a verossimilhança. Foram três anos de trabalho intenso.

• O que pretende dizer com essa obra?

JH – Que “tanto faz no Sul como no Norte”, ou seja, que o ódio, o medo, a inveja, a coragem; enfim, tudo no ser humano é muito parecido em qualquer latitude. O camponês do Quênia tem muito a ver com o brasileiro. O livro tem um eixo: a culpa, tão presente na civiliza-

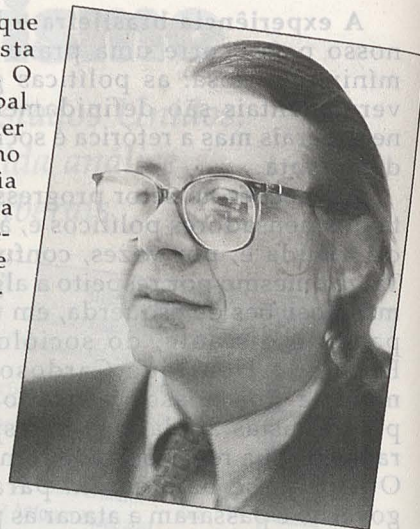
ção judaico-cristã que se transforma nesta própria civilização. O personagem principal transa com a mulher de seu irmão, e, como expiação, se refugia por três anos numa caverna, onde escreve mentalmente este livro e revê sua vida.

• Por que escolheu o romance?

JH – Sou de uma geração de leitores de romance. Sou fã de *Jean Christophe*, de Roman Rolland, *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, da obra de Machado de Assis e de José de Alencar. Achei que o romance me daria condições de me expressar.

• Por que procurou uma oficina literária?

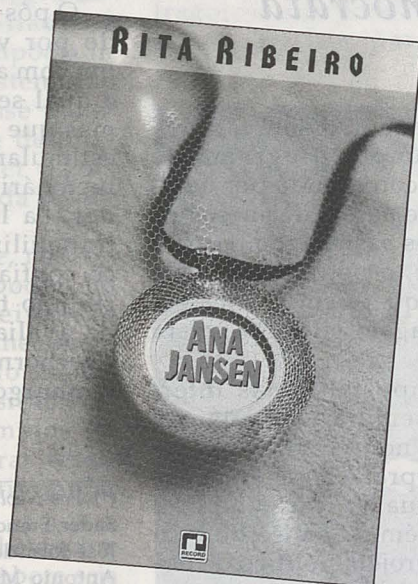
JH – Na oficina literária do professor Ivã Proença, reúne-se um grupo de escritores para um trabalho de laboratório. Aprendemos técnicas, ferramentas para trabalhar melhor. Não quero mais ser autodidata na vida: prefiro aprender com quem sabe. (E.F.)



NOTAS

Personagem maranhense

Ana Joaquina Jansen Pereira foi uma mulher incomum. De família aristocrática decadente, conheceu a miséria na infância. Belíssima e inteligente, dormiu com quem quis e tornou-se grande proprietária de terras. Tinha poder para prender e soltar, nomear e depor presidentes de províncias no Maranhão do século passado. Um jornal chegou a chamá-la de “rainha que não chegou a baronesa”, pois, taxada de escandalosa, não obteve título de nobreza. O romance *Ana Jansen*, da maranhense Rita Ribeiro, reconstitui os passos de Ana e saiu pela Record. Que, aliás, devia cuidar mais da edição: a capa deste romance não podia ser mais sem graça.



Guarda Municipal

Escrito por Benedito de Moraes, inspetor da Guarda Civil de Piracicaba, o livro *A Guarda Municipal e a segurança pública* trata da função e do aproveitamento dos guardas municipais e mostra como elas podem colaborar com a população. A preocupação maior é com o respeito aos direitos humanos no atual quadro de violência urbana, mas mostra também aspectos históricos e o treinamento dos guardas.

Um pioneiro do rádio

Ademar Casé começou como vendedor de aparelhos de rádio e chegou a produzir um programa radiofônico em que reunia os maiores nomes da música brasileira. Noel Rosa, Sílvio Caldas, Francisco Alves, Carmen Miranda, Carlos Galhardo e Trio de Ouro eram presenças constantes. Sua trajetória é contada no livro *Programa Casé: o rádio começou aqui*, escrito pelo seu neto, o jornalista Rafael Casé, da editora Mauad. Destaque para a apresentação do livro, feita pela sua neta, Regina Casé.



Como nos últimos 22 anos, os militares comemoraram o aniversário da posse de Pinochet à frente das Forças Armadas. Mais uma vez, o ato ganhou um claro sentido político

A ditadura no banco dos réus

Nova crise com os militares leva o governo a apresentar um pacote de medidas para acabar de vez com os resquícios do autoritarismo

Cinco anos após o fim da ditadura militar, e já com dois presidentes eleitos nas urnas, o Chile prepara-se para dar um passo decisivo para o futuro das instituições democráticas. Em meados de agosto, o presidente Eduardo Frei iniciou um amplo diálogo político-militar para definir uma série de projetos sobre o que chamou de "problemas pendentes da reconciliação nacional e da institucionalidade democrática".

Sob esta pomposa definição, está uma agenda que inclui temas muito delicados, como os julgamentos contra os militares acusados de violações aos direitos humanos durante o regime ditatorial (1973-90), a situação dos cerca de

1.200 detidos-desaparecidos e profundas reformas constitucionais. Participarão das conversações os comandantes das Forças Armadas, autoridades dos poderes Legislativo e Judiciário, líderes dos partidos com representação parlamentar e a hierarquia da Igreja católica.

A proposta de Frei poderia ser resumida em três projetos de lei, o primeiro dos quais tentará agilizar os processos por violações aos direitos humanos, crimes não passíveis de punição devido à lei de anistia que o general Augusto Pinochet promulgou em março de 1978.

O segundo projeto propõe procedimentos para esclarecer o destino de cerca de 1.200 presos políticos desapa-

recidos nos porões da ditadura. Por último, Frei propõe reformas à lei orgânica das Forças Armadas para restituir ao presidente da República a prerrogativa de nomear ou destituir o alto comando militar.

Queda de braço — O Chile viveu de 11 de setembro de 1973 até 11 de março de 1990 sob um regime militar dirigido pelo general Augusto Pinochet, sendo que o auge da repressão ocorreu até 1978. Há cinco anos e meio, após anos de resistência popular, Pinochet concordou em retirar-se do poder, com a condição de permanecer no posto de comandante-em-chefe do Exército até março de 1997. Além disso, impôs, numa Constituição promulgada em 1988, um mecanismo que garante até hoje aos militares a indicação de seis cadeiras no Senado.

Na prática, essa situação tem provocado uma interminável queda de braço entre a cúpula militar e o governo civil não resolvida nem por Patricio Aylwin, o primeiro presidente eleito após a redemocratização, nem por Eduardo Frei, atual chefe do Executivo.

As sempre tensas relações civil-militares se tornaram ainda mais delicadas em 30 de maio, quando a Corte Suprema condenou a sete e seis anos de prisão, respectivamente, o general na reserva Manuel Contreras e o brigadeiro Pedro Espinoza.

Contreras, chefe da extinta Direção de Informação Nacional (Dina), a temida polícia política da ditadura, e Espinoza, o segundo na hierarquia desse órgão de repressão, foram considerados os autores intelectuais do assassinato de Orlando Letelier, chanceler no governo do deposto presidente Salvador Allende (1970-73). O ex-ministro e sua secretária, a cidadã norte-americana Ronnie Moffit, foram mortos em 21 de setembro de 1976 em um atentado terrorista, cometido em Washington por agentes da Dina e elementos cubanos anticomunistas.

Menos de um mês depois, no dia 23 de junho passado, Contreras voltou a ser julgado, desta vez à revelia, pelo atentado contra o ex-vice-presidente do Chile, Bernardo Leighton, e sua mulher, Anita Fresno, cometido em Roma em 1975. A Justiça italiana condenou a 20 e 18 anos, respectiva-

AMÉRICA LATINA

CHILE



Em frente a um tribunal, parentes de desaparecidos pedem a punição de Contreras

mente, o general Contreras e o coronel Eduardo Iturriaga como autores intelectuais do crime.

A condenação dos dois ex-chefes da Dina reacendeu a preocupação do Exército chileno pelo cerca de 600 processos que estão correndo na Justiça, relativos a assassinatos políticos e desaparecimentos forçados cometidos durante a ditadura. "Os militares temem que o caso Letelier provoque a abertura de novos processos. Têm medo principalmente da publicidade que isso possa trazer", afirmou o advogado José Zalaquett, um dos mais respeitados militantes dos direitos humanos no país.

Para as Forças Armadas, os processos que se referem a delitos cometidos entre março de 1973 e março de 1978 deveriam ser encerrados sem nenhuma investigação em virtude da lei de anistia promulgada em 1987.

Ameaças veladas - A ordem de prisão expedida contra os dois militares abriu a mais séria crise política no país desde o fim da ditadura. Pelo cargo que ocupavam e por sua responsabilidade direta nas violações aos direitos humanos cometidas em nome da "luta contra o comunismo", sua punição equivale a colocar no banco dos réus o próprio regime ditatorial.

Por isso, desde maio, não têm faltado ameaças veladas ao governo, por parte do próprio Pinochet ou da cúpula militar, insatisfeitos com a decisão da Suprema Corte. O chefe do Exército alertou que "essas coisas não podem continuar a acontecer", em aparente

alusão a outros militares que enfrentam processos por violações aos direitos humanos. "Se continuarmos assim poderíamos chegar a problemas tão graves que ninguém seria capaz de detê-los", advertiu o ex-ditador.

Nesse contexto, vale lembrar que Contreras é filho, neto e bisneto de militares, o que pesa muito num país onde os uniformizados se consideram uma casta superior. Além disso, ele é visto pelos seus pares como um exemplo de militar que cumpriu com louvor a missão para a qual tinha sido incumbido, o que tornaria "injusta" sua condenação.

"A leitura do Exército é que eles tiveram que intervir em 1973 para não deixar o caos tomar conta do país. Eles são os arquitetos do novo Chile, o país modelo da América latina", afirma o sociólogo Raul Sohr, especialista em Forças Armadas.

A direita reage - Numa reação à decisão da Suprema Corte, senadores dos três partidos de direita, reunidos no Pacto União pelo Chile, apresentaram em julho um projeto de lei que estenderia a anistia até março de 1990. Também estabeleceriam um mecanismo para que os juízes continuassem investigando o destino dos desaparecidos, mas com o único objetivo de localizar seus restos mortais, sem nenhuma possibilidade de instaurar processo criminal contra os culpados.

Organizações humanitárias e dirigentes de dois partidos da coalizão de governo, o Socialista (PS) e o Partido Pró-Democracia (PPD), rejeitaram

esta proposta, qualificando-a de uma "lei de ponto final encoberta" para os crimes de lesa-humanidade.

Além disso, ambos partidos se negaram, a princípio, a dialogar com a oposição de direita uma agenda político-militar, enquanto não se materializasse a prisão do general Contreras, que permanece virtualmente refugiado em um hospital da Marinha desde 13 de junho, com o aval das Forças Armadas.

Depois de intensas negociações, a coalizão governamental superou suas divergências e concordou em discutir o projeto de lei apresentado por cinco parlamentares da direita. Mas, num claro sinal de que ainda faltam muitas arestas a serem aparadas, três ministros, todos do PDC, declinaram o convite para assistir à sessão do Senado que iniciou o debate sobre o projeto.

O PDC é a primeira força eleitoral do país e o eixo da coalizão de governo, que tem maioria na Câmara de Deputados, mas é ligeiramente minoritária no Senado.

Convidada também para a reunião com os senadores, a presidenta do Grupo de Familiares de Detidos-Desaparecidos, Sola Sierra, declarou que é preciso lutar contra uma proposta que "tenta tornar ainda mais viável a impunidade" para os crimes cometidos pela repressão. Sierra enfatizou que "nunca haverá reconciliação sem verdade e justiça" e que é inaceitável que se legisle "sob chantagem militar".

De fato, apesar dos avanços políticos obtidos com a redemocratização e dos resultados econômicos que causam inveja a seus vizinhos, o Chile ainda permanece virtualmente refém das Forças Armadas, situação que o presidente Frei tenta agora reverter.

Resta saber para que lado penderá a balança nesta nova queda de braço entre civis e militares. Se, por um lado, ninguém duvida do enorme poder que ainda detêm as Forças Armadas, por outro, nem a sociedade chilena nem o contexto internacional são os mesmos de 1973. Para continuar sendo apontado como um modelo político-econômico, o Chile de 1995 precisa acertar suas contas com o passado. A empreitada não é fácil e os riscos, altos. Mas, para o governo de Eduardo Frei, já não há mais como voltar atrás.

(Claudia Guimarães)

O último a saber

Ex-comandante da ditadura militar considera um "exagero" as denúncias sobre os milhares de desaparecidos políticos e justifica as mortes como "consequência natural de uma guerra"

Marcela Valente

O que vocês acham que os Estados Unidos estavam fazendo no Vietnã?", perguntou o almirante Emilio Massera, ao dar a entender, pela primeira vez, que opositores foram mortos durante o regime militar.

Emilio Massera, que dirigiu um dos locais onde foram torturadas e mortas 5 mil pessoas, declarou a um semanário: "Não sou um assassino. Nunca dei ordem para matar, nem torturei ninguém e jamais vi alguém recebendo choques elétricos."

Massera, de 70 anos, foi membro da primeira junta militar e comandante da Marinha durante a última ditadura (1976-1983). Em 1985, foi condenado pela Justiça à prisão perpétua e indultado pelo presidente Carlos Menem em 1990. Suas declarações à revista argentina *Gente* causaram indignação entre as organizações de direitos humanos.

O ex-chefe da Marinha argentina considerou um exagero as denúncias sobre repressão ilegal e disse que a ditadura da qual participou "não matou crianças inocentes. Qualquer que fosse a idade, já colocavam bombas e matavam".

Mas, para a presidenta da Associação de Avós da Praça de Maio, Estela Carloto, este argumento não se sustenta já que cerca de 500 crianças desapareceram durante o regime militar, das quais apenas 56 foram encontradas.

Massera considerou também "um romance" o histórico documento *Nunca mais*, elaborado por uma comissão presidida pelo escritor Ernesto Sabato, com base nos testemunhos de sobreviventes da repressão. "Não me dei ao trabalho de lê-lo e nele há depoimentos que nunca foram ratificados".



Apesar de preso, Massera era visto em casas noturnas, como mostra o jornal

Massera tinha sob seu comando a Escola de Mecânica da Armada (Esma), uma instituição que se converteu em símbolo da repressão ilegal. Por ali passaram pelo menos 5 mil presos ilegais, a maior parte desaparecidos.

A primeira confirmação das denúncias contra a Esma só ocorreu em maio passado, quando um dos militares "arrepentidos" que trabalharam para a Marinha, o ex-capitão Adolfo Scilingo, revelou que pelo menos 2 mil pessoas que por ali passaram foram lançadas vivas ao rio da Prata.

"Massera é responsável por pelo menos 5 mil torturas e assassinatos de pessoas que passaram por aquele local", declarou Emilio Mignone, presidente do Centro de Estudos Legais e Sociais e pai de uma desaparecida nesse centro clandestino de detenção.

"Se Massera pessoalmente torturou, assassinou e atirou pessoas vivas ao rio, isso não tem nenhuma importância", explicou. "Eu não sei se Stalin ou Hitler as-

sassinaram alguém com suas próprias mãos, mas ninguém pode dizer que não sejam responsáveis por um genocídio", reiterou Emilio Mignone.

O caso Astiz - Em 1985, o almirante foi considerado culpado por três homicídios, 12 torturas, 69 privações ilegais de liberdade qualificadas por violência e sete roubos. Na entrevista que concedeu à revista *Gente*, ele se manifestou "profundamente agradecido" pelo perdão dado por Menem depois de quatro anos de prisão. "Foi um julgamento arbitrário porque ninguém provou minha participação em nenhum assassinato", disse. No entanto, Massera considerou que a autocrítica do chefe do estado-maior do Exército, general Martin Balza - que admitiu recentemente as atrocidades cometidas por sua arma durante a ditadura - "não foi honesta" e "dividiu as Forças Armadas".

O ex-comandante se referiu também ao controvertido capitão-de-fragata Alfredo Astiz, responsável pelo desaparecimento de duas freiras francesas e de vários outros delitos graves. "Astiz é um bode expiatório. Nunca torturou. É acusado de assassino e isso é uma injustiça. É um excelente oficial (...) e tem que ser promovido, do contrário se abriria um precedente gravíssimo na Marinha", advertiu.

Astiz se livrou de ser processado graças à chamada "lei de obediência devida" - que anistiou todos os militares de menor patente envolvidos em torturas e desaparecimento de opositores políticos - mas foi julgado à revelia pela Justiça francesa. Hoje, está em atividade e há pouco tempo foi o centro de uma polémica por ter sido proposta a sua promoção.

Massera admitiu ter cometido "erros" quando estava à frente da Marinha. Disse que "com certeza, alguns torturaram" e que "não era a intenção do regime matar inocentes". Mas também acusou de "hipócrita" a sociedade, em especial o empresariado, a cúpula da Igreja católica e os políticos que se reuniam com ele. "Nunca nenhum me pediu por um desaparecido", assegurou.

"Os mesmos que hoje se dizem chocados, naquela época me diziam: 'Almirante, vá e mate-os. Persiga-os até seus esconderijos e massacre-os.' E o que acreditam que era isso? Era uma guerra e na guerra tem que se matar para sobreviver", justificou.

Tirando os mortos do armário

A Justiça processa dez militares acusados pelo seqüestro e tortura, na década passada, de opositores do regime, abrindo caminho para se desvendar o destino dos desaparecidos políticos

A exemplo do que está acontecendo no Brasil e Chile, também em Honduras parece estar chegando a hora de "tirar os mortos" do armário. Tema tabu em um país que passou por sucessivos governos repressivos, os desaparecidos políticos começam a tomar forma e a ganhar nome, deixando de ser um assunto que diz respeito apenas a suas famílias.

Desde que a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público entrou com ações judiciais contra 10 oficiais, acusados pelo seqüestro e tortura de seis estudantes em 1982, o governo hondurenho parece estar sentado sobre um barril de pólvora. A ação seria o primeiro passo para a abertura de futuros processos contra os militares responsáveis pelo desaparecimento de 184 opositores políticos na década de 80.

"Começamos a investigar primeiro os desaparecimentos temporários, mas depois passaremos para os casos em que as pessoas nunca mais apareceram", garantiu Sonia de Flores, promotora de Direitos Humanos do Ministério Público.

A reação das fileiras militares não se fez esperar. O chefe das Forças Armadas, general Luis Discua, declarou que a instituição apoiará estes oficiais em todos os aspectos, com base nos mecanismos legais existentes no país.

"Esperamos que os tribunais de justiça atuem com honestidade, sem nenhum tipo de preconceito", comentou o general. Sobre ele próprio também pesam acusações de organismos de direitos humanos por ter sido o primeiro comandante do Batalhão de In-



As investigações do governo levaram à descoberta de cemitérios clandestinos

formação 3-16 (ver quadro) responsável pelas detenções ilegais, interrogatórios, torturas e desaparecimento de opositores do regime.

Seqüestros, torturas, assassinatos - Os militares que estão correndo o risco de ir parar nos tribunais são hoje, em sua maioria, coronéis, sendo que alguns já passaram para a reserva. Eles são acusados pelo seqüestro e tentativa de assassinato, em abril de 1982, de seis jovens estudantes, membros da Força Revolucionária Universitária, de esquerda. A detenção ilegal ocorreu quando os jovens se encontravam reunidos na casa do então subprocurador-geral da República, Rafael Rivera, que também permaneceu seqüestrado.

Os estudantes estiveram desaparecidos durante vários dias, so-

frendo interrogatórios e torturas, mas terminaram sendo libertados. Hoje, seu testemunho é uma peça-chave para começar a levantar o véu que cobre aquele período.

Nos círculos jurídicos, a opinião é que os processos serão levados adiante, já que os sobreviventes mantêm seu testemunho de que sofreram um desaparecimento temporário.

Um deles, Milton Jimenez, trabalha agora como advogado e no Comissariado Nacional dos Direitos Humanos, órgão do governo. "Que voltas a vida dá... de acusado passo agora à posição de acusador", comentou Jimenez, ao recordar os angustiantes dias que viveu em 1982. "Não me lembro de nomes, mas tenho gravado na memória os rostos dos que nos seqüestraram, interrogaram e torturaram. Isso não posso esquecer."

O governo sabia – A decisão da Justiça tem puxado o fio de um interminável novelo de lã. A cada momento, surgem novas informações ou declarações que ajudam a lançar luz sobre o funcionamento dos órgãos de repressão na década passada.

Nesse sentido, foram importantes as declarações do ex-presidente do Parlamento, Carlos Montoya. Ele confirmou que houve “uma política institucional de assassinato seletivo que levou ao desaparecimento de opositores políticos”, impulsionada pelos Estados Unidos e executada por “testas-de-ferro locais, tanto civis como militares”.

Carlos Montoya presidiu a Câmara Legislativa entre 1986 e 1990. Visivelmente contrariado, sustentou que está na hora de reconhecer este grave erro, “que tanto desprestigiou Honduras”, apontar os culpados, mas perdoo-los e indenizar os familiares das vítimas.

O ex-presidente do Parlamento fez essas declarações em resposta a uma entrevista dada pelo ex-chefe-geral da polícia, Daniel Bali, e o ex-chanceler Edgardo Paz, que negaram que o então presidente Roberto Suazo Córdoba (1982-1986) tivesse aprovado a execução extrajudicial dos opositores de esquerda.

“A verdade tem que ser dita. O verdadeiro poder em Honduras nessa época eram os militares liderados pelo general Alvarez Martínez e as agências de segurança dos Estados Unidos, principalmente a CIA”, revelou Montoya.

O general Alvarez Martínez dirigiu as Forças Armadas de 1982 a 1984, quando foi afastado pelos próprios companheiros de armas, sob a acusação de abuso de poder, corrupção e por ter fomentado uma guerra com a Nicarágua.

Após ter deixado o cargo, Martínez foi enviado à Costa Rica e de lá para os Estados Unidos, mas retornou em 1988 e poucos meses depois, em janeiro de 1989, foi morto a tiros em uma rua de Tegucigalpa, a capital, supostamente por um grupo de esquerda.

Para Montoya, prender todos os culpados pelos desaparecimentos será impossível porque “existem muitas pessoas envolvidas, entre elas empresários e dirigentes sindicais que apoiaram esta política”. O ex-parlamentar lembrou que a seita do reverendo Moon, da Coreia do Sul, e um coronel desse país, Bo Hi Pak, criaram em Honduras uma organização que era o suporte econômico da política de Alvarez Martínez, e que foi dissolvida depois de sua queda.



Reina: “Punição para os culpados”

‘Bodes expiatórios’ – Apesar do aberto mal-estar provocado nos quartéis com o processo em curso, o presidente Carlos Roberto Reina garantiu que seu governo não permitirá que os militares implicados em desaparecimentos e torturas escapem da Justiça sob alguma forma de “perdão e esquecimento”.

Sua mensagem, interpretada como uma clara sentença para os militares, foi feita em um momento em que as Forças Armadas deflagraram uma campanha de autodefesa, garantindo que não serão os “bodes expiatórios” na investigação destes casos. Os militares alegam que os desaparecimentos foram produto de uma política de Estado e que eles se limitaram a cumprir ordens.

No entanto, o presidente Reina foi enfático ao expressar que neste caso não se buscam “bodes expiatórios, mas sim os responsáveis por estes delitos”. Também defendeu que os que cometeram estas ações peçam perdão às famílias, embora isso “não lhes garanta qualquer tipo de impunidade perante a Justiça”.

Os organismos defensores dos direitos humanos advertiram que, se fracassar o julgamento contra os militares, recorrerão a instâncias internacionais. Já o procurador da República, Edmundo Orellano, garantiu que o Ministério Público não recuará e que as ações judiciais continuarão.

Para aqueles que há anos buscam esclarecer as circunstâncias do desaparecimento de seus parentes, as ações na Justiça representam uma longínqua luz no fim do túnel. Berta Nativi, coordenadora do Comitê de Familiares dos Detidos-Desaparecidos, afirmou que “finalmente há uma pequena esperança de punir os responsáveis por esses crimes”.

Trabalho “sujo”

Eram eles que faziam o trabalho *sujo*. Na década passada, o Batalhão de Informação 3-16 foi responsável pelo seqüestro, tortura e desaparecimento de centenas de pessoas, a maioria delas vinculadas a grupos de esquerda. Mas, como num passe de mágica, todos os arquivos relativos ao “trabalho” desenvolvido pelo batalhão sumiram.

O desaparecimento foi confirmado após uma inspeção nas ex-instalações desse órgão de repressão realizada em conjunto por autoridades do Ministério Público, um juiz e o responsável pelo governamental Comissariado dos Direitos Humanos, Leo Valladares.

O mandado de apreensão e busca dos arquivos é um dos resultados concretos da ação movida pela Justiça contra dez oficiais, acusados pelo seqüestro e tortura de seis estudantes. “Só encontramos muitos arquivistas, mas nenhum documento”, lamentou Valladares.

Os oficiais e agentes do batalhão, que haviam sido treinados pela Agência Central de Informação (CIA) dos Estados Unidos e militares argentinos, dispunham de avançados equipamentos para localizar opositores políticos. O funcionamento do temido batalhão, dissolvido em 1989, se tornou mais conhecido graças ao depoimento de quatro desertores, atualmente refugiados no Canadá.

A lei do rifle

A aprovação de uma lei que limita a posse de armas de fogo provocou a radicalização de milícias direitistas. Agora o alvo de seu ódio é o governo Clinton

Roberto Bardini

Crescei e multiplicai-vos, como exortou Jesus a seus seguidores, mas sua mensagem não é de paz e amor. Odeiam os judeus, os negros, os hispanos, os gays, os delinquentes comuns e, fundamentalmente, o FBI e o sistema de cobrança de impostos. Pregam a guerra total contra o governo de Bill Clinton. Organizam-se em milícias, vestem uniformes de combate e, em sua maioria, são membros da Associação Nacional do Rifle (ANR). E, o que é mais alarmante, estão armados até os dentes e dispostos a agir.

O mundo tomou conhecimento da existência destas milícias em 13 de abril passado, quando aconteceu o maior atentado terrorista de toda a história dos Estados Unidos: o carro-bomba contra o edifício Alfred P. Murrah, do governo federal, em Oklahoma, que causou a morte de 167 pessoas e deixou 400 feridas. No local funcionavam várias repartições públicas. Também havia uma creche onde morreram 19 crianças, cujas idades oscilavam entre oito meses e dois anos.

Um dos presos pelo atentado, Timothy McVeigh, de 27 anos e que deu baixa no exército em 1991, é ativista das milícias de Michigan, fundada com grande publicidade em 1994. O terrorista declarou ao FBI que o edifício foi escolhido porque abrigava um grande número de repartições do governo federal.

Armados e perigosos – Segundo o Departamento do Tesouro, as milícias estão implantadas em 34 estados, em grupos que oscilam entre 10 e várias centenas de componentes. Outros especialistas estimam que estão presentes em todo o país e que contam com 40 mil integrantes.

Uma pesquisa publicada no dia 4 de maio deste ano pelo jornal *The Washington Post* demonstrou que a radicalização dos milicianos se deu a partir da aprovação da chamada Lei contra o Crime, que limita o uso de armas de fogo. O jornal *Miami Herald*, por sua vez, considerou que os grupos parami-

litares constituem “um dos movimentos de crescimento mais rápido na história moderna”.

Em 1994, a Liga Antidifamatória dos Estados Unidos divulgou um relatório intitulado *Armados e perigosos: as milícias enfrentam o governo federal*. Nele detalhava as atividades destes grupos em 13 estados e descrevia sua crença política. Segundo a Liga, os milicianos acham que o Departamento de Impostos, o Birô do Alcool, Tabaco e Armas de Fogo, o FBI, a Fundação Rockefeller e o Fundo Monetário Internacional “conspiram contra o cidadão honesto”.

Janet Reno, a ministra da Justiça, é um dos alvos do ódio dos milicianos. Em março passado, um dos líderes declarou que se o governo continuasse pressionando pelo controle de armas “pessoas, como Janet Reno, terminarão penduradas nos postes ou nas árvores”.

Atirem na cabeça ou no peito – “Amo a minha pátria, mas odeio meu governo”, assim resumiu o presidente Bill Clinton o pensamento das milícias, uma semana depois do atentado de Oklahoma. Clinton deu esta declaração num *talk show* de rádio, um tipo de programa muito popular nos Estados Unidos, no qual o apresentador discute temas da atualidade com convidados e ouvintes.

Existem 3.200 *talk shows* no país. A metade deles se dedica a questões políticas e tem grande influência na formação de opinião do cidadão



Uma das pessoas que trabalharam no resgate das vítimas de Oklahoma deposita flores no local do atentado. Morreram 167 pessoas – entre elas 19 crianças – e 400 ficaram feridas

Uma mulher de grosso calibre

Linda Thompson, uma advogada de Indianápolis e ex-funcionária do exército, criou a Federação de Justiça Americana. Seu escritório é pequeno e muito pobre, mas ali construiu uma verdadeira máquina de informação. Produz folhetos, vídeos e fitas cassetes, enquanto 20 linhas telefônicas recebem 500 chamadas por dia e seis voluntários respondem cerca de 300 cartas que chegam diariamente. Seu marido, enquanto isso, envia mil mensagens diariamente através de um boletim eletrônico por computador. Durante cinco dias da semana, além disso, ela transmite *A hora patriótica*, um programa de rádio por ondas curtas.

A advogada, que foi defensora dos plantadores caseiros de maconha, possui um rifle calibre 380 de longo alcance, um fuzil M-16, uma metralhadora pesada calibre 50 e uma pistola 9 mm. Segundo o jornal *The Guardian*, ela é “uma nova Joana D’Arc” e “tem que saber como usar uma arma porque resolveu lutar contra a força mais poderosa do mundo, o governo federal dos Estados Unidos”.

Thompson é admirada pelo trabalho de propaganda que faz e é considerada “general-adjunto” das milícias. Acredita que os norte-americanos estão a ponto de serem escravizados e confinados em campos de concentração por um Estado ávido de poder, que rouba as liberdades essenciais. A prova, diz, é o exagerado controle das armas. Considera que a luta é entre o FBI, os democratas e os israelenses, por um lado, e a CIA, os republicanos e o Islã, por outro. Por trás disso, segundo ela, estão dando as cartas os donos das finanças internacionais. “Querem controlar o mundo a partir da Organização das Nações Unidas”, afirma.



Linda Thompson, a “Joana d’Arc” das milícias

comum. Muitos dos programas adotam uma retórica extremista e incendiária, justificam a violência e, desde a chegada de Clinton à Casa Branca, aumentaram sua agressividade. Apresentadores, convidados e ouvintes insultam o presidente, sua mulher e membros do gabinete e fazem ácidas críticas a todas as iniciativas do governo federal relacionadas com impostos e controle de armas.

Clinton declarou que, às vezes, os programas de rádio utilizavam o seu poder “para deixar paranóico o maior número de pessoas possível”. O ultra-conservador Rush Limbaugh, um influente comentarista com uma audiência diária estimada em 20 milhões de pessoas, se sentiu diretamente atingido. Em seu programa, retransmitido por 660 emissoras, acusou os “liberais” – palavra que emprega como insulto – de fomentar “uma campanha nacional

de histeria contra o movimento conservador” e de tirar vantagens do atentado de Oklahoma. “Que ninguém se engane: vão tirar proveito político desta tragédia”, disse.

Outro conhecido apresentador conservador é Gordon Liddy, que foi condenado por participar junto a contra-revolucionários cubanos, em 1974, de atividades de espionagem, escuta telefônica, na sede do Partido Democrata, no edifício Watergate, de Washington. O escândalo Watergate causou a queda do presidente republicano Richard Nixon. Agora Liddy tem um programa na emissora Fairfax (Virgínia) e aconselha a seus ouvintes que pratiquem tiro ao alvo sobre os bonecos de Hillary e Bill Clinton.

Depois do atentado de Oklahoma, o ex-espião afirmou: “Meus ouvintes sabem que eu não disse para eles voarem pelos ares edifícios nos quais existem

escritórios da ATF (sigla da polícia encarregada do controle de Alcool, Tabaco e Armas de Fogo). Eu disse que, se vierem disparando em cima de vocês, atirem na cabeça deles para se defender. Têm que apontar para o peito e entre as pernas.”

Honestos cidadãos que portam armas – Desde a independência dos Estados Unidos, o direito dos cidadãos a possuírem armas de fogo para defesa pessoal está garantido na Constituição. A poderosa Associação Nacional do Rifle (ANR), com 124 anos de existência e mais três milhões e meio de associados, tem entre seus membros o ex-presidente George Bush e conhecidos políticos, empresários e artistas de cinema, todos de origem conservadora. Eles e os fabricantes de armas destinam milhões de dólares para fazer pressão nos corredores de Washington e defender este direito constitucional.

Apesar do ativo *lobby* desenvolvido pela ANR, Clinton logrou no ano passado, antes de o Congresso ter sido conquistado pelo Partido Republicano, que se aprovasse um pacote de medidas proibindo o porte de 19 tipos de armas. Os novos congressistas, muitos deles membros da ANR, acreditaram que havia chegado a hora de se anular a legislação de 1994. Mas a bomba colocada em Oklahoma também fez voar pelos ares seus objetivos.

A Lei Brady é outro dos motivos de fúria para a ANR e os conservadores. Seu autor – secretário de imprensa no governo Ronald Reagan – ficou paralisado devido ao atentado contra o presidente republicano, em 1981. A lei estabelece que para adquirir determinado tipo de armas consideradas “perigosas”, o potencial comprador deverá esperar cinco dias e ser investigado pela polícia. A ANR classificou a medida como “uma aberração que converte em criminosos cidadãos honestos que portam armas”.

Enquanto isso, Mark Koernke, porteiro da Universidade de Michigan e líder das milícias desse estado, insiste: “É melhor estar armado. O monstro que enfrentamos é a Nova Ordem Mundial, internacionalista e globalizante.”

Disputa pelo poder

Depois de seguidas derrotas, os croatas comemoraram intensamente a retomada de zonas ocupadas pelos sérvios



Conflito com características étnicas e religiosas, a guerra na Bósnia é resultado da luta de croatas e sérvios pela hegemonia da região. Mas há um ponto em que todos estão de acordo: ninguém admite um Estado muçulmano forte no coração da Europa

Edouard Bailby

O problema da Bósnia-Herzegovina é tão complexo que de pouco adianta alinhar estatísticas sobre as porcentagens de ortodoxos (sérvios), católicos (croatas) e muçulmanos (bósnios) que compõem a população desse país europeu, independente desde 1992, para explicar o que está acontecendo.

Tampouco adianta lembrar que tinha uma superfície de 51.129 km² quando ainda era uma das seis repúblicas da República Popular da Iugoslávia, então dirigida pelo marechal Tito, ou acrescentar que tinha 4,5 milhões de habitantes, pois o avanço e o recuo das forças em conflito — que deslocam sem cessar as fronteiras, provocando a morte ou exílio de milhares de pessoas — torna difícil qualquer tipo de análise.

Basta lembrar que o famoso plano de paz de Cyrus Vance, ex-secretário de Estado norte-americano, e David Owen, ex-chanceler do Grã-Bretanha, que tentaram a pedido das Nações Unidas encontrar uma solução ao problema, previa a partilha da Bósnia-Herzegovina em dez províncias semi-autônomas, segundo um traçado complicadís-

simo que levava em conta a presença de aldeias croatas ou muçulmanas em territórios sérvios ou a divisão de algumas cidades em bairros étnicos ou religiosos. Somente diplomatas obcecados com a necessidade de pôr pontos coloridos no mapa da região para diferenciar os distintos grupos populacionais podiam imaginar que esse quebra-cabeça mental seria viável. Contra o peso da história, as soluções artificiais de nada valem.

A luta vem de longe — Para entender a política das grandes potências na ex-Iugoslávia e, portanto, as iniciativas das Nações Unidas recomendadas pelo Conselho de Segurança, é importante recordar o passado, sem o qual não se explicam as origens do conflito.

Durante a sua história, a Europa Oriental, entre os montes Tatra, na atual Eslováquia, o mar Negro e o mar Adriático, sofreu inúmeras invasões, principalmente das estepes asiáticas. Mas foram as legiões romanas que, na alvorada da era moderna, conseguiram estabelecer os fundamentos da civilização ocidental, ocupando imensos espaços. Durante vários séculos os invasores impuseram as suas leis frente aos chamados "bárbaros".

EUROPA

BÓSNIA-HERZEGOVINA

No século VI, vieram da Ucrânia os croatas que, depois de atravessarem o Danúbio, chegaram até o mar Adriático. Posteriormente convertido ao catolicismo, esse povo eslavo formou um Estado independente, cuja existência foi efêmera, pois em 1091 os húngaros, de origem asiática, invadiram o seu território.

Anão ser durante a ocupação turca, de 1526 a 1699, a Croácia esteve sob domínio dos reis da Hungria durante oito séculos, isto é até 1918, quando caiu o império dos Habsburgos. Zagreb, a capital, ainda tem na sua arquitetura inúmeros vestígios da cultura magiar. No litoral adriático, Rijeka foi até a segunda metade deste século a cidade balneária preferida da aristocracia de Budapeste que possuía palácios à beira-mar.

Convivência forçada – Incorporada pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial à recém-criada Iugoslávia, que incluía também a Sérvia e a Eslovênia, a Croácia reconquistou por quatro anos a sua independência em 1941, com o apoio de Hitler, formando um Estado fascista sob a direção do famigerado Ante Pavlevic.

Eslavos também de religião ortodoxa, os sérvios sempre foram, com os croatas e sérvios, um dos principais componentes da história dessa parte da Europa. Dominados também pelos romanos e mais tarde os bizantinos, eles conseguiram formar um Estado independente no século XI. Não durou muito. Em 1389, o exército sérvio foi derrotado pelos turcos na histórica batalha de Kosovo, que deu início a uma longa e trágica ocupação do país até 1878.

Ao contrário da Hungria e da Croácia, que por serem católicas eram ligadas ao Ocidente, a Sérvia ortodoxa travou um combate muito mais difícil contra os invasores do Oriente. Nas regiões pobres do interior, isoladas dos centros urbanos, os turcos impuse-

ram pela força a sua religião e a sua cultura, eliminando todo aquele que se opusesse às suas leis. É o caso da Bósnia-Herzegovina, território montanhoso nos Alpes Dináricos, circundado por planícies férteis.

A luta pela independência fez com que três grandes grupos étnicos e religiosos, além de minorias importantes, tais como ciganos e albaneses, tivessem que conviver num espaço relativamente reduzido. Durante a ocupação turca, muitos sérvios acabaram por seguir os preceitos do Islã, construindo inúmeras mesquitas que ainda estão de pé, inclusive em Sarajevo, a infeliz capital da Bósnia-Herzegovina.

Quando estourou a guerra civil, em 1992, a população se dividia da seguinte maneira: 44% de bósnios de religião muçulmana sunita, 31% de sérvios ortodoxos e 17% de croatas católicos.

O frágil equilíbrio de Tito – Herói da luta armada contra a Alemanha nazista e a Itália fascista, o marechal Tito, de pai croata e mãe eslovena, conseguiu reunir num só país, a República Popular da Iugoslávia, seis repúblicas e duas províncias autônomas (Kosovo com maioria albanesa e Voivodina com forte minoria húngara).

Graças à sua autoridade e à ascensão dos ideais socialistas depois da Segunda Guerra Mundial, conseguiu manter um difícil equilíbrio entre croatas e sérvios, dois adversários tradicionais por questão de cultura e religião. Ambos falam a mesma língua, mas os primeiros escrevem em caracteres latinos, ao passo que os segundos utilizam os caracteres cirílicos, de origem eslava.

Tudo desmoronou com o esfacelamento da União Soviética e o rápido renascimento do espírito nacionalista em toda a Europa Oriental. Hoje, a República da Iugoslávia se compõe de dois países apenas: Sérvia e Montenegro, com acesso ao litoral do mar Adriático. Todos os demais – Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina – proclamaram a sua independência.

Por enquanto, não está bem claro o futuro da Voivodina, ao noroeste de Belgrado, onde vivem aproximadamente 400 mil húngaros que têm direito às suas próprias escolas e à sua imprensa. O caso do Kosovo, totalmente reincorporado à Sérvia, é mais complicado e, portanto, conflitivo, pois nessa província outrora autônoma a população se compõe de 90% de albaneses, cuja religião é o Islã.



Refugiados: não levados em conta no xadrez político, só lhes resta uma rotina de dor e perdas

EUROPA

BÓSNIA-HERZEGOVINA

“Balcanização” deliberada – A “balcanização” do sudeste da Europa foi consequência de uma política deliberada das potências aliadas depois da Primeira Guerra Mundial. Para dismantlar o império dos Habsburgos, que mantinha sob seu jugo inúmeros povos germânicos, latinos e eslavos, além dos húngaros, os diplomatas sentaram-se à mesa e desenharam um novo mapa com fronteiras artificiais.

Foi assim que o Tratado de Trianon, em 1920, reduziu a Hungria a um território de 93 mil quilômetros quadrados, incorporando 1,8 milhão de húngaros à província da Transilvânia na Romênia e deixando ao mesmo tempo 200 mil húngaros na Ucrânia, 700 mil na Eslováquia, cerca de 30 mil na Áustria e 400 mil na Iugoslávia. Total: mais de três milhões de húngaros tiveram as suas terras ancestrais anexadas pelos países vizinhos. Ainda hoje a sua presença além-fronteira é fonte de conflitos potenciais.

O mesmo aconteceu com outros países onde há fortes minorias desde o século XVII. É o caso, por exemplo, da Romênia, onde até 1945 ainda viviam 400 mil alemães. É a situação também da Bulgária, onde vive uma minoria turca de provavelmente 800 mil pessoas de religião muçulmana.

No que diz respeito à ex-Iugoslávia, o traçado das fronteiras não levou em consideração a implantação ancestral de albaneses muçulmanos em território sérvio ou a mistura extremamente complexa de populações etnicamente diferentes em aldeias e cidades.

Para um brasileiro, será sempre muito difícil entender como, depois de tantos anos de guerras seguidas de longos períodos de coexistência, os povos da Europa Oriental não conseguiram encontrar o caminho da convivência. Acontece que o Velho Mundo não é o Brasil, hoje um país mestiço.

Os interesses geoestratégicos do Ocidente – Para complicar ainda mais o problema, interesses geoestratégicos e econômicos levam as potências ocidentais, de um lado, e a Rússia por outro, a aplicar políticas diferentes nessa região da Europa.

Quando a Eslovênia e a Croácia se separaram da República Popular da Iugoslávia, em junho de 1991, o primei-



O general Tito conseguiu manter um difícil equilíbrio entre sérvios e croatas

ro país da União Européia que reconheceu – contra a vontade do governo francês em particular – a independência dos dois países foi a República Federal da Alemanha, que sempre teve um papel predominante nas duas margens do Danúbio. Não há dúvidas de que a decisão germânica encorajou outras repúblicas da ex-Iugoslávia a seguir o mesmo caminho, dando início assim à reorganização geográfica e política dessa parte da Europa.

Tradicionalmente, a Rússia apoia a Sérvia por esta ser também eslava, ao passo que a pequena Grécia se sente solidária porque ambos os povos são de religião ortodoxa. Não há, portanto, razão para pensar que os conflitos terminarão em futuro breve, pois, se a Croácia recuperou recentemente a terça parte do seu território ocupado pelos

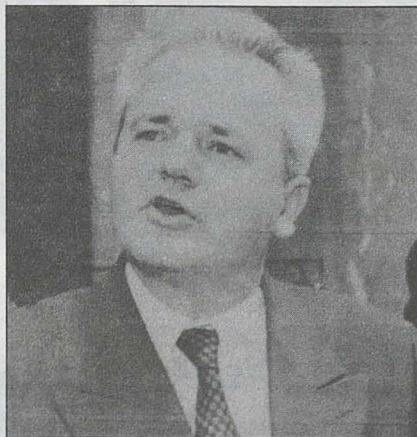
rebeldes sérvios da Bósnia, o exército de Belgrado lançará novas ofensivas para ampliar as suas conquistas e assegurar assim que a República da Iugoslávia, hoje com 102.173 km² e 20,8 milhões de habitantes, volte a ser a principal potência da região.

O que há de certo é que nem as potências ocidentais nem os russos, nem os croatas, nem os sérvios querem um Estado muçulmano forte no continente europeu. A Bósnia-Herzegovina poderá existir, sem acesso ao litoral do mar Adriático. Mas, com recursos naturais limitados, cidades destruídas e infra-estrutura dismantelada, ela precisará de ajuda internacional para se manter de pé.

Dá, a política dos Estados Unidos nessa parte da Europa, desejosos de manter laços estreitos com um futuro Estado muçulmano para dar provas de sua boa vontade aos países islâmicos do Oriente Médio, que possuem petróleo.

Esta estratégia é complicada, mas hábil. Resta saber o que decidirão sérvios e croatas, pois são eles que constituem os dois pilares da região.

Hóspedes de Mikhail Gorbachev, em 15 de outubro de 1991 – há quatro anos portanto – o presidente Franjo Tudjman da Croácia e o presidente Slobodan Milošević da República da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) jantaram juntos no Kremlin. Na hora de levantar um brinde, Milošević virou-se para Tudjman e disse: “À tua saúde, Franjo! Não somos os inimigos mortais que tanta gente imagina”. Eis aí a chave do problema.



Milošević: seu objetivo é fazer da Sérvia a principal potência da região

Acerto de contas

O Departamento de Estado dos EUA e o Banco Mundial reconhecem, em certa medida, que as políticas de ajuste preconizadas para a África podem ter um custo social alto demais

Rose Umoren

Demorou, mas enfim até os Estados Unidos deram o braço a torcer. Em um relatório publicado recentemente, intitulado *A estratégia de segurança dos Estados Unidos na África subsaariana*, o Pentágono identificou as "duras políticas de ajuste estrutural" entre os problemas econômicos que atingiram a África nos anos do pós-Guerra Fria, somado à alta dívida externa e à escassez de capital.

Além disso, o crescimento do investimento privado nas economias em transição dos países que pertenceram à ex-União Soviética e à Europa Oriental se verificou em prejuízo da África, de onde tem sido desviada grande parte dos recursos estrangeiros. As exportações dos Estados Unidos para a região "se reduziram à metade entre 1985 e 1993, enquanto se manteve constante o fluxo de capital estrangeiro e de tecnologia".

"Ao mesmo tempo – reconhece o Pentágono – a elevada dívida externa, a escassez de capital e as austeras políticas de ajuste estrutural (SAP) continuam ocasionando problemas a muitos países africanos."

As 'limitações' do continente – Da mesma forma que aponta os SAP's como um problema, o Departamento de Defesa aplaude as reformas de mercado em geral. "As políticas de ajuste estrutural e as reformas de mercado esta-

beleceram as bases de um crescimento econômico a longo prazo em vários países africanos, e alguns deles já estão desfrutando de seus benefícios", afirma o relatório.

O Pentágono inclui Eritreia, Uganda, Ilhas Maurício, Madagascar, África do Sul e Nigéria no grupo de países com "um potencial crescimento futuro". O relatório mostra, no entanto, uma preocupação pelos riscos que apresentam as economias em crise.



Os planos de ajuste não melhoraram as condições de vida dos africanos

Ao comprovar as "limitações" do crescimento econômico potencial do conjunto do continente, o Pentágono expressa o temor de que "o declínio econômico exacerbe as tensões étnicas e sociais e contribua para a proliferação de movimentos antidemocráticos, tais como o islamismo político extremista".

A análise do Departamento de Defesa sobre as políticas de ajuste coincide com as crescentes pressões que se exercem sobre o Fundo Monetário In-

ternacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) para que realizem uma honesta avaliação dos SAP's. Poucos duvidam que as economias africanas precisavam ser reestruturadas depois da explosão da dívida externa a princípios da década passada. O que está em discussão é o pacote de medidas que todos os dias o FMI e o Bird prescrevem, sem nunca levar em conta as circunstâncias particulares de cada país.

"Devem-se atenuar os efeitos sociais dos planos de ajuste estrutural em países que, na sua maioria, carecem de seguridade social", disse Miranda Carlton-Carew, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, com sede em Washington. "Se uma saca de arroz salta de 10 para 100 dólares da noite para o dia, porque se retirou o seu subsídio, estamos diante de uma medida traumática que deve ser aliviada", explicou a especialista.

A autocrítica do Bird – A onda de autocrítica, em alguma medida, parece ter chegado também ao Banco Mundial. O Bird parece estar recebendo com seriedade estas críticas e fazendo sua própria avaliação. Um alto funcionário declarou que o novo presidente, James Wolfensohn, se sentiu "profundamente abalado" por tudo que pôde observar durante a sua recente viagem à África.

Wolfensohn ordenou, então, que as equipes do Banco sejam avaliadas de acordo com o êxito de seus projetos. O FMI, em compensação, menos pressionado pelos grupos que fazem campanha contra os SAP's, parece não ter tanta pressa em realizar uma avaliação similar.

Em um documento intitulado *Três propostas para o crescimento econômico da África*, o assessor do FMI Pierre Dhonte reitera o argumento de que as economias africanas estariam muito pior sem os planos de ajuste. "O crescimento foi representativo entre aqueles que adotaram a estratégia do FMI" afirmou o funcionário.

Integração, um sonho menos distante

Quase 30 anos depois de ser criada como um baluarte contra o comunismo, a Asean começa a se tornar um verdadeiro organismo de integração regional no Sudeste da Ásia

Johanna Son

Foram necessárias quase três décadas, mas finalmente a unidade da Ásia, que parecia um sonho, começa a ser definida. Desde 1967, quando foi criada, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) sempre foi uma organização "incompleta", que se proclamava a representante do grupo regional, mas devido às diferenças ideológicas da Guerra Fria só contava com a metade dos 10 membros de sua órbita.

Até o mês de julho, a organização, que se formou como um baluarte contra a expansão do comunismo na Indochina, tinha apenas seis membros: Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia.

Em julho, o Camboja obteve a condição de observador, enquanto o Vietnã comunista foi admitido formalmente, no maior impulso à unidade regional nos 28 anos de existência da Asean. "Com a entrada do Vietnã se deu um passo muito importante para convertê-la na verdadeira Associação dos Países do Sudeste da Ásia", disse o ministro malaio de Relações Exteriores, Abdullah Badawi, no encerramento da conferência de chanceleres da Asean.

A admissão de outros três países da região – Birmânia, Camboja e Laos – como membros plenos da associação parece ser apenas uma questão de tempo.

Em dezembro, pela primeira vez, todos os chefes de governo do Sudeste da Ásia participarão de uma conferência de cúpula da Asean, a quinta, que se realizará em Bangcoc.

O Laos, que foi aceito como observador em 1992, junto com o Vietnã, disse

que espera se incorporar à Associação em 1997, quando a organização completará 30 anos.

Já a Birmânia, um país ignorado pelo Ocidente, assistiu nos últimos dois anos às reuniões ministeriais da Asean na condição de convidado pelo país anfitrião. Durante a reunião de Brunei, se incorporou ao Tratado de Amizade e Cooperação, um dos passos para a admissão no grupo.

Dois dias depois de a Birmânia ter libertado a Prêmio Nobel da Paz de 1991, a ativista Aung San Suu Kyi, do regime de prisão domiciliar que cumpria há seis anos, o chanceler birmanês U Ohn Gyaw dirigiu uma mensagem a Brunei anunciando que solicitaria o status de observador, no mais tardar no próximo ano.

O pós-Guerra Fria – O novo panorama reflete as profundas mudanças ocorridas no Sudeste da Ásia desde os tempos da Guerra Fria em que a comunista Indochina se enfrentava com a capitalista Asean.

A associação de países asiáticos se formou numa época em que os Estados Unidos enviavam tropas ao Vietnã para deter o avanço comunista neste país asiático. Durante anos, a Asean se opôs a Hanói devido a sua aliança ideológica com os soviéticos e por ter invadido o Camboja em 1978.

Mas o governo comunista de Hanói começou a aplicar reformas econômicas em fins dos anos 80. Posteriormente, foi assinado, em 1991, o acordo de paz

que terminou com o conflito do Camboja e reduziu as tensões na região. Desde então, se sucederam as visitas entre líderes da Asean e da Indochina, enquanto cresciam os vínculos econômicos.

Nos últimos anos, o Vietnã se dedicou a normalizar suas relações com o resto do mundo. Washington reabriu sua embaixada em Hanói há pouco tempo, coincidindo com o vigésimo aniversário do fim da Guerra do Vietnã.

Torna-se difícil prever quando os sete países da Asean se converterão nos 10 da Asean, mas alguns analistas estimam que isso pode ocorrer antes do fim do século.

O subsecretário de Relações Exteriores das Filipinas, Rodolfo Severino,



disse que restam poucos obstáculos a transpor para a incorporação do Laos e Camboja, mas advertiu que os dois deverão realizar ainda reformas econômicas para integrar-se também à Associação de Livre Comércio da Asean (Afta). "Se a questão fosse só política, não haveria problemas", declarou Severino em uma entrevista. "Mas é preciso se considerar outros fatores e os mais complicados se relacionam com a Afta."

Abertura econômica— Camboja e Laos só recentemente abriram suas economias e ainda não se encontram em condições de adotar o esquema de redução de tarifas da Afta. O ministro das Relações Exteriores do Camboja, Ung Huot, disse que a economia de seu país "ainda é fraca depois de duas décadas de guerra" e deve acostumar-se ao fim do protecionismo.

O Vietnã ingressou ao mesmo tempo na Afta e na Asean, mas seu sistema de redução de tarifas havia sido aprovado em setembro passado pela Assembleia Nacional. A Afta determinou que os países iniciem a redução gradual de tarifas a partir de janeiro de 1996 até 2003, quando deverão chegar a zero.

Os países da Asean se mostraram entusiasmados pelo êxito do Vietnã em sua transição para uma economia de mercado e confiam em que se con-

verterá em um exemplo de liberalização para outras economias emergentes.

Já o Laos caminha de forma cautelosa para a incorporação à Asean pois lhe faltam recursos humanos e financeiros para participar das mais de 200 reuniões que o grupo realiza a cada ano.

Mas os funcionários da Asean afirmam que também darão as boas-vindas àquele país quando estiver pronto. Por outro lado, estão oferecendo às nações da Indochina treinamento em áreas que vão da diplomacia até o estudo de idiomas, como o inglês.

A Birmânia, ignorada por grande parte do mundo desde que a junta militar tomou o poder em 1988 e reprimiu as manifestações em favor da democracia, figurará provavelmente no último lugar da lista de aspirantes à Asean.

Os críticos do regime de Yangun (ex-Rangum) consideram que ainda é cedo para saber se a libertação da ativista Aung San Suu Kyi representará uma abertura política maior. Washington, por exemplo, assegura que manterá no momento as sanções contra a Birmânia.

Na opinião do chanceler indonésio, Ali Alatas, o passo dado pelo governo de Yangun demonstra que dá resultados a política da Asean de "compromisso construtivo" e que os esforços da Birmânia pela reconciliação nacional "merecem todo o apoio que estiver ao nosso alcance".

Novos desafios— No entanto, a expansão da associação de países asiáticos enfrenta novos desafios. De fato, se tornará mais difícil chegar a um consenso — o método de tomada de decisões da Asean — em um grupo mais forte.

O ministro malaio Abdullah Badawi preveniu que "devemos ter cuidado para que o aumento do número não reduza a coesão da Asean nem diminua sua eficácia. Uma Asean ampliada deveria ser uma Asean mais forte".

Outro desafio se relaciona com as rivalidades latentes entre Vietnã e países da Asean como Indonésia e Filipinas, no terreno dos investimentos estrangeiros. Uma dura competição com o Vietnã obrigou os países a irem mais fundo na questão da liberalização das regras para os investimentos estrangeiros.



Embaixada dos EUA em Hanói:
interesses econômicos falaram mais alto

Tailândia e Vietnã mantêm uma antiga rivalidade pelo domínio do Camboja, um antecedente que pode complicar a unidade da Asean no futuro, ainda que este perigo se encontre agora dissipado pelo desejo de todos os países do Sudeste Asiático de abrigarem-se sob uma só bandeira.

Embora a incorporação política formal da Birmânia e das nações da Indochina à Asean esteja avançando mais rapidamente que a integração econômica da região, os vínculos comerciais e os investimentos mostram, no entanto, maior força, num claro sinal do dinamismo das economias do Sudeste Asiático.

O intercâmbio do Vietnã com a Asean aumentou 27% ao ano desde 1990 e as nações do grupo absorvem 50% das exportações do Vietnã. Cingapura e Malásia figuram entre os primeiros seis investimentos no Vietnã desde 1988.

O comércio do Laos com a Asean também se encontra em ascensão e cerca da metade do valor total dos investimentos estrangeiros no Laos provém dos países da Asean. Inclusive a Birmânia, que está abandonando seu planejamento centralizado da chamada "via birmanesa ao socialismo", é considerada uma praça emergente para os capitais estrangeiros, especialmente os asiáticos.

Momento histórico
para a Asean: na
última reunião, é
 içada a bandeira
do Vietnã



Uma chance à paz?

O governo do Sri Lanka lança uma proposta de maior autonomia à minoria tamil num esforço para pôr fim à guerra civil na qual está mergulhado o país há 12 anos

Um ano após assumir o poder, a presidenta Chandrika Kumaratunga cumpriu uma das promessas de campanha ao apresentar uma proposta concreta de maior autonomia para as regiões norte e leste, habitadas majoritariamente pelos tamis. Mas a resposta dos grupos mais radicais não se fez esperar. No início de agosto, uma bomba de alto poder, colocada em um escritório do governo, deixou claro que ainda falta um longo caminho para a pacificação deste país do sul da Ásia.

Para os analistas, não há dúvida que o alvo do atentado era torpedear o projeto da presidenta Kumaratunga para pôr fim aos 12 anos de guerra civil, iniciada desde que a minoria tamil pegou em armas para lutar pela independência das regiões norte e leste do país.

O projeto prevê a criação de uma "unidade noroeste", com novos limites. A questão da demarcação foi um dos principais pontos da campanha que levou ao poder a Aliança Popular, da presidenta Kumaratunga, em agosto de 1994.

O plano, que exige a aprovação de uma maioria parlamentar de dois terços para depois ser submetido a referendo, propõe também o estabelecimento de conselhos regionais nas oito províncias do Sri Lanka, concedendo-lhes o auto-governo em assuntos chaves. Os conselhos teriam poder em áreas como legislação e ordem pública, administração da terra e investimentos, enquanto o governo central manteria o controle sobre a defesa, os assuntos externos e a moeda.

Na questão da devolução de poderes aos tamis, a proposta é mais ampla que o polêmico acordo assinado em 1987 entre o primeiro-ministro da Índia Rajiv Gandhi e o presidente do Sri Lanka, Junius Jayewardene¹.

A reação dos cingaleses — A bomba que matou 24 pessoas e feriu outras 52 foi atribuído ao grupo Tigres pela Libertação de Tamil Eelam, que luta através das armas pela independência das regiões norte e leste.

O atentado alimentou a beligerância dos setores radicais da majoritária população cingalesa, que querem a eliminação dos tamis pela força. Com isto, os autores do atentado estariam atingindo seu principal objetivo: provocar uma violenta reação dos cingaleses para interromper o debate sobre o plano do governo.

De fato, as reações vieram de diferentes setores. Uma ala da hierarquia budista já exigiu que o governo retire o projeto "até a eliminação do terrorismo

A intensificação dos ataques dos Tigres tamis fez aumentar a repressão do exército. Apesar das dificuldades, a presidenta Kumaratunga (ao lado) garante continuar o diálogo

no norte". Porém, o secretário geral do Congresso Muçulmano, Rauf Hakim, opinou que "a tática terrorista não se imporá, e se os Tigres buscam provocar choques étnicos, como em 1983, estão equivocados, pois hoje existem outras condições políticas".



As 'tigresas' mostram as garras

Os combates travados no Sri Lanka evidenciam uma ativa presença de mulheres no grupo guerrilheiro Tigres pela Libertação de Tamil Eelam. O comando suicida que explodiu o navio de guerra "Edithara", no porto de Kankenaturai, estava composto majoritariamente por mulheres. Também eram mulheres 128 dos 180 guerrilheiros mortos há pouco mais de um mês em um dos maiores confrontos travados desde o começo da guerra, segundo a rádio clandestina dos Tigres. Um dia depois dessa batalha, outras cinco guerrilheiras morreram em dois novos choques.

É comum observar nos territórios do norte, controlados pelos separatistas, mulheres que levam fuzis de assalto K-47, mas só agora o mundo começa a conhecer seu papel neste conflito.

As mulheres integraram o movimento guerrilheiro desde o seu início, embora a conservadora sociedade tamil tenha rejeitado sua participação na guerra. Agora, as combatentes são aceitas plenamente e seu número aumenta dia a dia.

"A polícia e o exército não nos permitiam estudar em paz. Invadiam nossas casa, nos revistavam e nos prendiam. Por isso, decidimos nos incorporar aos Tigres. Desejamos lutar pela nossa própria pátria", disse Thamilaival, de 24 anos.

"É nosso dever participar plenamente, junto com os homens, na luta pela liberdade", declarou Eva Ranveera, da organização não-governamental Voz da Mulher, para explicar a presença de mulheres nas frentes de batalha.

"As mulheres romperam as barreiras sociais ao integrar-se à nova vida da luta revolucionária armada", afirmou Adele Ann, esposa do porta-voz dos Tigres, Anton Balasingham, em seu livro "As Tigresas de Tamil". A exigência das mulheres em participar nos combates obrigou os chefes dos Tigres, comprometidos com a emancipação feminina, a estender seu programa militar para capacitá-las, revelou Adele Ann.

Comandos femininos enfrentaram as tropas que, devido a um acordo com Colombo, o governo da Índia enviou em 1987 para o Sri Lanka, contou Janani, uma veterana combatente dos Tigres. Ela recordou que uma das primeiras mulheres que morreram em combate foi a tenente Malathy, "que, consciente de que estava ferida de morte, tomou um comprimido de cianureto". Os Tigres de Tamil, tanto homens como mulheres, levam uma cápsula de cianureto pendurada no pescoço, que ingerem para evitar ser capturados ou quando se encontram em uma situação extrema, como foi o caso de Malathy.

Enquanto isso, as mulheres alistadas no Exército são destinadas, geralmente, a tarefas consideradas seguras. "A maioria das mulheres militares cumpre funções administrativas, exceto as integrantes da Guarda Nacional destacadas para o noroeste, que controlam os civis que atravessam a fronteira da zona tamil", informou Sarnatah Munasinghe, porta-voz do Exército.

Estimuladas pelas suas façanhas nos campos de batalhas, as Tigresas tamis lançaram uma agressiva campanha de reformas sociais para melhorar as condições de vida da mulher. Entre suas atividades, está visitar as mulheres de casa em casa para "educar" a população. "As mulheres enfrentam muitas dificuldades. A maioria das filhas de famílias pobres que não pode pagar o dote permanece solteira."

Elas estão preocupadas com a desigualdade de gênero existente na sociedade tamil, onde as mulheres em geral são privadas dos direitos de propriedade e de herança. Também defendem que as casadas deveriam dispor livremente de seu dinheiro ou bens.

Porém, esta campanha foi interrompida em 19 de abril, quando os Tigres romperam a trégua assinada com o governo três meses antes. A prioridade das guerrilheiras agora é "uma terra e um governo próprios". A luta pela igualdade de direitos continuará depois, afirmou Thamilaival.

De fato, o atentado fez ressuscitar o fantasma de uma nova onda de violência como a registrada naquele ano, quando a morte de 13 soldados cingaleses por militantes tamis deflagrará a pior crise étnica no país. Centenas de tamis foram assassinados, milhares perderam suas casas e 100 mil fugiram para o sul da Índia.

As contradições do governo — Apesar do estrago político provocado pelo atentado, a presidenta Kumaratunga garantiu que seu governo continua disposto a negociar com os Tigres, se estes depuserem as armas. Mas os analistas destacaram que a deposição de armas é precisamente a única condição que os rebeldes nunca aceitarão, como ficou demonstrado em junho de 1990, quando a insistência no mesmo ponto pelo então presidente Ranasinghe Premadasa² provocou a ruptura de um diálogo de paz.

A atual presidenta, em compensação, assim que assumiu a presidência, em agosto de 1994, aceitou negociar de modo incondicional com os rebeldes, embora as quatro rodadas realizadas não tenham alcançado nenhum resultado concreto e em 19 de abril os Tigres tenham rompido uma trégua de 14 semanas.

"A estratégia governamental de continuar a guerra contra os Tigres, enquanto tenta 'vender' sua proposta de devolução de poderes, não só encerra contradições, como também pode ser perigosa", advertiu Sunil Bastian, do Centro de Estudos Étnicos de Colombo.

Para Bastian, o governo prossegue as operações militares para aplacar os setores radicais do sul. Na sua opinião, o perigo reside em que, depois do atentado ao escritório do governo, a repressão desencadeada pela polícia entre os tamis agrave o conflito étnico.

¹ Os tamis chegaram à ilha do Sri Lanka (ex-Ceilão), vindos do sul da Índia, há cerca de 2.000 anos. Hoje, constituem 25% da população, habitando principalmente as províncias do norte e leste. Reivindicam autonomia regional e inclusive a formação de um Estado separado. Como a Índia sempre foi acusada de ser a principal fornecedora de armas para os rebeldes tamis, sua participação tornou-se indispensável na solução do problema.

² A não-solução do conflito étnico custou a vida do presidente Premadasa, morto em 1º de maio de 1993 por um terrorista suicida tamil de apenas 14 anos de idade, como já havia custado a do primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi, assassinado por uma jovem tamil em maio de 1991.

Menos opções, mais uniformização

O desaparecimento de jornais e a fusão de redes de TV nos Estados Unidos limita as opções do público e tende a impor a auto-censura nos meios de comunicação

Farhan Haq

O recente fechamento de um dos mais respeitados jornais nova-iorquinos deixou em evidência algumas duras lições sobre os meios de comunicação. "Se você decide acabar com um jornal do dia para a noite, o mercado de valores o recompensará na manhã seguinte com um aumento dos preços na bolsa", afirmou Murray Kempton, colunista do *New York Newsday*.

De fato, o conglomerado Times-Mirror, proprietário do *New York Newsday*, constatou como o valor de suas ações se recuperava em 17 de julho, três dias depois de ter anunciado seus planos de fechar o jornal e despedir 800 jornalistas. Poucos dias depois, o principal jornal do grupo, o *Los Angeles Times*, também sofreu duros cortes quando o conglomerado decidiu despedir 150 profissionais da publicação, a maior dessa cidade.

A maioria dos comentaristas atribui os cortes ao novo gerente geral do Times-Mirror, Mark Willes, que adotou essa mesma estratégia na gestão da cadeia de alimentos para café da manhã General Mills.

Mas transmitir informação não é o mesmo que vender cereais para café da manhã, afirmam muitos jornalistas, angustiados e com receio de que, em um esforço para aumentar a competitividade, os meios de

comunicação não deem o devido valor à cobertura de notícias. "Isso é o que acontece quando só se pensa no balanço financeiro", comentou um correspondente do *Newsday* na Organização das Nações Unidas, Josh Friedman.

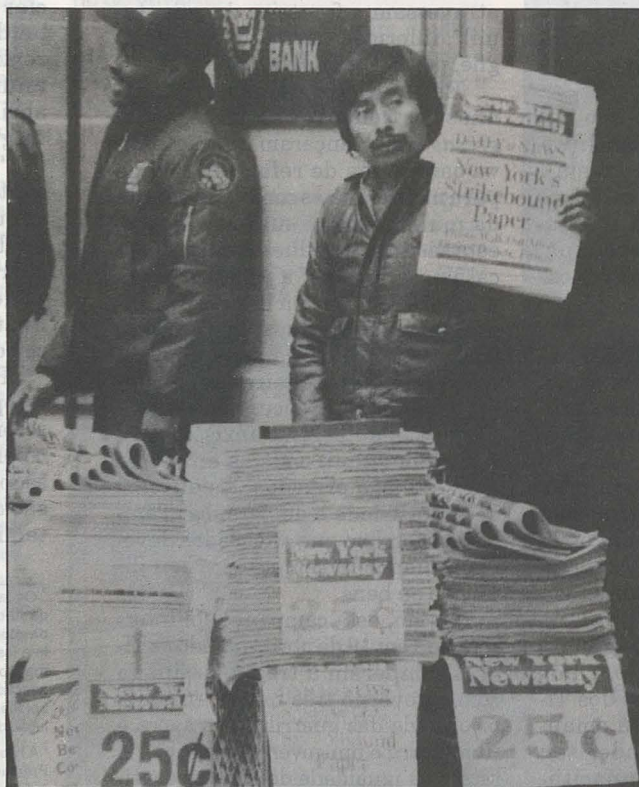
O colunista Murray Kempton lembrou, ainda, que até os jornais com melhor situação econômica têm lucros baixos, em torno de seis por cento

acima dos custos. E acrescentou: "O *Newsday* teria continuado se o grupo Times-Mirror estivesse disposto a arcar com perdas durante alguns anos. Afinal, não se investe em um jornal em busca de lucros."

Freqüentemente, os jornais novos perdem dinheiro e em 10 anos de circulação em Nova Iorque o *Newsday* nunca tinha dado lucro, apresentando um prejuízo de um milhão de dólares por ano quando o Times-Mirror decidiu fechá-lo.

Wall Street dita as regras - Os jornalistas do *Newsday* se distinguiram por seu trabalho e ganharam em conjunto um prêmio Pulitzer, o maior do jornalismo norte-americano, pela cobertura de um acidente no metrô. Mas, como escreveu a colunista Liz Smith no último número do *New York Newsday*: "Fizemos tudo bem, exceto ganhar dinheiro."

No entanto, esses prêmios são vitórias sem valor num ambiente dominado por uma mentalidade empresarial na qual despedir centenas de trabalhadores é sinal de "administração firme", segundo os parâmetros de Wall Street. Esse tipo de mentalidade pode se transformar numa prática comum à medida que vários meios de comunicação se unam a empresas maiores,



O fechamento de jornais, como ocorreu com o *New York Newsday*, pode se transformar numa prática comum

COMUNICAÇÃO

ESTADOS UNIDOS



Em vários países, se constata uma clara tendência à fusão dos meios de comunicação

advertiu Jeff Cohen, diretor-executivo da Fair, organização de defesa da liberdade de imprensa.

"A concentração dos meios de comunicação nas mãos de meia dúzia de corporações traz consigo a censura", disse Cohen, lembrando que magnatas, como o australiano Rupert Murdoch, controlam a maior parte dos meios de imprensa.

As corporações não exercem a censura diretamente sobre os jornais, mas estes em geral refletem temas de interesse das grandes empresas, acrescentou Cohen. "Os meios de comunicação controlados pelas corporações vão sempre dar pouco espaço aos pontos de vista que ameaçam seus interesses: o meio ambiente, os direitos dos trabalhadores, o movimento pela paz", sustentou.

A sólida cobertura do *Newsday* sobre corrupção política, violência policial em Nova Iorque e temas trabalhistas pode ter ganho a aprovação de leitores e colegas, mas não de Wall Street.

Fusão também na TV – A concentração não se limitou aos jornais, atingindo também as redes de televisão. Da noite para o dia, quatro das grandes cadeias norte-americanas de televisão passaram ao controle de grupos "multimídia", um fato que preocupa os especialistas em comunicações e também beneficia a bolsa de valores.

A Walt Disney Company, talvez a empresa de espetáculos mais famosa dos Estados Unidos, adquiriu a cadeia

Capital Cities/ABC por 19 de milhões de dólares, e a Westinghouse Electrical Company, no dia seguinte, comprou a rede CBS por 5,4 milhões de dólares. As outras duas grandes cadeias, NBC e Fox, já integram consórcios multimídia: a NBC foi adquirida pela General Electric em 1986, e a Fox faz parte da poderosa corporação internacional de comunicação do australiano Rupert Murdoch.

"A tendência à fusão dos meios de comunicação nos últimos dez anos não tem precedentes", destacou George Gerbner, da Escola de Comunicações Annenberg, da Universidade da Pensilvânia. Fundador do Movimento para a Cultura, que luta pela criação de um órgão público de supervisão dos meios independentes, Gerbner advertiu que as regulamentações existentes não são suficientes para controlar as novas e poderosas corporações.

"A menos que o Congresso ou a Divisão Antimonopólio da Comissão Federal de Comunicações intervenham, este seria o primeiro passo rumo à criação de supergigantes nos meios de comunicação de massa", alertou por sua vez Ben Bagdikian, ex-diretor de Comunicações da Universidade da Califórnia.

Uniformização da notícia – Noventa por cento dos aproximadamente 11 mil canais a cabo dos Estados Unidos já são monopólios em suas próprias comunidades e a maior parte deles –

talvez dois terços – estão controlados pelos dois maiores conglomerados de espetáculos, TCI e Time-Warner.

Estas corporações e as que surgem dessas recentes fusões poderiam atuar como monopólios clássicos e impor altos preços por produtos cada vez mais uniformes. "Divulgarão notícias e programas que não afetem seus interesses comerciais e oferecerão um produto o mais barato possível ao preço mais alto que obtenham", previu Bagdikian. As cadeias Fox e Sky, de Murdoch, cuja programação se caracteriza pela violência, são uma mostra do que ocorrerá com a CBS e ABC, acrescentou.

Na opinião de Gerbner muitos programas de televisão repletos de cenas de sexo e violência nem sequer são populares nos Estados Unidos, mas podem render um bom dinheiro da mesma forma, ao serem vendidos em outros países.

"Não existe outro país democrático que esteja disposto a delegar a formação social de seus filhos a um grupo de corporações", afirmou o acadêmico.

As tendências da concentração

– A concentração dos meios de comunicação começa a revelar várias tendências básicas: menos análise política, maior cobertura local e menos internacional e maior ênfase nas seções cultural e de diversão. As grandes cadeias de televisão começaram na década de 80 a reduzir seus escritórios no exterior e a utilizar a colaboração de jornalistas desses países enquanto limitavam o alcance da informação nacional, assinalaram os críticos.

Algumas notícias menores, como o julgamento por assassinato de O. J. Simpson, têm mais espaço do que a cobertura de temas mais abstratos, como as atividades das corporações multilaterais. Outros especialistas assinalaram que a NBC tem evitado notícias sobre os problemas da indústria nuclear desde que foi adquirida pela General Electric, que participa da construção de reatores atômicos.

O presidente Bill Clinton, preocupado com o projeto dos líderes republicanos Bob Dole e Newt Gingrich, declarou que "seria um erro criar uma situação em que uma única pessoa poderia ser dona da metade dos jornais, rádios ou canais de televisão do país". ■

A CIA no mundo dos negócios

Sem um papel claro desde o fim da Guerra Fria, a CIA se aferra a uma velha atividade para justificar a sua existência e polpudo orçamento: a espionagem industrial

Pratap Chatterjee

As informações passadas pela Agência Central de Informação (CIA) ajudaram empresas norte-americanas a ganhar contratos no exterior no valor de 30 bilhões de dólares e essa aliança com o setor privado parece garantir o futuro dos espões no pós-Guerra Fria.

A Raytheon, uma companhia norte-americana radicada no estado de Massachusetts, terminou ganhando no Brasil um contrato de 1,4 bilhão de dólares para montar um sistema de vigilância por satélite, destinado a combater a destruição de florestas tropicais. O acerto final para a assinatura do acordo foi realizado pelo presidente Bill Clinton, que intercedeu junto ao governo brasileiro em favor da Raytheon.

Ao mesmo tempo, funcionários norte-americanos, graças a informações passadas pela CIA, conseguiram desqualificar a principal concorrente da Raytheon, a companhia francesa Thompson CSF, sob a alegação de pagamento de subornos.

A mesma combinação de uma carta pessoal de Clinton precedida de informação da CIA sobre subornos foi determinante em março de 1994 para definir quem ganharia a concorrência de 6 bilhões de dólares para a modernização da Saudia, a linha aérea da Arábia Saudita. No final, saíram vitoriosas as empresas McDonnell Douglas e a Boeing e a grande derrotada foi a Airbus, patrocinada pela França.

A França contra-ataca - Fontes da CIA que não quiseram se identificar garantiram ao jornal *Los Angeles Times* que a colaboração da agência com os interesses comerciais dos Estados Unidos no exterior já é política oficial.

A afirmação coincide com a prioridade dada pelo governo Clinton às empresas norte-americanas no exterior.

Ainda segundo o *Los Angeles Times*, Clinton destacou o papel da agência no conflito de seu governo com o Japão no setor automobilístico. A CIA forneceu diariamente ao Conselho Econômico Nacional dos Estados Unidos informação sobre a posição dos negociadores japoneses.

Há outros exemplos da cooperação em marcha entre a CIA e as transnacionais, ainda que sem confirmação. Em relação a isso, se mencionou que Clinton teria pedido à agência, em setembro de 1993, que espionasse no Japão planos para fabricar um veículo não-poluidor e os entregasse a Chrysler, Ford e General Motors, os três grandes da indústria automobilística dos Estados Unidos. Enquanto isso, os franceses lançaram um contra-ataque. Cinco cidadãos norte-americanos foram acusados em fevereiro passado de tentar obter na França infor-



No auge da guerra das indústrias automobilísticas, a CIA fornecia informações a Washington sobre os negociadores japoneses

mações tecnológicas e comerciais sigilosas mediante suborno de funcionários e empresários privados.

O então ministro do Interior, Charles Pasqua, convocou a seu gabinete Pamela Harriman, embaixadora dos Estados Unidos na França, para apresentar-lhe um protesto formal. O governo francês solicitou que quatro dos suspeitos abandonassem o país e o quinto também já foi embora.

No entanto, esse contratempo não provocou nenhuma mudança na CIA. O jornal *The New York Times* informou, também em fevereiro, que a agência forneceu informação ao Departamento (ministério) de Comércio em apoio a Enron, a principal corporação norte-americana na área de gás natural.

Apesar de negar, a Enron conseguiu, com essa ajuda, um contrato para a construção de uma central de energia em Dhabol, Índia. Mas, naturalmente, não ficou nem um pouco contente com a publicidade que teve o caso. "Nós ficamos perplexos ao ler o artigo que descrevia o papel da CIA, que nunca nos deu nenhuma informação. Na maioria dos casos, estamos mais bem informados do que o governo dos Estados Unidos", garantiu Joseph Hillings, vice-presidente da Enron para as relações com o governo federal.

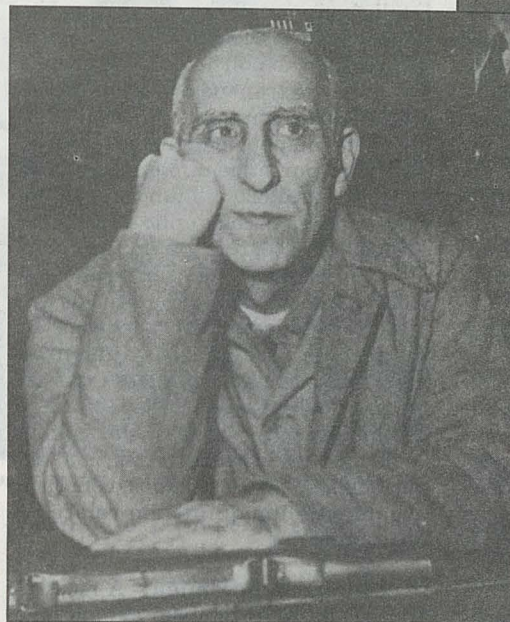
Ajuda questionável – A CIA afirmou no Congresso que sua intervenção a favor da grande indústria contribuiu para a assinatura de contratos no exterior no valor de 30 bilhões de dólares, e a mesma soma foi mencionada por funcionários do serviço exterior, entusiasmados com a nova política.

Mas os agentes da "velha escola" têm dúvidas. "Não estou certo de que essa seja uma boa idéia. O que acontecerá quando duas empresas norte-americanas concorrerem no mesmo projeto? Qual será a favorecida?", argumentou William Colby, ex-chefe da CIA e atual assessor de companhias transnacionais.

McDonnell Douglas e Raytheon mantêm estreitas relações com o governo, já que se trata da segunda e sétima na lista de corporações privadas ligadas a contratos federais, que no caso de ambas somaram 18,1 bilhões de dólares em 1993. As duas companhias também fizeram contatos com a CIA e as Forças Armadas, uma vez que mais da metade de suas vendas está voltada a atividades vinculadas com a defesa, e muitos de seus diretores trabalharam no Pentágono ou na agência de informação.

Mas o argumento de que as empresas norte-americanas se ajustam a procedimentos claramente legais e necessitam de ajuda para enfrentar concorrentes estrangeiros inescrupulosos é,

Sempre que viu seus interesses econômicos ameaçados por governos independentes, os Estados Unidos não hesitaram em usar a CIA para ajudar a derrubar governos de outros países, como aconteceu com o primeiro-ministro do Irã, Mohammed Mossadegh (abaixo), em 1953, e o presidente do Chile, Salvador Allende, em 1973 (na foto, com o general Pinochet)



petir na venda de aviões de combate à Índia. Com essa informação, a Mirage venceu a concorrência.

Na verdade, o papel que a CIA desempenha agora não é novo. Em 1954, planejou a invasão da Guatemala que derrubaria o presidente Jacobo Arbenz, eleito democraticamente, por ele ter expropriado a empresa United Fruit, ferindo os interesses da transnacional norte-americana.

A CIA também ajudou a derrubar o então primeiro-ministro iraniano Mohammed Mossadegh, que ameaçava nacionalizar investimentos petrolíferos norte-americanos e ingleses.

A agência também conspirou, sem resultados, com o gigante das telecomunicações ITT para impedir no Chile a instalação do governo do socialista Salvador Allende, que se saiu vitorioso nas eleições de 1970 e foi derrubado três anos depois por um golpe militar, que também contou com o apoio da CIA.

Companhias norte-americanas têm retribuído essa colaboração, permitindo em determinadas ocasiões a presença de homens da CIA em seu quadro de pessoal no exterior, ou através de informações de caráter voluntário à agência. Segundo o jornal francês *Le Monde*, 30 dos 80 agentes da CIA na França operam com "proteção oficial". A cobertura estaria sendo dada, então, por empresas privadas.

no mínimo, questionável. Raytheon aceitou em outubro de 1993 pagar ao Pentágono uma compensação de 3,7 milhões de dólares depois de ser acusada de aumentar os custos na venda ao governo de mísseis *Patriot*.

Além disso, em agosto de 1992 também teve que pagar 2,7 milhões de dólares por ter superfaturado o preço de um equipamento de prova de mísseis *Sparrow*, *Seasparrow* e *Side-winder*, e em março de 1990 desembolsou um milhão como punição pelo tráfico ilegal de documentos confidenciais do Pentágono.

De Arbenz a Allende – Segundo os partidários da colaboração da CIA com o setor privado, os serviços de informação são utilizados em todo o mundo para ajudar a fechar negócios. A esse respeito, se afirma que o serviço secreto francês forneceu na década de 70 à empresa Mirage os planos dos Estados Unidos e da União Soviética para com-

Mudanças no serviço secreto

O governo russo promove uma nova reestruturação dos seus órgãos de informação, tornando maior o controle presidencial sobre esses serviços, praticamente desmantelados com o fim da URSS

Andrei Ivanov

A nomeação de um novo chefe de Segurança não será suficiente para recompor os serviços de informação, prejudicados por reiteradas reorganizações mal concebidas.

A análise, feita pelo presidente do Subcomitê Parlamentar de Segurança Nacional, Alexei Alexandrov, ao comentar a nomeação do general Mikhail Barsukov, resumiu as dúvidas que pairam sobre o destino dos serviços de informação desde a desintegração da União Soviética.

O general Barsukov foi designado novo diretor do Serviço de Segurança Federal (FSB) da Federação Russa, organismo substituto da KGB, a polícia política da ex-União Soviética. Essa mudança provavelmente não deverá aumentar a credibilidade dos serviços de informação da Rússia, reestruturados várias vezes nos últimos quatro anos.

Barsukov substituiu Sergei Stepashin, ex-vice-ministro de Segurança, na direção do FSB, organismo formalizado a princípios deste ano com a aprovação de uma lei que lhe outorgou a responsabilidade da contra-espionagem e da segurança interna do país.

Até 1991, a KGB era um poderoso organismo que empregava mais de 420

mil funcionários e tinha vários departamentos responsáveis pelo serviço de inteligência no exterior, a contra-espionagem militar, econômica e ideológica, a investigação política e a segurança nas áreas de transportes e comunicações. Mas a organização praticamente desapareceu depois da desintegração da União Soviética, em dezembro de 1991, e mais de 20 mil funcionários foram dispensados em junho de 1992.

Atualmente, funcionam sem coordenação entre si seis serviços especiais de informação, com *status* de ministério e departamentos federais. O número de funcionários aumentou notoriamente e há sete vezes mais gerais nestes serviços especiais do que havia à época da KGB. Já o número de agentes especializados, com experiência entre 7 e 15 anos, constitui atualmente um quinto em relação à época anterior.

Indicação polêmica - A reestruturação da KGB também aumentou o controle presidencial sobre as atividades de informação, e este foi o fator que deu a Barsukov a oportunidade de ser promovido. Barsukov, de 48 anos, era responsável pela segurança do Kremlin e é amigo pessoal do chefe de serviço de segurança pre-

sidencial, o general Aleksandr Korzhakov.

O general começou sua carreira como chefe de pelotão no regimento do Kremlin, e durante o governo de Mikhail Gorbachov foi nomeado vice-comandante da sede do governo soviético. Em 1992, por influência de Korzhakov, Barsukov se tornou comandante do Kremlin.

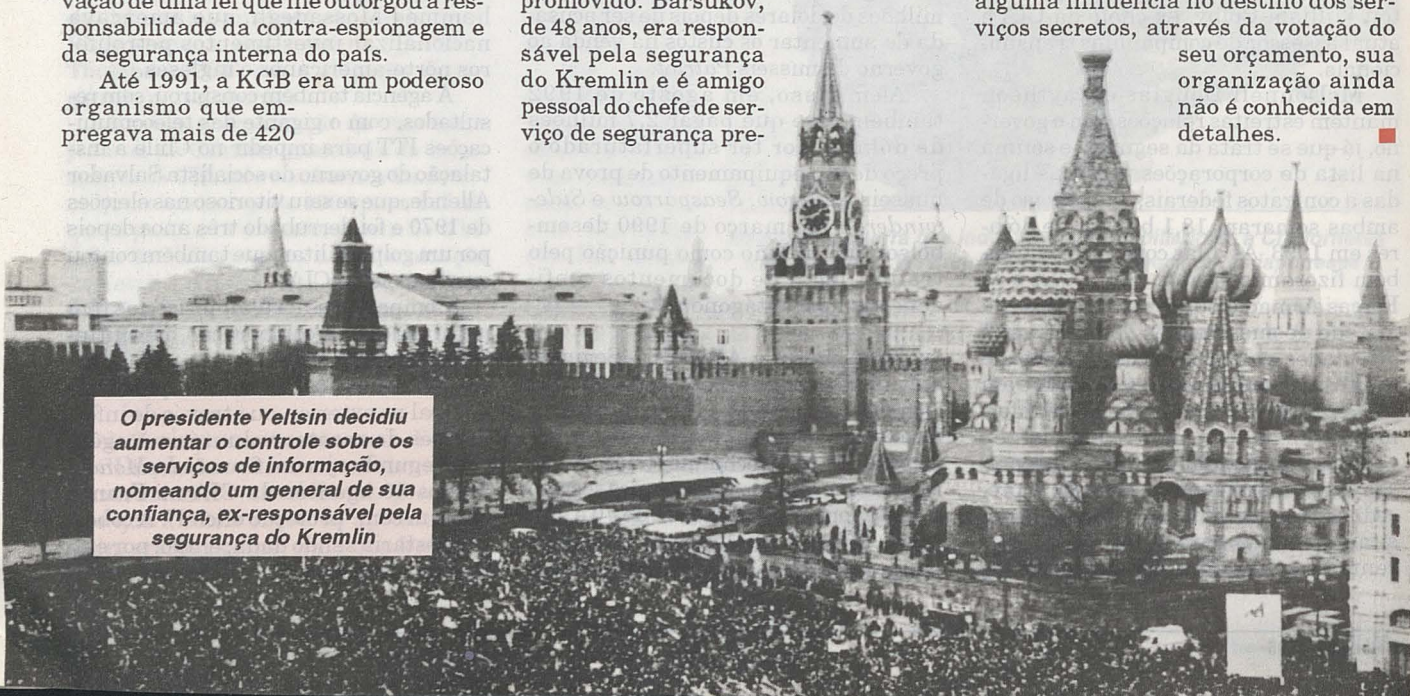
A maior parte dos funcionários do FSB considera Barsukov um intruso, por ter entrado através do Kremlin e do serviço de segurança presidencial. Para atenuar as críticas, o presidente Bóris Yeltsin designou como subdiretor Viktor Zorin, que tem mais de 30 anos de experiência em serviço secreto e inicialmente chefiou o departamento de contra-espionagem do FSB.

A nomeação de Barsukov também não foi bem recebida no Parlamento. Viktor Ilyukhin, deputado comunista presidente do Comitê de Segurança da Duma (Câmara baixa), afirmou que Barsukov foi designado mais por sua lealdade a Yeltsin do que por sua capacidade profissional.

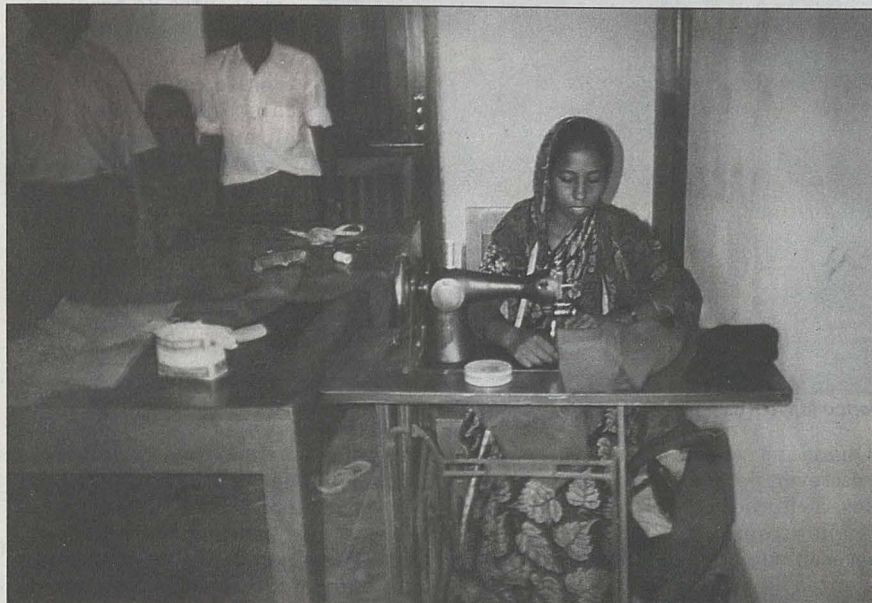
Embora o Parlamento possa ter alguma influência no destino dos serviços secretos, através da votação do

seu orçamento, sua organização ainda não é conhecida em detalhes. ■

O presidente Yeltsin decidiu aumentar o controle sobre os serviços de informação, nomeando um general de sua confiança, ex-responsável pela segurança do Kremlin



O banco do pobre



A realidade mostra que os créditos dados às mulheres beneficiam toda a família

Flávia C. dos Santos

O Grameen Bank, criado em 1983 por Muhammad Yunus em Bangladesh, mudou as regras mais tradicionais dos sistemas de crédito. Ele concede empréstimos apenas a pessoas de baixa renda e não exige nenhum bem como garantia.

A idéia do banco surgiu há vinte anos. Yunus, movido pela necessidade de ajudar algumas famílias pobres, que viviam perto da universidade onde ele ensinava Economia, tentou convencer as instituições financeiras locais a conceder pequenos empréstimos a estas pessoas.

Depois de várias tentativas frustradas, passou a tomar os financiamentos e repassar o dinheiro às famílias. "Os bancos recusavam-se a dar crédito aos pobres e analfabetos. Os indivíduos sem renda, por não terem dinheiro, não eram dignos de confiança. As instituições financeiras baseavam-se no princípio de que quanto mais você tem, mais você pode conseguir", explica o professor.

Mas seu sistema de empréstimo re-

velou que os pobres eram bons pagadores. O número de financiamentos cresceu e o Grameen Bank pôde enfim ser fundado. Nos últimos 12 anos, ele tem viabilizado projetos econômicos de pequenos produtores e artesãos, ajudando estas pessoas a reverter sua situação de pobreza.

O Grameen Bank criou um modelo de atuação desburocratizado, onde o banco vai ao cliente. Os candidatos não respondem a um vasto formulário, onde os seus bens são checadas até a exaustão. O sistema de crédito do Grameen Bank está associado a um trabalho social de combate à pobreza. Seus funcionários fazem um levantamento em aldeias para selecionar seus clientes, concedendo empréstimos para pessoas com boas idéias.

Os pobres são bons pagadores

— Os empréstimos são concedidos apenas para um grupo de cinco pessoas. Caso algum dos devedores não pague, os outros terão que assumir sua dívida. Os empréstimos tomados devem ser devolvidos num prazo de um ano, com uma taxa de 20% de juros. As cotas iniciais variam entre US\$ 10 a

Um sistema revolucionário, criado por um professor de Bangladesh, leva crédito às pessoas de baixa renda, em condições completamente diferentes das impostas pelas instituições financeiras tradicionais

US\$ 20. A média é de US\$ 100. Atualmente, o banco oferece crédito a dois milhões de pessoas.

"Os artesãos e produtores rurais, ao conseguirem crédito para produzir e comercializar suas mercadorias, rompem com a dependência financeira dos empresários que exploraram seu trabalho", explica Sayeeda Rahman, funcionário da Unesco, que apresentou a idéia do Grameen Bank, para a organização.

Os investidores costumam determinar o que os camponeses vão produzir. Eles financiam, geralmente, a criação de aves, que depois comercializam. "O nosso sistema de crédito procurou potencializar a iniciativa individual. O cliente decide como vai produzir e comercializar sua mercadoria. O sucesso dos nossos financiamentos desmistifica a idéia de que os pobres são incapazes de ter êxito nos seus negócios", enfatiza Yunus.

No Grameen Bank, o conhecimento sobre mercado e estruturas de produção é transmitido quando solicitado pelo produtor. O aprendizado começa quando os clientes demonstram necessidade de saber. Seu sistema de ensino

diferencia-se dos treinamentos tradicionais que, segundo o professor, começam humilhando o aluno.

A transformação das mulheres – As mulheres representam 98% dos clientes do banco. A realidade mostra que os benefícios trazidos pelos empréstimos beneficiam a toda família quando os clientes são do sexo feminino. Os créditos obtidos por homens dificilmente chegam às esposas e aos filhos.

Mas a transformação das mulheres em agentes de produção tem gerado conflitos violentos, numa cultura onde a mulher, geralmente, não possui renda. Muitos casamentos são desfeitos depois que as esposas começam a ganhar seu próprio dinheiro. Mas, apesar das dificuldades, as mulheres têm se saído ótimas administradoras.

“No início, elas não compreendiam que podiam ser produtoras. Negociaram, em seu primeiro empreendimento, com muita cautela, porque possuíam uma experiência e um conhecimento limitados. Depois, pegaram o jeito para os negócios e foram mais longe do que os homens”, revela, orgulhoso, Yunus.

Até o momento, o reembolso dos financiamentos obtidos no Grameen Bank tem sido de 98%. “A experiência de Bangladesh tem revelado que a mulher e o pobre são, em geral, bons pagadores. Estudos do Banco Mundial têm reforçado esta idéia”, garante Sayeeda Rahman.

Os financiamentos às classes de renda baixa levaram muitos indivíduos a atravessarem a linha da pobreza. Nos últimos dez anos, 48% das pessoas que tomaram empréstimos no Grameen Bank conseguiram prosperar economicamente. Outros 27% tiveram seus caminhos abertos. O restante foi prejudicado por problemas crônicos de saúde.

O êxito comercial, a partir do crédito obtido, tem transformado não apenas a realidade social dos clientes, mas também a realidade cultural. As comunidades que estruturam-se através do crédito, estimulam-se para a educação.



Yunnis e Federico Mayor (dir): parceria em um projeto revolucionário

“Quando as pessoas precisam aprender a escrever, porque isso facilita os negócios, a educação deixa de ser algo longo e transforma-se em realidade. A necessidade de fazer cálculos leva os clientes a aprenderem matemática e aritmética”, explica a doutora Winsome Gordon, chefe do Programa de Educação da Unesco.

O projeto se estende – O sucesso do sistema de financiamento implantado pelo Grameen Bank levou 26 Estados membros da Unesco, entre eles Brasil e China, a apresentarem um projeto que defende o direito ao crédito a todos os indivíduos, como forma de erradicação da pobreza. O projeto foi aprovado por unanimidade e uma resolução incumbiu o diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, a promover a aproximação dos países com este novo sistema bancário.

Na opinião do embaixador do Brasil na França, junto à Unesco, Jerônimo Moscardo, “a idéia é importante por ter nascido em Bangladesh. Geralmente, os paradigmas vêm dos países ricos. Por isso, a importância de um modelo de desenvolvimento originário de um país mais pobre que o Brasil”.

Outra grande novidade do Grameen Bank, segundo o embaixador do Brasil, é sua forma não assistencial de combate à pobreza. “O assistencialismo é uma arma. Através dele, os pobres são tratados como parasitas, que preci-

sam do favor dos outros. O direito ao crédito aumenta a auto-estima dos indivíduos, ao transformá-los em agentes de produção. Politicamente, isto é uma revolução. Quem não tem crédito numa sociedade capitalista não existe”, afirma o embaixador.

Atualmente, o sistema de financiamento do Grameen Bank existe em 44 países, entre eles a China e o Egito. A repercussão da palestra de Muhammad Yunus, na sede da Unesco em Paris, em março, levou o presidente Fernando Henrique Cardoso, du-

rante sua visita a Carajás, em maio, a pronunciar-se pela criação de um banco dos pobres, no Brasil, similar ao modelo existente em Bangladesh. O ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, mostrou também interesse pelo projeto do Grameen Bank.

O embaixador Jerônimo Moscardo pretende contactar governo e iniciativa privada para viabilizar o projeto no Brasil. “Eu acho este banco importante para o Brasil, porque o nosso país é vítima do capitalismo selvagem. Nele, prevalece a atividade especulativa e não a produtiva. O banco dos pobres possui uma carga subversiva, ele denuncia uma situação de preconceito e injustiça social”, afirma.

O empresário paulista do setor de imóveis Calfat Salem é um representante da iniciativa privada interessado em implantar um banco dos pobres no Brasil. Entusiasmado e, ao mesmo tempo, temeroso com o empreendimento, Calfat Salem está estudando a idéia da implantação de um banco dos pobres no Brasil, com uma comissão formada por ex-banqueiros e economistas.

“Nós queremos saber como este banco poderia funcionar no Brasil”, afirma. A partir deste estudo, ele pretende formular um documento que será apresentado ao governo. “O banco atuaria numa faixa de público que não interessa ao banco comercial. A idéia seria beneficiar desde o homem que mora na rua até o micro-empresário”.

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO

MEDICINA AYUR-VÉDICA

**A SAÚDE DO
CORPO E DA ALMA**

**INDÚSTRIA PROCURA
O CARRO DO FUTURO**

**ESTÁ NAS
BANCAS**

**MAIS INFORMAÇÕES
LIGUE GRÁTIS
0800-257511**

**Desvendando
os segredos do
TEMPO**

O ÚNICO JEITO DE QUATRO CORPOS OCUPAREM O MESMO ESPAÇO



Para você entender como 4 corpos ocupam o mesmo espaço, não é necessário consultar nenhum livro de Física. Basta ler a REVISTA DO MERCOSUL. A única publicação 100% bilíngüe (português/espanhol), que trata dos mais importantes acontecimentos e de toda a movimentação

de negócios e acordos que envolvem esta integração.

Lendo a REVISTA DO MERCOSUL, você literal-

mente tem tudo nas mãos para realizar ótimos negócios. E quanto a isso não precisa se preocupar, pois o que não falta neste mercado é espaço para você ocupar.

**REVISTA DO MERCOSUL.
O MUNDO DOS NEGÓCIOS
ESTÁ NAS SUAS MÃOS**

**REVISTA DO
Mercosul**